



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental**

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Maricélia Gonçalves Barbosa

“Quem mora em cima da terra é que tem direito!”: o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados “tiradores de açaí” da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA

**Belém
2012**

Maricélia Gonçalves Barbosa

“Quem mora em cima da terra é que tem direito!”: o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados “tiradores de açaí” da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora Professora Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro – Universidade Federal do Pará.

**Belém
2012**

Maricélia Gonçalves Barbosa

“Quem mora em cima da terra é que tem direito!”: o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados “tiradores de açaí” da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém, Pará _____/_____/_____

Banca examinadora

Prof. Dr^a. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Orientadora)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida
Universidade Estadual do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Sônia M^a. S. Magalhães dos Santos
Universidade Federal do Pará

*“O açaí é uma frutinha que seu vinho é uma beleza
Na hora de nós jantar, não pode faltar na mesa...
...No rio Preto tem uma mina, dentro dele um tesouro
Quando chega a sua safra é mais caro do que ouro”
(Manoel M. de Carvalho, poeta regional, morador do
Furo do Baiano).*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus soberano e fiel! Que sempre segura forte minha mão e me faz caminhar pelo centro de sua vontade. Obrigada Deus por mais essa conquista!

A minha mãe que sempre me deu suporte para sonhar e realizar meus sonhos. Obrigada mamãe por acreditar em mim e por investir em minha vida!

A minha orientadora, Noemi Porro, por sua paciência, incentivo e confiança. Sem você não teria sido possível chegar o final dessa jornada. Agradeço a Deus por sua vida e por ter me concedido a honra de ser orientada por você. Com você aprendi princípios importantíssimos de minha vida acadêmica e também pessoal, pois foram seus conselhos que me fizeram refletir sobre minha conduta, meu compromisso com aqueles que gentilmente abrem os braços para nos receber enquanto academia. Obrigada!

A família Monteiro, que me acolheu de forma maravilhosa, por vezes, me fazendo sentir parte da família. Foi uma honra conhecê-los e desfrutar de momentos únicos ao lado de vocês. Muito obrigado!

Aos meus irmãos e amigos que com muito carinho me incentivaram e me apoiaram durante essa caminhada. Valeu pessoal!

RESUMO

Esta dissertação trata das transformações ocorridas no estabelecimento de relações de trabalho, dentre e entre unidades de produção familiar dos chamados “tiradores de açai”. Através de narrativas locais de membros da família extensa dos chamados “Os Monteiro do rio Preto”, constituímos parte da trajetória familiar, o que nos permite refletir sobre as transformações ocorridas, ao longo dos anos, no estabelecimento de novas relações sociais de uma família extensa, em especial os vínculos relacionados ao trabalho familiar. Os registros da história e de práticas sociais dessa família de “tiradores de açai” nos ajudam a refletir, em termos de trajetória, temas atuais como a luta de comunidades tradicionais pelo direito à terra, a construção e reconhecimento de territórios tradicionais, a constituição de novas relações sociais de trabalho e seus reflexos na ação social e política local, e ainda sobre o conhecimento tradicional que rege a gestão dos recursos naturais por essas comunidades.

Palavras chave: Relações sociais. Unidade de trabalho familiar. Territorialização. Tiradores de açai. Comunidades tradicionais

ABSTRACT

This dissertation is about changes in the labor relations within and among family units of production in the traditional communities of the so-called "açai gatherers". Through local narratives by members of a extense family named "The Monteiro of the black River", we reconstituted this family trajectory, allowing us to learn about transformations incurred Throughout the years, especially on labor relations. The collected data about their history and social practices help us to examine the struggles for land sights the establishment and recognition of their traditional territories, the constitution of new labor relations and their reflections on their social and political actions, as Well as, on the traditional knowledge that drives this community's natural resources management.

Keywords: Social relations. Unit of family work. Territorialization. Açai gatherers. Traditional communities

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 MINHA BREVE TRAJETÓRIA	13
1.2 A METODOLOGIA DE PESQUISA	16
1.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
1.3.1 O Campesinato Amazônico	25
1.3.2 A unidade econômica de trabalho familiar como unidade de análise relevante.....	27
1.3.3 As relações de trabalho na unidade familiar de produção.....	31
2. A CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR	34
2.1 OS CARVALHO: A RELAÇÃO DE TRABALHO PATRONAL E A EXPROPRIAÇÃO	35
2.2 OS BATISTA: A RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE O FREGUÊS E O PATRÃO PARENTE.....	46
2.3 A FUSÃO DAS UNIDADES FAMILIARES E A EMERGÊNCIA DOS “MONTEIRO”	52
2.4 O DIAGRAMA DE PARENTESCO DOS MONTEIRO E BATISTA	58
2.5 A UNIDADE FAMILIAR COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO, ATÉ A REORGANIZAÇÃO DAS TERRAS DE USO COMUM.	65
3. OS MONTEIRO DO RIO PRETO: A CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO. ..	66
3.1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: A LUTA PELO DIREITO À TERRA.....	66
3.2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	68
3.2.1 A relação patrão-freguês filho de criação.....	68
3.2.1 A relação freguês - freguês	70
3.2.2 A relação patrão-freguês sem o “filho de criação”.....	73
3.2.4 A relação patrão-freguês em cheque	76
3.3.1 O processo de territorialização: a politização das relações de trabalho	80
3.4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO POR TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS	83
3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO	85
4. OS MONTEIRO NA VILA, NO “CENTRO” E NA CAPOEIRA: A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO POR TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS.....	92
4.1 A VILA MONTEIRO	98
4.1.1 As casas	99

4.1.2 Os terreiros	102
4.2 O “CENTRO”	104
4.2.1 A construção dos “canais”	107
4.2.2 O trabalho no “Centro”	108
4.3. A CAPOEIRA.....	115
4.3.1 O acesso a terra firme – os roçados	115
4.3.2 Um dia de trabalho da “capoeira”	116
5. OS MONTEIRO E O MUNDO ALÉM DO TRABALHO	123
5.1 OS MONTEIRO E A VIDA EM COMUNIDADE.....	123
5.2 A PRODUÇÃO DE AÇAÍ E SUA RELAÇÃO COM AS DEMAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS	132
5.2.1 A Renda Bruta do açaí no ano de 2011 em três unidades familiares	133
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
APÊNDICES.....	144

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a sociedade brasileira vem passando por profundas e diversas transformações no âmbito social, econômico e ambiental. No espaço rural, tais mudanças também ocorrem, porém de maneira menos perceptível. Os povos e comunidades tradicionais que habitam o rural brasileiro, de uma forma geral, desenvolvem alternativas e/ou estratégias para superar ou mesmo se adequar a estas mudanças. Muitas estratégias, ao longo da história, são construídas de forma silenciosa, geralmente despercebidas, porém imprescindíveis para a garantia da reprodução social das famílias que constituem esse rural.

Essa dissertação trata de transformações ocorridas nas relações sociais, dentre e entre unidades de trabalho familiar dos chamados “tiradores de açaí”, neste trabalho conceituados como camponeses. Para analisar essas transformações, descreveremos, a partir da observação participante e das narrativas locais, o cotidiano e a trajetória de uma família extensa, os Monteiro. Atualmente a família extensa dos Monteiro possui cinco unidades de produção familiar. Essas cinco unidades se relacionam entre si através dos laços de parentesco, compadrio e vizinhança.

Para alguns autores como Wagley (1988) e Herédia (1979), família extensa é uma unidade composta de duas ou mais famílias nucleares ligadas por laços consanguíneos. Segundo Schusky (1973), uma família extensa também pode ser entendida como uma “família composta”, descrita como uma “unidade constituída de três ou mais cônjuges e seus filhos; pode existir em sociedades monogâmicas, quando um segundo casamento dá origem às ‘relações de adoção’ do tipo madrasta, padrasto e enteados” (p. 131). Para Wolf (1970), a família extensa é “um conjunto de unidades nucleares pertencentes a uma mesma geração e que mantém uma comunidade de recursos e trabalho” (pp.89). Neste estudo, verificaremos também a relevância de laços não consanguíneos e não biológicos na constituição e manutenção de uma família extensa (PANTOJA, 2004).

Ao refletir acerca das definições de família extensa dos autores acima mencionados e analisando a família Monteiro em campo, a interpretação mais fidedigna que encontrei para delimitar a família extensa dos Monteiro é aquela constituída por várias unidades familiares, que podem se subdividir ou não em unidades nucleares (aqui também denominadas de unidades domésticas), ligadas ou não por laços de parentesco. Assim como Pantoja (2004) em sua obra “Os Milton”, na qual busquei apoio para minha dissertação, também identifiquei o “uso local de patronímicos para se referir a todo um grupo de parentes” (p. 40).

Minha pesquisa é uma contribuição ao debate acerca da constituição de novas relações sociais em unidades de trabalho familiar, bem como suas transformações ao longo dos anos. Nas últimas décadas no Brasil, as análises sobre o trabalho familiar tem se deslocado de uma análise mais focada no grupo familiar para uma mais individualizada em que os membros da família são os novos foros do debate (MOTA, 2008).

Segundo Mota (2008) o tema proposto com enfoque na família saiu de moda, e novos estudos onde os membros da família individualizados, ora por gênero, ora por faixa etária passam a predominar nas discussões sobre trabalho. Apesar de entender a importância desses estudos mais segmentados dos membros familiares para o debate atual, optei por manter o foco sobre a unidade familiar e não nos seus membros individualizados por entender que a unidade familiar é o universo mais completo e a unidade de análise mais relevante para os objetivos propostos para este trabalho. Ao longo dos aproximadamente 75 dias junto à família Monteiro, pude observar, através dos relatos, conversas e da convivência, transformações significativas nas relações de trabalho ao longo da constituição da família extensa dos Monteiro, e como essas transformações refletiam diretamente na constituição das relações sociais da família.

Ao descrevermos a trajetória de membros da família Monteiro, bem como a constituição da unidade familiar e a própria emergência dos “Monteiro do rio Preto”, analisaremos as transformações nas relações sociais, em especial as relações de trabalho dentre e entre a família dos Monteiro, inicialmente uma família freguesa, e a família do patrão, quanto entre famílias freguesas. Além disso, abordaremos assuntos relacionados à mobilização e luta pela constituição do território dos tiradores de açaí do rio Preto, bem como o estabelecimento de “territorialidades específicas” dos Monteiro, uma família de “tiradores de açaí”.

O trabalho de campo da dissertação foi realizado em períodos distintos nos anos de 2010 e 2011, junto à chamada Comunidade do Furo do Baiano, localizada no município de Afuá-PA. Segundo Cohen (1985), a definição de comunidade passa por uma dimensão subjetiva, baseada em significados simbólicos. Para o autor, comunidade pode ser vista como uma “entidade simbólica”, que abriga um sistema de valores e um código moral, pelo qual se definem modalidades de pertença.

O trabalho consiste em um estudo de caso, mais especificamente de uma família extensa de “tiradores de açaí” que vive no rio Preto, afluente do Furo do Baiano. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos uma metodologia de base antropológica e

sociológica, com o uso de algumas técnicas etnográficas e aplicação de questionários para coleta de informações quantitativas.

Nosso principal objetivo com esta dissertação é, a partir das narrativas locais dos próprios sujeitos de sua história (PANTOJA, 2004), refletir sobre transformações nas relações sociais, em especial as relações de trabalho, dentre e entre unidades de trabalho familiar, em um contexto de profundas modificações no mercado do açaí.

1.1 MINHA BREVE TRAJETÓRIA

Nessa primeira sessão, me apresentarei enquanto autora, reconstituindo os principais fatos que me fizeram chegar à temática proposta para este trabalho. Ainda no ensino fundamental, meu interesse por temas relacionados à biodiversidade da Amazônia me fez optar por uma graduação que contribuísse para meus conhecimentos acerca de seus ecossistemas, especialmente as florestas.

Assim, minha graduação foi em engenharia florestal¹. Durante os cinco anos em que passei na universidade, sempre fugi de uma visão tecnicista, porém esta visão dominava as disciplinas e a carga teórica de meu curso, que possuía quase que 90% das aulas direcionadas para o estudo e resolução de problemas dos grandes empreendimentos florestais. As poucas disciplinas do curso com um viés sociológico e antropológico foram importantíssimas para direcionar meu olhar às comunidades que tradicionalmente habitam esse grande bioma chamado Amazônia.

Depois de graduada tive a oportunidade de trabalhar, por dois anos, como bolsista de pesquisa no Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), com projetos de pesquisa enfocando Produtos Florestais Não-madeireiros (PFNM) no Estado do Pará, geralmente explorados por comunidades tradicionais. O projeto “*Estudo das Cadeias de Comercialização de Produtos Florestais Não-madeireiros no Estado do Pará*”, foi muito importante como incentivo ao mestrado, pois foi durante o seu desenvolvimento que surgiu a curiosidade de estudar o primeiro elo (os produtores) de uma cadeia produtiva complexa, a do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). Porém, somente no mestrado fui aprender que os grupos sociais designados como “produtores” não poderiam ser entendidos apenas pelo fato de produzirem, e que tampouco eram um mero “elo” numa homogênea cadeia produtiva de açaí.

Já naqueles anos, ao identificar, no estudo das cadeias de comercialização de PFNM, a considerável participação desses produtos na geração de renda em muitos municípios

¹ Universidade Federal Rural da Amazônia (de 2003 a 2007).

paraenses, minha curiosidade científica foi atizada para além dos números, valores que descobríamos com a pesquisa. Entre os vários produtos estudados, o açaí, um de meus sabores prediletos, respondia em mais de 90% da renda gerada por PFM em 10 municípios do nordeste paraense². A partir de então passei a perceber e acumular evidências do que se tornaria mais tarde, parte do objeto de pesquisa de meu mestrado.

Os primeiros resultados da pesquisa com os PFM trouxeram à tona meus primeiros questionamentos: como a Renda Bruta Total (RBT) gerada na comercialização do açaí (aproximadamente 1,8 bilhões de reais no ano de 2008, em 10 municípios do nordeste paraense) até então desconhecida pelas estatísticas oficiais, chegava às famílias extrativistas? Qual o desdobramento dessa economia nos aspectos sociais das comunidades tradicionais que lidam com esse produto diariamente? Quem eram, de fato, esses extrativistas?

No final de 2009, ainda trabalhando com os PFM, o volume de informação sobre a economia gerada por estes produtos crescia a cada volta das equipes ao campo, e com ele os questionamentos sobre o reflexo dessa economia nas chamadas comunidades. Sem condições para dialogar com os dados numéricos que encontrávamos nos levantamentos, decidi buscar conhecimentos para entender essa dinâmica, foi então que resolvi fazer um mestrado nesta área e buscar respostas para essas dúvidas.

No ano de 2010, fui selecionada para cursar o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,³ na Universidade Federal do Pará (UFPA). No início, foi difícil formular meus questionamentos, relacionando-os com o volume de conhecimentos novos que adquiria a cada aula. Tive algumas dificuldades para colocar no papel o que realmente gostaria de estudar.

Durante as aulas da disciplina Legislação e Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Naturais na Agricultura Familiar, ministrada pela professora Noemi S. M. Porro, tivemos a palestra de uma liderança sindical do rio Preto, no Município de Afuá, o Sr. José Amorim Monteiro⁴, cuja atividade produtiva principal era a extração de açaí. Os relatos da experiência do seu José Monteiro, mais conhecido por “Trevoada”, sobre a relação com o mercado ascendente de açaí e, paralelo a isso, o processo de luta travado por sua família para o livre acesso ao recurso, fizeram crescer mais o desejo de investigar como uma família

² Os 10 municípios (Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Acará) foram os primeiros a participar do estudo sobre a comercialização de PFM. Para melhor detalhamento consultar Mattos (2010).

³ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR/UFPA.

⁴ Sobre seu José Amorim Monteiro, trata-se de um senhor de 50 anos, pai de família, produtor rural, “tirador de açaí”, um dos primeiros moradores do rio Preto e considerado uma grande liderança na comunidade do Furo do Baiano, em Afuá-PA.

extrativista de açaí estava interagindo com esse mercado. Quais eram os reflexos das transformações dessa economia na estrutura e nas relações familiares?

Depois desse primeiro contato em 2010, tomei a decisão de definitivamente direcionar a minha pesquisa para os grupos sociais que trabalham com açaí. No início, foi um pouco difícil definir uma orientação. Já no meio do 2ª semestre, a professora Noemi S. M. Porro, com experiência junto a comunidades tradicionais, tendo já pesquisado junto aos chamados “tiradores de açaí” em Afuá, aceitou o desafio de minha orientação e me convidou a integrar o projeto **Conhecimento e Direito: a Cultura na Construção e Defesa dos Territórios Tradicionais, Legislação e Políticas Públicas para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais numa Sociedade Pluri-étnica**, do edital PROCULTURA-MinC/CAPE5.

Inserida nesse projeto e devido ao contato que minha orientadora já tinha com a família de seu “Trevoada”, através de um projeto do Museu Paraense Emílio Goeldi, tive a oportunidade de conhecer a localidade do Rio Preto no Furo⁶ do Baiano, pertencente à Ilha da Queimada, município de Afuá-PA⁷, onde reside o seu “Trevoada” e grande parte de sua família. O primeiro contato com essa família se deu através de um trabalho de campo preliminar, importantíssimo para a definição dos pilares deste trabalho, pois foi a partir de então que pude ajustar os objetivos da pesquisa e, posteriormente, realizar mais duas etapas de campo que resultaram nas páginas desta dissertação.

Pela experiência anterior de trabalho e pelo que pude vivenciar durante as disciplinas do mestrado e nas inserções ao campo, pude definir como objeto de estudo as transformações nas relações sociais, em especial as relações de trabalho, de uma família extensa de “tiradores de açaí”, neste caso a família Monteiro.

No caso estudado, a memória coletiva do agrupamento familiar, associa a sua origem no atual território onde se encontra a um período relativamente recente da história do

⁵ O Projeto Conhecimento e Direito tem como objetivo geral: estabelecer uma rede entre movimento social, instituições de pesquisa e universidades para pesquisar e fomentar discussões sobre os aspectos culturais e jurídicos do conhecimento de povos e comunidades tradicionais. Integram o projeto como representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais, as Quebradeiras de coco babaçu, os Tiradores de açaí e o Povo Indígena Tembê; como Instituições parceiras, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental). O apoio é do Ministério da Cultura (MinC) e com a Coordenação de Pessoal de Nível Superior – CAPES, através do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica em Cultura – Edital PRÓ-CULTURA.

⁶ Segundo informações locais um furo não tem nascente, possui duas “bocas” e geralmente liga um rio a outro, diferentemente de um rio que possui “nascente” e “boca”.

⁷ A cidade de Afuá também conhecida como a Veneza Marajoara ou Veneza Amazonense por seus aspectos hidrográficos. Sua população estimada é de 35.467 habitantes, sendo aproximadamente 70% de seus habitantes residentes na área rural, um conjunto de ilhas e furos. A principal atividade produtiva na região é o extrativismo do açaí e palmito (IDESP, 2011).

arquipélago do Marajó⁸. Halbwachs (2006) apresenta memória coletiva como sendo aquela constituída pelo conjunto articulado de “memórias individuais” (p.72), que, em geral, “tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (p.106) que “no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (p. 87).

O grupo tem como referência de origem um período de profunda transição social e econômica. A transição social ocorre quando a família do patrão, “os Carvalho”, perde o controle absoluto sobre as terras e os demais recursos. Nesse cenário, emergem “os Monteiro”, irmãos liderados por seu “Trevoada” que contestam o poder dos patrões. Essa transição social coincide com uma transição econômica em que um determinado produto com grande destaque na vida desses personagens e na economia regional, o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* Müll. Arg.) entra em decadência, e outro produto, o açaí, passa a ganhar espaço no cenário econômico, provocando transformações nas relações de trabalho dentre e entre as unidades de produção familiar.

Para contribuir com o debate acerca das relações de trabalho na unidade familiar, o estudo levantou depoimentos sobre a história dessas famílias e registrou práticas na lida com os recursos. O registro dessa história e práticas ajudam a refletir, em termos de trajetória, temas atuais como a luta de comunidades tradicionais pelo direito à terra, a construção e reconhecimento de territórios tradicionais, a constituição de relações sociais e da ação social local e o conhecimento tradicional que rege a gestão dos recursos naturais por essas comunidades.

1.2 A METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia desta pesquisa é baseada em métodos qualitativos de cunho antropológico e sociológico, fundados em trabalho de campo para observação direta e participante com o grupo social estudado.

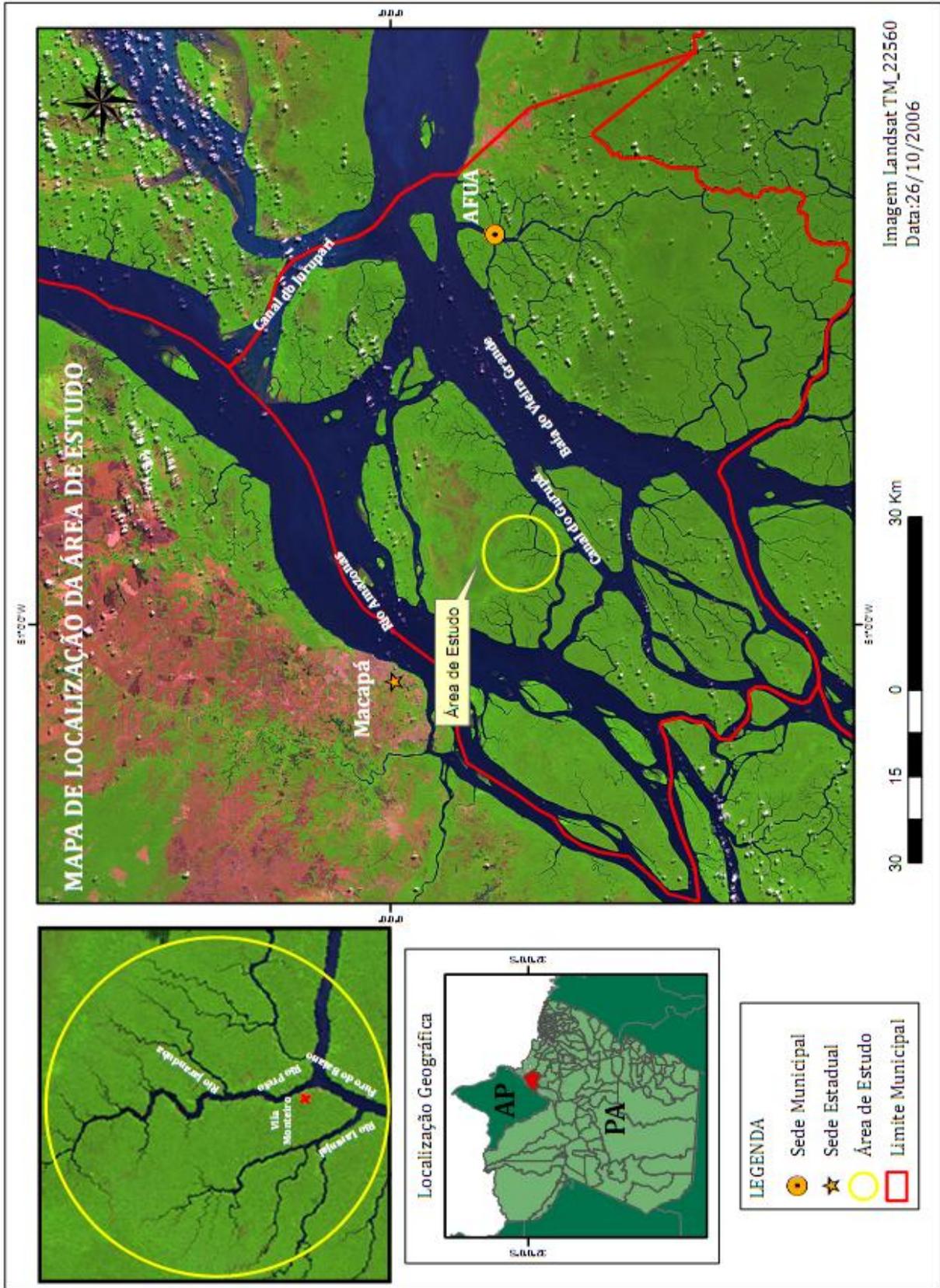
⁸ “Identificado pelo espanhol Vicente Pizón e batizado, primeiramente, como Ilha Grande de Joanes. O arquipélago recebeu em 1754 o nome de Marajó, que em tupi significa “barreira do mar”, é formado por um conjunto de ilhas que contém a maior ilha fluvial do mundo. Com 49.606 Km², o arquipélago está integralmente situado no Estado do Pará e constitui-se numa das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. Seu território está dividido em 12 (doze) municípios, cujos limites estendem-se pelas ilhas do entorno, com área total de 5.998.570 ha. A população total do arquipélago no ano de 2005, de acordo com estimativa do IBGE, foi de 418.160 habitantes, o equivalente a 6,15% da população paraense” (GOVERNO FEDERAL, 2007. p.7). Atualmente os dados do IBGE estimam uma população de 487.010 habitantes, representando 6,42% da população paraense (IBGE, 2012).

Inspirada na leitura de Pantoja (2004) e diante da situação que o próprio campo impunha durante os períodos em que passei convivendo com a família Monteiro, optei por fazer uso de métodos etnográficos para compor a história do ponto de vista local, que se apresentava de forma gritante nos diversos diálogos que conseguia tecer com os membros e mesmo os não membros da família Monteiro.

Segundo Pantoja (2004), “aprender a história tal como ela se apresenta do ponto de vista local” (p.14) nos ajuda a entender um passado muito recente de nossa história e a refletir, de forma mais realista, sobre o planejamento pensado para a nossa região Amazônica. Através das narrativas, a autora trás a cena “os sujeitos de suas vidas” como personagens com “trajetórias e identidades singulares” e isso usando métodos etnográficos. Inspirado no trabalho etnográfico de Pantoja (2004) e outros como Wagley (1988) e Herédia (1979), também fiz uso de técnicas etnográficas com o intuito de constituir parte da história da família Monteiro. Essa composição histórica veio a ser de grande importância para entender as relações de trabalho estabelecidas nas unidades de produção familiar, bem como identificar importantes transformações nas relações sociais que vieram a redefinir as relações de trabalho.

Para estabelecer um primeiro contato com a comunidade, bem como observar as possibilidades de desenvolver um estudo relacionado à temática proposta, realizei um trabalho de campo preliminar de 15 dias no mês de dezembro de 2010, período de chuva, junto à Comunidade do Furo do Baiano (Figura 01), no município de Afuá-PA, mais especificamente na localidade do Rio Preto. Esse primeiro momento constituiu uma fase exploratória (QUIVY; CAMPANHOUDT, 1998), que nos permitiu avançar na construção do Projeto de Pesquisa.

Figura 01 – Mapa de localização da área de estudo no Furo do Baiano dentro do perímetro do município de Afuá- PA, onde ocorrem as atividades de cunho sindical, e seu posicionamento em relação a Macapá - AP, onde ocorre grande parte da comercialização do fruto do açaí.



Fonte: IBGE, 2011. Elaboração: Joyse T.S. dos Santos, com dados de Maricélia G. Barbosa 2012.

O primeiro momento junto ao *locus* da pesquisa deu-se no final do ano de 2010, após o encerramento das disciplinas do curso de mestrado. Na ocasião tive a companhia de minha orientadora nos primeiros dias em campo, o que contribuiu para minha inserção junto àquele novo ambiente, a família de seu “Trevoada”. Nos dias em que estive presente na comunidade, pude acompanhá-la em algumas visitas a outros membros da família e, na ocasião, observar como iniciava e conduzia o diálogo, o desenrolar das conversas, que geralmente findavam em uma entrevista (DAMATTA, 2000). Durante esses momentos iniciais, ela aproveitava para me apresentar aos membros da família e falar das possibilidades de desenvolver meus estudos junto a eles, confirmando a autorização obtida em sua visita prévia.

Quando minha orientadora precisou voltar, eu já estava bem familiarizada com a família extensa dos Monteiro, principalmente com as crianças, que nesse momento inicial sempre apareciam bem cedo na casa de seu “Trevoada”, sempre cheias de curiosidades e perguntas; de certa forma também sentia que estava sendo entrevistada por elas. Essa aproximação com as crianças foi bem espontânea e interessante, pois elas queriam estar sempre comigo, saber para onde eu iria, o que iria fazer. Quando não era possível elas me acompanharem, algumas ficavam chorando no trapiche em frente a casa, enquanto eu embarcava para ir a outras casas ou às áreas de trabalho.

Essa aproximação com as crianças facilitou muito minha estadia na comunidade e conseqüentemente minhas observações, pois através delas pude me aproximar dos pais e, de certa forma, do convívio das famílias nucleares. Com o passar dos dias, passei a receber convites para tomar um café no fim da tarde, para almoçar, para ir ao roçado⁹ colher alguns produtos e para colocar iscas para pegar camarão. Também aproveitava quando alguém da casa de seu “Trevoada” ia até outra casa na Vila, me candidatando para ir junto. D. Porfíria, esposa de seu “Trevoada”, gostava de visitar as comadres, cunhadas na vila e sempre me chamava para ir junto. Isso foi me familiarizando com o restante da família extensa e passei a frequentar as demais casas da vila mesmo sem convite prévio.

Também nesse primeiro momento, pude perceber que D. Porfíria era uma mulher que não parava um segundo, sempre se desdobrando entre os afazeres domésticos e o roçado. Durante boa parte do tempo que permaneci na comunidade passei a acompanhá-la em suas

⁹ É importante ressaltar aqui que os chamados “roçados” nas ilhas do arquipélago do Marajó em muito se diferem dos “roçados” e mesmo das “roças” de terra firme, no continente. Suas áreas se restringem a um quarto ou quinto de ha para o plantio de banana, milho, pimenta, macaxeira, chicória e jambu. Os “roçados” observados junto a região do estudo são heretogêneos, com relativa diversidade de produtos e sem uma ordem de plantio. Atualmente predomina o plantio de hortaliças.

atividades, e durante esses momentos riquíssimos, entre uma conversa e outra, fui coletando informações preciosas que mais tarde me ajudariam a compor esse trabalho.

O trabalho de campo preliminar foi um reconhecimento da área, das pessoas, e foi muito importante para “sentir o local” e perceber as possibilidades de desenvolvimento de um trabalho. As observações, conversas informais e relatos, ainda que coletados de forma bem simples nesse primeiro momento, foram determinantes para construir o objeto de pesquisa e planejar as próximas inserções ao campo. Os laços preestabelecidos durante essa primeira estadia junto à família Monteiro foram determinantes para o bom andamento da pesquisa, pois foi a partir deles que consegui participar das atividades, do cotidiano das famílias, de forma espontânea, ao ponto do caderninho de anotações, o gravador e a máquina digital, que sempre carregava comigo, passaram a ser vistos como algo comum, que não causava mais espanto, nem tão pouco timidez. Meus materiais de trabalho passaram a ser aceitos por todos, e virou até uma característica minha, pois quando me descuidava de um deles e acabava esquecendo, antes de entrar no barco eles me faziam lembrar e então voltava para buscá-los.

Durante o pré-campo, apesar de ter passado 15 dias convivendo com a família, minha sensibilidade aos temas que o próprio campo posteriormente impôs não foi significativa. Não consegui perceber com clareza os grandes temas a serem trabalhados na dissertação. Porém, mesmo sem identificar uma grande problemática, me dediquei a escrever o projeto de pesquisa baseado nessas primeiras impressões e possibilidades que identifiquei na área de estudo.

Em meio ao processo de elaboração do projeto de pesquisa, participei da II Oficina de Pesquisa do Projeto Pró-Cultura, realizada em Belém no período de 24 a 27 de março de 2011, e que reuniu todos os pesquisadores, bolsistas e representantes de movimentos sociais que integram o projeto. Na ocasião apresentei os avanços na construção de meu projeto de pesquisa e recebi significativas contribuições para melhoria do projeto. Uma contribuição especial veio do coordenador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (NCSA), o professor Alfredo Wagner B. de Almeida, que pacientemente dedicou alguns minutos para dialogar comigo e minha orientadora sobre meu projeto de pesquisa. Durante esse diálogo, me fez vislumbrar o potencial a ser explorado durante os possíveis campos de minha pesquisa junto a Comunidade do Furo do Baiano. Além das orientações sobre a pesquisa de campo, ainda sugeriu literaturas que poderiam me inspirar a desenvolver um bom trabalho científico.

Com a evolução das leituras e das reuniões de orientação, identifiquei que o método do estudo de caso (BECKER, 1994) era o que mais responderia à proposta que estava construindo, devido à escolha de trabalhar com uma família extensa dentro de uma

comunidade. Também optei pelo uso de algumas técnicas tais como a observação participante, entrevistas e conversas informais (MANN, 1973), registros de histórias de vida (GONÇALVES; LISBOA, 2007) e fotográficos (VIEIRA *et al.*, 2005), assim como a elaboração de mapas participativos (CRAMPTON; KRYGIER, 2008; RAFFESTIN, 1993) para compreender o espaço da família como um todo. Optei pelo uso de entrevista semi-estruturada e questionário estruturado para coletar informações quantitativas sobre a produção e a variação do preço do açaí durante sua safra e entressafra.

Com essa primeira versão qualifiquei meu projeto de pesquisa e, logo em seguida, realizei meu primeiro trabalho de campo da pesquisa, que também consistia na minha segunda ida à comunidade. Esse segundo momento ocorreu em meados do mês de abril de 2011 e teve a duração de um mês; as chuvas estavam diminuindo assim como a produção de açaí. Ainda durante meu pré-campo, de posse de uma câmera digital e do consentimento dos interessados, havia feito algumas fotos de crianças, pessoas idosas, famílias, e inclusive de pessoa que faleceu nesse ínterim e que os familiares não tinham outra lembrança da pessoa a não ser uma pequena, antiga e borrada foto. Quando retornei para essa segunda etapa da pesquisa, levei impresso algumas dessas fotos e entreguei às famílias. Todos ficavam felizes de receber aquela lembrança, que consideravam especial por ser uma foto da família reunida, que ninguém tinha feito antes. Ainda levei algumas fotos individuais de algumas crianças, mas a emoção foi maior pela foto do ente querido que havia falecido.

Meu retorno à comunidade foi marcado por estas lembrancinhas, pois alguns duvidavam que um dia eu voltasse à comunidade e muito menos levasse impresso as fotos que havia tirado. A surpresa foi boa e todos agradeceram muito, há tempos desejavam ter uma lembrança da família inteira, mas nunca conseguiram, pois os fotógrafos que raríssimamente apareciam na região, costumavam cobrar muito caro para realizar o trabalho.

Nesse segundo período em campo, tive mais tempo para observar o cotidiano das famílias e participar das atividades que desenvolviam ao longo do mês. Passei a participar de quase tudo que me convidavam e, às vezes, me oferecia para ir. Sempre procurei observar tudo com muita atenção, sempre fazendo minhas anotações. Adotei a sugestão de minha orientadora de possuir dois cadernos pequenos de campo, um para fazer minhas anotações gerais, do qual só desgrudava na hora de tomar banho, e outro para ser meu diário de campo, onde sempre, antes de dormir, descrevia tudo o que havia feito durante o dia. Essa estratégia me ajudou muito na hora de elaborar os relatórios de campo, pois as informações estavam todas registradas nos cadernos. Também tinha sempre em mãos uma câmera digital, um pequeno gravador, e o GPS que usava sempre que necessário, este último utilizava para

registrar pontos de locais considerados estratégicos pela família com intuito de mais tarde espacializar essas informações.

Durante esse segundo momento de minha pesquisa em campo, mais precisamente os primeiros quatro dias na comunidade, acompanhei as atividades de produção de um audiovisual sobre o grupo social que estava pesquisando, os tiradores de açaí, previstas no projeto Pró-Cultura. O registro de imagens em campo foi realizado pelo cinegrafista Eddie Sousa Júnior e contou com a colaboração de seu “Trevoada”, que juntamente conosco, ajudou no planejamento e execução das gravações. Essas gravações, em conjunto com as gravações realizadas junto às quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão, e aos índios Tembés, no Pará, resultaram no filme intitulado “Bora, gente!”¹⁰.

De posse dos objetivos específicos já delimitados no projeto de pesquisa, fui vivenciando o meu 1º trabalho de campo, a princípio os objetivos foram: a) Analisar a composição/organização das unidades familiares discutindo a noção de família nuclear e família extensa; b) Identificar e descrever as principais atividades produtivas desenvolvidas dentro das unidades familiares bem como as relações de trabalho estabelecidas entre os familiares; c) Identificar e descrever as influências do mercado de açaí (crescente demanda) nas relações de trabalho entre as unidades familiares; e d) Compor o histórico de formação da Vila Monteiro.

Ao final dessa segunda etapa, havia informações suficientes coletadas. O desafio que se apresentava dessa vez era o de sistematizar tudo em um relatório de campo. Com o trabalho de sistematização, fui identificando alguns pontos interessantes que poderiam render capítulos da dissertação, mas precisariam ser mais bem trabalhados, mereciam uma investigação mais detalhada.

Durante os vários dias em contato com as famílias da localidade do rio Preto identifiquei várias questões com potencial investigativo como, por exemplo: os mutirões familiares e entre amigos, que atualmente raramente ocorrem, mas que predominavam há 20 anos atrás; o evento chamado a “entregação da moça” que marca a passagem de uma moça solteira para uma vida conjugal; a socialização das crianças para o trabalho em que, entre os pré-requisitos, está o “saber nadar” e as transformações nas relações sociais com reflexos na ação social local. Essas questões serão melhor referidas nos próximos capítulos. Para esta dissertação, não foi possível abordar toda diversidade dos fatos encontrados em campo devido

¹⁰ O filme “Bora, gente!” Direitos e Conhecimentos em Movimentos (42 min, Manaus/AM, 2011), foi produzido pelo Núcleo de Imagem, Direito e Meio Ambiente – PPGDA – UEA. O filme é um dos subprodutos do Projeto “A cultura na Construção e Defesa dos Territórios Tradicionais numa Sociedade Pluriétnica”, edital PROCULTURA-MinC/CAPES, de autoria de Andrea Borghi e Eddie Souza.

ao tempo disponível para realização do trabalho, o que não impede pensar em uma abordagem mais ampla no futuro.

Nos relatórios de campo registrei informações sobre a história da família Monteiro, sua chegada na região, o trabalho da família, seus conflitos iniciais por direito à terra e o crescimento da família, sempre a partir de suas próprias narrativas. Com a organização das informações na forma de relatórios, pude identificar pontos críticos da história da família Monteiro, intrinsecamente relacionados a transformações ocorridas ao longo dos anos na constituição dos vínculos sociais dentre e entre a família. Com a constituição de parte da trajetória de alguns membros da família como seu Rosemiro Monteiro, o patriarca da família, assim como de dona Antônia Amorim, a matriarca, essas transformações foram ficando mais evidentes.

Com a leitura e correção dos relatórios, fui organizando esses pontos de interesse para a pesquisa, tentando agrupar as informações. Durante esse processo identifiquei que haviam lacunas nas informações sobre a história de vida da família Monteiro e que precisavam ser preenchidas. Faltavam detalhes como a exatidão nas datas de vários acontecimentos, havia informações incompletas, outras aparentemente contraditórias, que necessitavam de uma maior investigação. Essas pendências também eram separadas para serem sanadas durante o 2º trabalho de campo. Com o que já tinha, fui avançando e cheguei a ter uma primeira versão dos possíveis capítulos da dissertação.

No mês de junho, quando se inicia a chamada “safrinha” do açaí, período que consiste em uma produção reduzida do fruto e queda no preço, pois esse período coincide com a safra na região metropolitana de Belém e as geleiras já não aparecem mais na região, consegui realizar meu 2º trabalho de Campo, e passei mais 25 dias na Vila Monteiro. Já de posse dos avanços na estrutura da dissertação, procurei responder aos questionamentos, refinar as informações e coletar aquelas que estavam faltando. Esse terceiro momento em campo foi bem interessante, pois desde o pré-campo buscava me aproximar dos jovens, tentava conversar, mas era difícil, percebia certa resistência por parte deles. Interagia com eles, mas não me sentia tão próxima como com os casais, com as crianças, com os idosos com quem conversava sobre tudo.

Por vezes, tentei imaginar estratégias de aproximação e durante esse processo recordei-me dos tímidos convites que uma vez ou outra eu recebia para ir a uma festa, a um jogo de futebol, a um torneio. Como não era muito fã de futebol, preferia visitar alguém com seu “Trevoada” ou com D. Porfíria, ou mesmo acompanhar outro membro da família. Foi durante o último campo que consegui me aproximar mais deles.

Coincidentemente, nesse 3º trabalho de campo, cheguei a dois dias de uma grande festa que acontece anualmente na região, a “Festa do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Afuá”. É uma festa muito esperada e que geralmente atrai diversas caravanas de várias localidades do município, que se deslocam até o local da festa para participarem de torneios, bingos, concurso da miss STTR e, sobretudo, para maior interação entre os jovens. Cheguei em plena ebulição dos preparativos para a festança e pude observar o alvoroço das pessoas como um todo em função do evento e principalmente a expectativa dos jovens. Nesse momento, me dei conta do que estava perdendo quando rejeitava os poucos convites que tive para ir a uma festa, a um jogo. Desde então passei a aceitar os convites que chegavam a mim e passei a interagir mais com os jovens, acompanhando pequenos grupos nos torneios, bingos e algumas festas e me surpreendi muito com as descobertas. Finalmente, me sentia mais próxima deles e pude avançar nas pendências de meu trabalho.

Apesar de registrar tudo o que via e ouvia (OLIVEIRA, 2000), sempre lembrava o foco e o objetivo inicial do trabalho, as transformações nas relações sociais, em especial as relações de trabalho, junto a unidades de trabalho familiar, para não me descuidar das pendências, pois a diversidade de informações era tentadora. Porém, também aprendi que não há, neste grupo, uma nítida separação entre relação de trabalho e outras relações sociais, as mesmas se entrelaçam.

Para a realização dessa investigação de cunho sociológico e antropológico, fizemos uso de metodologias qualitativas. Especialistas nesse tipo de investigação como Junker (1971), Mann (1973), Velho (1978), DaMatta (2000), Michelat (1982), Becker (1994), Oliveira (2000), Lenoir (1998) e Vieira *et al.* (2005), chamam a atenção para os métodos a serem utilizados na aquisição de dados em uma investigação dessa natureza. Compactuamos com muita das orientações desses especialistas, em especial Becker (1977) sobre o proceder em uma investigação científica com o mínimo de *bias*.

Além das metodologias qualitativas referidas no parágrafo acima, também fizemos uso de questionários para a coleta de dados quantitativos, organizados pela estatística descritiva, para trabalhar as informações coletadas sobre a produção de açaí ao longo de um ano.

Para estes dados quantitativos, contei com a colaboração de algumas famílias que se colocaram a disposição para me ajudar a coletar os dados relacionados ao volume de açaí, que era comercializado em cada unidade familiar durante o ano, bem como o preço que o produto recebia e o destino dele. Inicialmente 20 famílias da região Furo do Baiano como um todo se dispuseram a colaborar, ainda durante o pré-campo. Essas famílias receberam um questionário

estruturado (Anexo 01) no qual foram inseridas diariamente, informações referentes à quantidade produzida (venda e consumo), preço praticado e destino do açaí e de palmito, extraídos ao longo do ano de 2011. A cada retorno meu a campo visitava essas famílias para ver as anotações e tirar dúvidas. Além desse questionário sobre a produção, também aproveitei para aplicar uma entrevista semi-estruturada (Anexo 02) junto a essas famílias colaboradoras do estudo, no intuito de ter informações básicas do perfil familiar. Porém ao longo do ano, algumas famílias não concluíram o levantamento dessas informações, deixaram de anotar os dados e foi necessário nos adaptarmos a esses obstáculos da pesquisa de campo. E dessas 20 famílias iniciais, apenas 15 famílias persistiram com as anotações até o final do ano.

1.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Iniciaremos esta revisão bibliográfica apresentando uma breve constituição do campesinato amazônico e suas especificidades dentre as quais destacamos o modo de viver e se reproduzir imiscuído com o uso dos recursos naturais (OLIVEIRA FILHO, 1979).

1.3.1 O Campesinato Amazônico

O campesinato na região amazônica difere das demais regiões do Brasil. Ele se desenvolve fora do contexto de *plantation* que predominou nas demais regiões brasileiras, em especial sul e sudeste do Brasil. De acordo com Pantoja (2004), o campesinato amazônico nasce em meio a “uma diversidade de encontros e confrontos entre grupos étnicos, cujas fronteiras sofreram redefinições” (p.62), e me arrisco a dizer que este processo ainda se faz presente na atualidade.

Segundo Oliveira (1979), estudar a histografia da região amazônica é mergulhar em um universo de acontecimentos e fatos que vão além do que se vê cristalizado nos livros. Um período de grande destaque na nossa história e muito estudado por Oliveira (1979) é o período da borracha que muito influenciou no desenvolvimento da região. Para o autor, estudar esse período de grande destaque na Amazônia é ir além do ciclo da borracha, é compreender outras questões importantes que estão além do apogeu e decadência desse produto na região. A utilização da mão de obra indígena durante as primeiras explorações, a exploração do látex imiscuído com outras produções, em geral de subsistência, e a multiplicidade de papéis

econômicos são questões importantíssimas que precisam ser melhor revisadas pelos estudiosos desse período histórico de nossa região.

O modelo de seringal cristalizado na histografia da Amazônia é o que Oliveira (1979) denomina de “brabo”, este modelo prevaleceu no auge da borracha, em um momento histórico que a Amazônia vivenciava uma perspectiva desenvolvimentista e integralista do governo brasileiro, pensada para essa região do Brasil tida como um vazio demográfico em meados da década de 70 (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002). O seringal do “brabo” é caracterizado principalmente pela mão de obra nordestina, que desconhecia o território e a natureza local. Oliveira (1979) estuda o seringal a partir de uma noção de fronteira e chama atenção para outro modelo de seringal que antecedeu ao seringal do “brabo”, este outro modelo é denominado de “seringal caboclo”.

O “seringal caboclo” é caracterizado pela força de trabalho local, de origem cabocla e mestiça, e que, em conjunto com a extração da borracha, desenvolviam outras atividades produtivas como: a pesca, a agricultura de subsistência (pequenos roçados), a extração de sementes oleaginosas, fibras, frutas, madeira, entre outros produtos. A família extensa dos Monteiro vivenciou um pouco desse seringal caboclo como veremos no próximo capítulo. Os pais de seu “Trevoada” e até mesmo ele próprio e os irmãos vivenciaram este modelo de seringal desconhecido por muitos, mas tão importante historicamente como o modelo de seringal cristalizado nos livros.

Na obra “Os Milton” de Pantoja (2004), a autora traz a cena uma família tipicamente cabocla, que vivenciou os “seringais caboclos” e os “bravos” caracterizados por Oliveira (1979). Através das narrativas dos personagens locais, a autora revela características do campesinato amazônico, expondo a importância das “relações familiares e de parentesco que geralmente se dão de forma invisível nas zonas rurais e florestais do Brasil” (p.16). A autora abre o horizonte para “a vida na floresta”, revelando peculiaridades do campesinato que se instaurou em nossa região.

Pantoja (2004) ressalta a importância das relações sociais dentro da família e destaca a importância que os laços de parentesco e afetividade assumem dentro desse processo. Veremos que existem semelhanças ao observarmos a família extensa dos Monteiro, ambos exemplificam as particularidades do campesinato amazônico. As relações sociais presentes neste campesinato se dão de forma diferenciada, que como já colocado anteriormente, difere do campesinato na situação de *plantation* que predominou em outras regiões do Brasil.

No contexto de *plantation*, a terra é um elemento chave na construção do campesinato, o controle dos padrões se dá pela posse da terra, que é tido como um recurso

fechado, diferente da Amazônia que, enquanto fronteira, a terra é vista como um recurso aberto, o controle do patrão se dá pelo crédito e não pelo monopólio da terra (informação verbal)¹¹.

Esse modelo diferenciado de campesinato identificado por Oliveira (1979) e também por Pantoja (2004) é o que chamamos de campesinato amazônico. Um campesinato com um modo de viver e se reproduzir diferenciado, onde as relações e vínculos sociais assumem papel importantíssimo na constituição e reprodução de uma unidade econômica de trabalho familiar.

1.3.2 A unidade econômica de trabalho familiar como unidade de análise relevante.

Alexandre Chayanov (1981), ao analisar a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, destaca em suas análises a “unidade econômica familiar não assalariada” que também denomina como “unidade econômica familiar de trabalho”, “unidade econômica familiar”, “unidade econômica de trabalho” e “unidade econômica de trabalho familiar” (p. 134). Neste trabalho estou considerando “unidade econômica de trabalho familiar” aquela cuja característica principal é a força de trabalho provida e controlada pela família, não havendo emprego da força de trabalho assalariado nos moldes capitalista.

Mesmo se tratando de uma análise sobre o campesinato russo do início do século passado, os escritos de Chayanov sobre a economia camponesa, que iniciaram no ano de 1911, nos apóiam no estudo da unidade familiar de produção amazônica. Para Chayanov, a lógica econômica das famílias camponesas difere da lógica econômica capitalista, pois a “unidade econômica de trabalho familiar” funciona simultaneamente como unidade de produção e de consumo. Segundo o autor, essa coincidência a diferencia da empresa capitalista por uma relativa independência aos ditames do mercado:

[...] uma empresa capitalista só pode aumentar sua intensidade além do limite de sua capacidade ótima se a própria situação alterada de mercado força o ótimo na direção de maior intensidade. Na unidade de trabalho familiar a intensificação pode ocorrer mesmo sem esta alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas da unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser desfavoravelmente proporcional a extensão de terra cultivada. (CHAYANOV, 1981, p. 141).

¹¹ Palestra “Identidade, território, tradição e recursos de uso comum” proferida pelo Prof^o Alfredo Wagner B. de Almeida, durante a programação de atividades do projeto Procultura, Belém/PA, em março de 2011.

Apesar da extensão de terra em cujas florestas se pratica o extrativismo e onde se fazem os roçados ser relativamente favorável ao tamanho das famílias de “tiradores de açaí”, nosso trabalho de campo verificou que a pressão das forças internas da unidade não são exclusiva ou necessariamente determinadas pelo mercado.

Para Chayanov, a variação na força de trabalho do grupo doméstico ao longo dos estágios do ciclo familiar determina o tamanho e o potencial produtivo da “unidade econômica de trabalho familiar”. A dualidade produção e consumo se estabelecem através de uma relação equilibrada entre as necessidades de consumo e a disponibilidade de força de trabalho da família. Para Chayanov:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano. (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Segundo Chayanov (1981), o funcionamento da unidade de produção e consumo é fundamentado na racionalidade camponesa, que determina o grau de intensificação do trabalho com vistas a assegurar o bem estar familiar, o que também é visto como uma forma de administração, gestão da unidade produtiva pelo gestor responsável. Para o autor, a família é uma unidade de produção e sendo assim seu tamanho e sua composição são determinantes para definir a organização da unidade familiar no que se refere à capacidade e grau de penosidade do trabalho.

Ao analisar a unidade econômica de trabalho familiar, Chayanov contribuiu significativamente para o entendimento da teoria econômica de uma forma geral, principalmente no que se refere à crítica às inúmeras tentativas de construir uma única teoria universal para todos os sistemas econômicos, desconsiderando a existência e as especificidades dos sistemas econômicos não capitalistas. Para o autor “o futuro da teoria econômica consiste em conceber vários sistemas teóricos, adequados ao elenco de ordens econômicas presentes e passados, que revelem as formas de sua coexistência e evolução” (CHAYANOV, 1981, p. 163).

Como já colocado anteriormente, a economia da família Monteiro, que ilustra a situação dos tiradores de açaí, pode ser explicada segundo a teoria de Chayanov, apresentando variantes às suas observações. Dentro da família extensa Monteiro, existem semelhanças com a teoria de Chayanov comuns às cinco unidades econômicas de trabalho familiar em análise.

A unidade de produção é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Porém durante o campo da pesquisa, foram identificadas variações internas as unidades de produção e consumo. Em algumas unidades encontramos pequenas áreas de açazal separadas para usufruto individual. Em relação aos roçados, onde predominantemente produzem para a venda, apenas o excedente é consumido. Apesar de não consumidos diretamente, a venda dos produtos do roçado é que abastece as despensas das unidades familiares de mercadorias industrializadas, por um grande período do ano.

Uma importante contribuição científica, que teve como base de análise a unidade familiar de produção no nordeste brasileiro, é a obra “A morada da vida” de Heredia (1979). Ao analisar a organização interna de unidades de produção familiar que tinham como pano de fundo o campesinato marginal à *plantation* açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, que como já discutimos anteriormente difere do campesinato amazônico, a autora identificou uma oposição entre unidade de produção e unidade de consumo, apresentando uma variação à teoria chayanoviana. Heredia identificou que:

[...] além do *roçado* familiar, existem outros *roçados* chamados de *roçadinhos* que são de usufruto individual. A existência dos *roçadinhos* é um mecanismo, através dos quais os membros do grupo doméstico são socializados e, ao mesmo tempo, são elementos que acentuam o caráter de individualidade desses membros. (HEREDIA, 1979, p. 27).

Ao analisar as relações de trabalho dentro da unidade familiar de produção, apresentado como unidade de produção camponesa, Heredia (1979) identifica uma variante à teoria da economia camponesa, que apresentava uma visão unificada e de coincidência completa entre unidade de produção e consumo. Para Heredia, os *roçadinhos* constituíam um mecanismo de socialização para o trabalho dos membros da família, mas também acentuavam o caráter individual dos mesmos.

No caso da economia nas unidades de produção familiar dos Monteiro, que também considero como sendo uma economia camponesa, encontrei variantes da teoria de Chayanov assim como Herédia. Existem áreas de açazais destinados ao usufruto individual, além das unidades de produção e consumo familiar. Em um dos casos observados em uma das famílias nucleares, as mulheres possuem uma área de domínio pessoal, para usufruto pessoal. Mãe e a filha trabalham juntas nessa área. O que conseguem arrecadar com a venda da produção de açai dessa área é de usufruto pessoal e costumam comprar bens de consumo pessoal (perfumes, roupas, calçados, entre outros). O que é arrecado desta área não costuma entrar no consumo geral da família. Neste caso, além de ter esse caráter individual, outra observação é

sobre a questão de gênero. O pouco que pude observar sobre essa situação, não é suficiente para fazer conclusões a respeito, Necessitaria de um mergulho mais profundo na observação e na teoria, e devido ao tempo não foi possível aprofundar mais.

No que se refere aos roçados observei que o que se produz nem sempre é para o consumo direto, o maior volume da produção é para venda e o excedente é o que fica para o consumo, o que torna a unidade mais dependente do mercado, pois produz principalmente para o mercado e não para o consumo direto. Apesar dessa produção não ser diretamente para o consumo familiar, ela é tida como fundamental, pois sua comercialização é motivada pela necessidade de aquisição de bens não produzidos no estabelecimento familiar.

Ao analisar a família como unidade de produção e consumo, Herédia (1979), elege a divisão de trabalho entre os membros como caminho para compreender as regras que davam fundamento às relações de trabalho familiar. Porém, identificou que a visão de *trabalho* dentro da unidade familiar era diferente da que a própria autora estava familiarizada, *trabalho* referia-se a um tipo específico de trabalho naquela área. Heredia (1979) compreendeu que a divisão das tarefas se dava mediante a oposição *masculino-feminino*, ou seja, a divisão por sexo, e que se dava de forma mais profunda e clara na oposição *casa-roçado*, que definia com mais clareza o que era considerado *trabalho* e o que não era.

A partir dessas descobertas Heredia (1979) pode analisar as mediações de seu trabalho e concluir que, para o caso em análise, a visão chayanoviana sobre a unidade econômica de trabalho familiar não podia ser aplicada de forma direta, pois embora as motivações para a relação com o mercado ainda seja a reprodução social do grupo doméstico, a unidade de produção não era exatamente idêntica à unidade de consumo. Este fato tornou sua obra de grande importância para os estudos a cerca da relação trabalho e família uma vez que traz à cena variações nas relações de trabalho familiar e o surgimento de novas estratégias de sobrevivência dos atores locais.

No caso dos Monteiro, também observa-se uma divisão de trabalho feminino-masculino, mas por se tratar de uma outra realidade, existe um outro espaço a ser considerado e observado, o açaizal. Além da casa e do roçado, existe o açaizal, este último é predominantemente de domínio masculino. Porém, existem muitas mulheres, principalmente entre os casais mais novos, que também tiram e controlam a venda do açaí, e que não são vistas como ajuda, mas como trabalho. A oposição mais patente que identifiquei em campo, está entre o *roçado-açaizal* que, no caso da família Monteiro, o *roçado* é predominantemente de domínio feminino, como veremos mais adiante. Apesar do domínio feminino e de uma produção para venda, no caso dela, o roçado “costuma salvar a família” (declaração de D.

Porfíria) principalmente na época da entressafra do açaí. Ao observarmos este caso da família Monteiro, uma família de tiradores de açaí, e o estudo de Herédia junto às famílias do Nordeste, constatamos que a unidade familiar de produção é uma unidade de análise eficiente por ser um universo não singular, que varia de acordo com o contexto em que se encontra, e com potencial de importantes descobertas sobre o universo de trabalho da economia rural. O caso dos Monteiro representa uma variação que confirma a mesma teoria de economia não capitalista. Apesar das variações inerentes a família extensa Monteiro, a lógica que permeia o funcionamento da unidade familiar nem sempre é baseada na lógica capitalista. As relações de trabalho e os vínculos sociais assumem papel de destaque na composição dessa lógica de funcionamento da unidade dos Monteiro como veremos nos próximos capítulos.

1.3.3 As relações de trabalho na unidade familiar de produção.

Compactuando com Heredia (1979), Garcia Jr. (1983) também identifica transformações nas relações de trabalho familiar ao analisar pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco. Ao analisar esse grupo, o autor compactua com as descobertas de Heredia sobre a oposição *casa-roçado*, porém além da divisão por sexo nos espaços de trabalho, o autor traz à tona as relações de parentesco dentro das unidades de produção familiar, e revela a grande importância dessas relações na reprodução da família. Segundo Garcia Jr:

[...] tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco e que o caráter familiar da divisão do trabalho é responsável por muitas de suas especificidades. (GARCIA Jr., 1983, p. 16).

Para Garcia Jr. (1983), **família** é “um conjunto de pessoas relacionadas por laços de consangüinidade e afinidade, laços que são sacralizados e cujas pessoas envolvidas guardam entre si uma relação de solidariedade mecânica” (p.116), e **grupo doméstico** refere-se ao conjunto de pessoas pertencentes à unidade **casa-roçado** e que trabalham e consomem conjuntamente. Além de constituir a residência, o grupo doméstico é o responsável pela reprodução física e social de seus membros. Segundo Garcia Jr. (1983, p. 101):

As relações de solidariedade entre os membros de uma mesma família, na produção doméstica, são de outra natureza (econômica e social), e diferem de processos de trabalho em que as relações de produção são estabelecidas por salários.

Segundo o autor, os laços de solidariedade existentes dentro de um grupo doméstico não se limitam a esse único grupo. Quando um membro da família constitui casamento e forma outro grupo doméstico, as relações de solidariedade existentes com o grupo doméstico de origem se redefinem, o que não se constitui como um rompimento, mas como uma redefinição, uma transformação na relação. Esse novo grupo doméstico geralmente precisa do apoio do grupo doméstico de origem para se estabelecer. Segundo Garcia Jr. (1983), o fato de se estabelecer enquanto grupo doméstico é atrelado ao fato de obter uma **casa** e um **roçado** próprio, e para tal, o acesso à terra ocorre, normalmente, mediante a partilha da herança.

Os laços de solidariedade estabelecidos no grupo doméstico de origem são de grande importância para a reprodução da família. Segundo Garcia Jr. (1983), quando um pai de família considera a demanda para atividades de produção superior à capacidade de seu grupo doméstico, ele pode acionar, através dos laços de solidariedade, a ajuda de um membro de sua família que pertença a outro grupo doméstico. Com este membro, o pai pode estabelecer uma relação de produção diferenciada (alugado, arrendamento, de meia), mas fortalecida pelos laços de solidariedade.

Woortmann (1967) ao realizar um estudo socioeconômico na cidade de Itá-Açú, no Baixo Amazonas, e analisar o “Grupo doméstico e parentesco num Vale da Amazônia” já identificava que a ocupação dos membros de uma unidade doméstica nas atividades produtivas se dava através dos tipos de famílias (elementar e extensa) e dos tipos de residência, destacando as chamadas “neolocais”¹². Segundo o autor:

Um sistema social que implique um isolamento geográfico produz uma tendência à aglutinação, através dos laços de parentesco, em famílias extensas, ou em outras modalidades de grupo doméstico, encarado este último, como unidade de divisão do trabalho e de sociabilidade (WOORTMANN, 1967, p.12)

Para Woortmann (1967), o grupo doméstico passa por diferentes fases de evolução, uma família elementar pode se transformar em uma família extensa e, ao longo dos anos, esta família extensa pode voltar a ser uma elementar e vice-versa. Segundo o autor “a família extensa não constitui um ‘padrão’ residencial, ou um ‘tipo’ de organização familiar”. A ela está atrelada uma flexibilidade que caracteriza-a como “um arranjo transitório, um recurso de ajustamento social” (p. 3).

Segundo o autor, “mesmo não existindo uma coabitação, as relações com a família de origem continuam operativas” (p.11), o que indica a função do grupo de parentesco como

¹² Ao mencionar as residências “neolocais” Woortmann (1967) designa esse termo para as novas residências dos filhos que geralmente são estabelecidas próximas a residência dos pais.

uma unidade de solidariedade. Tanto Woortmann (1967) como Garcia Jr. (1982), identificaram que as relações familiares e de parentesco tem o alicerce nos princípios de solidariedade, reciprocidade e cooperação.

Ao constituir a trajetória de vida de um grupo familiar, “os Miltons”, Pantoja (2004) também identifica, entre outros pontos, o significado dos laços de parentesco e o papel da afetividade interna a esses laços. Ao analisar a trajetória de vida da matriarca da família, D. Mariana, a autora chama a atenção para “as diferentes interpretações que o termo **parente** pode sofrer e, conseqüentemente, os efeitos sobre a elasticidade do conceito família” (p. 235). Segundo a autora:

[...] o parentesco (seja entre cognatos ou afins, mas também entre parentes rituais) terá sempre uma dimensão performática e afetiva, construída no percurso histórico da vida familiar. (PANTOJA, 2004, p.235).

De uma maneira geral, a autora apresenta a importância dos laços de sangue para os extensos e fortes grupos de parentes geralmente fundados nas relações entre pais e filhos. Porém, também chama a atenção para o fato de que a consanguinidade e a filiação não são o suficiente para estruturar uma rede de parentes. Para Pantoja (2004), fortes laços de afinidades e afetos são desenvolvidos com a convivência e o respeito estabelecidos ao longo dos anos, o que na relação entre D. Mariana e um dos companheiros de sua mãe, seu Raimundo Mocô, o qual ela considerava como seu “pai”, se fortaleceu ainda mais nas relações de trabalho, “a enteada passou a ser um braço forte na economia doméstica, com ele cortando e caçando, além de trabalhar nos roçados”. (p. 137). O relacionamento entre D. Mariana e seu “pai”, nos alerta para a importância dos laços de afinidade, respeito e confiança fortalecidos mediante o desenvolvimento do trabalho. Essas relações não biológicas ou não consanguíneas foram relevantes também na explicação das relações de trabalho dos “Monteiro”, como veremos nos capítulos que se seguem.

2. A CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

Neste capítulo abordaremos a constituição da família Monteiro do rio Preto que atualmente é formada por conjunto de grupos domésticos (GARCIA Jr., 1983) constituídos, prioritariamente, por laços de parentesco. Estes grupos domésticos estão articulados numa estrutura familiar extensa, espacialmente localizados próximos uns dos outros e têm em comum o reconhecimento como liderança o patriarca da família, seu Rosemiro Monteiro, já falecido.

Segundo Pantoja (2004), uma família ampliada, o que entendemos como extensa, é um conjunto de grupos domésticos, que também entendemos e denominamos como famílias nucleares, “localizados espacialmente, organizados na linguagem do parentesco – pai e mãe, filho e filhas, irmão e irmã – e com uma liderança comum reconhecida (...) fortemente dependentes de um patriarca ou matriarca, o que implica a sua própria temporalidade” (p.347).

Quando seu Rosemiro Monteiro, sua esposa Antônia Amorim e seus três primeiros filhos, inicialmente uma família nuclear, chegaram ao rio Preto ainda não existiam socialmente como a família os “*Monteiro do rio Preto*”. Eles eram reconhecidos socialmente como os fregueses do velho Zé Carvalho, o patrão. Seu Rosemiro, ainda menino, foi adotado pela família *Carvalho*, que era uma família de referência na época, a família do patrão. Apesar da condição de “filho de criação” de seu José Carvalho, seu Rosemiro se estabelece no rio Preto na condição de freguês nas terras de seu “pai adotivo”. Contudo, o parentesco “não biológico” entre seu Rosemiro e a família *Carvalho*, propiciou uma relação patrão-freguês relativamente diferenciada, que durou até o falecimento de Rosemiro.

Durante um período de aproximadamente 45 anos, ocorreu a formação da família extensa chefiada por seu Rosemiro Monteiro. Ao longo desses 45 anos de constituição, o laço de parentesco “não biológico” entre seu Rosemiro e a família *Carvalho* foi reforçado com a inserção de dona Benedita Amorim, sogra de seu Rosemiro, na família *Carvalho*. Alguns anos após a chegada de Rosemiro e Antônia, dona Benedita (mãe de Antônia) vem morar com o casal. Esta veio a se tornar mulher de seu Pedro Carvalho, irmão de José Carvalho. Dona Benedita e seu Pedro não chegaram a constituir filhos biológicos, porém os laços de parentesco “não biológico” entre seu Pedro e Rosemiro e daquele com Antônia, agora sua enteada e também mulher de seu Rosemiro, foram reforçados.

Na trajetória de seu Rosemiro e dona Antônia, assim como na trajetória de seu Milton e dona Mariana na obra *Os Milton* de Pantoja (2004, p.348), “as relações de parentesco foram

criadas e recriadas, ou receberam nova significação”. No caso de seu Rosemiro, seu tio adotivo Pedro Carvalho se tornou “padastro” de dona Antônia, sua esposa. A relação de parentesco não biológico entre ambos foi recriada, o que, segundo Pantoja (2004), é resultante de atos e escolhas dessas pessoas. Nesse contexto de criação e recriação de relações de parentesco, as relações de trabalho também vão sendo estabelecidas entre as famílias.

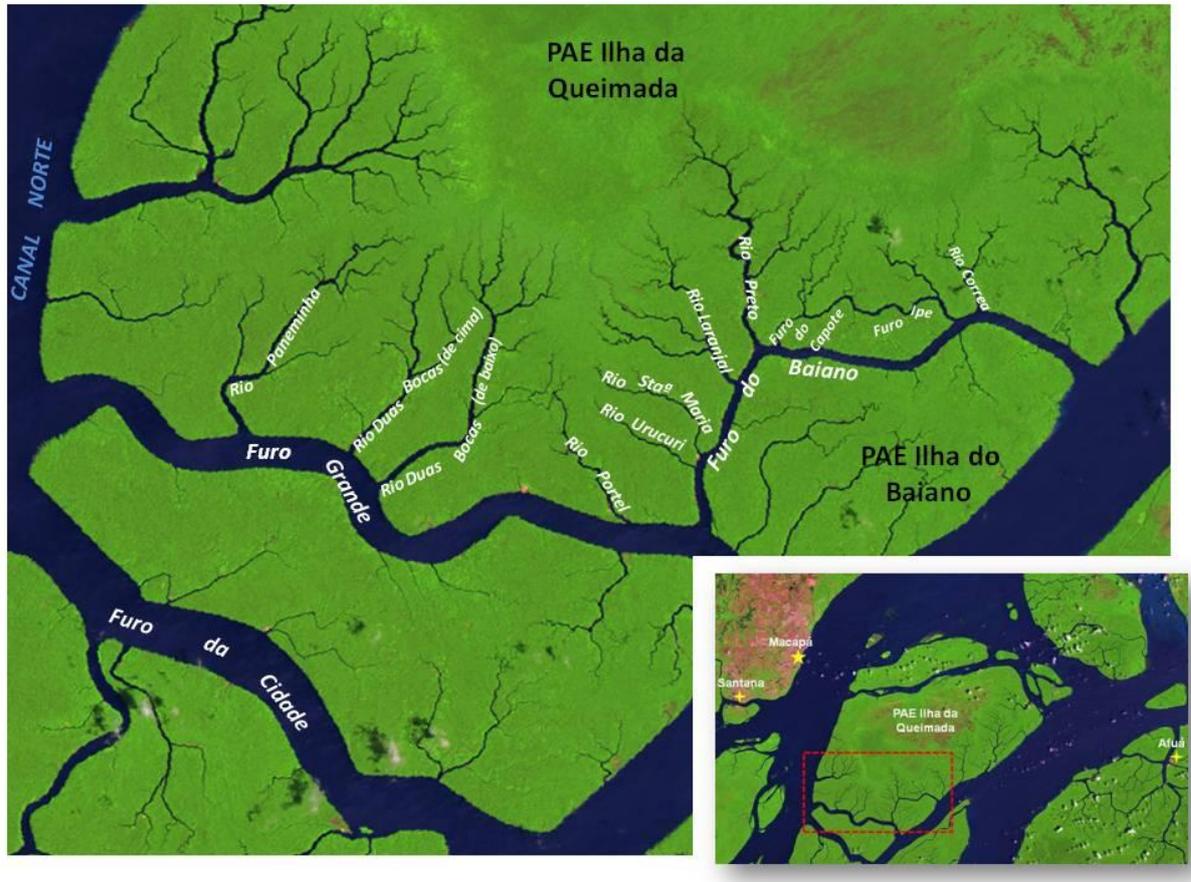
E dentre essas relações de parentesco e de trabalho é que se constitui a família dos *Monteiro*. Na análise dessa história, vemos que as relações de parentesco não biológico de certa forma amenizaram as agruras da relação patrão-freguês. Porém, apenas até o falecimento do patriarca Rosemiro.

Para compreendermos como ocorreu a constituição da família nuclear de seu Rosemiro na atual família extensa dos *Monteiro* no rio Preto, resgataremos a partir dos relatos de parentes entrevistados, parte da história de constituição dessa unidade familiar.

2.1 OS CARVALHO: A RELAÇÃO DE TRABALHO PATRONAL E A EXPROPRIAÇÃO

No final do século XIX e início do século XX, o Estado do Pará, em especial a capital Belém, recebia uma grande leva de imigrantes europeus em decorrência do período áureo da borracha (1879 a 1912) (RIBEIRO, 2005). A situação do atual município de Afuá não foi diferente a várias outras localidades gomíferas na Amazônia e também sofreu intensos impactos em decorrência dessa busca pela borracha (RIBEIRO, 2005). Nesse período, portugueses desembarcaram nas ilhas do arquipélago com o objetivo de se aventurar nas matas e explorar suas riquezas. Segundo a memória oral do grupo social descendente da família Carvalho, os irmãos Clementino Martins de Carvalho, Antônio Martins de Carvalho e Joaquim Martins de Carvalho, foram para a região do Furo do Baiano, em busca de aventura e de explorar essa região do Brasil (Figura 02).

Figura 02- Principais furos e rios de circulação da Comunidade do Furo do Baiano



Fonte: IBGE, 2011. Imagem LANDSAT/2006. Adaptação Maricélia Barbosa, 2011.

Logo que desembarcaram na região, os irmãos constituíram família. Em seguida, Joaquim Martins de Carvalho voltou à capital do e lá fixou residência, enquanto os outros dois irmãos Clementino e Antônio, fixaram residência nas margens do Furo do Baiano, em Afuá.

A história da família Carvalho também faz parte da memória da família Monteiro, pois, como veremos em seguida, suas trajetórias se entrelaçam.

“Eles chegaram de Portugal e com certeza se assentaram...aí não tinha dono aqui...a maioria dessas terras eles foram requisitando porque não tinha dono, não tinha habitante!” (Seu José Amorim Monteiro, 50 anos, Rio Preto).

Seu Clementino se casou com dona Rita Quintela de Miranda, e com ela teve vários filhos, dois em especial são importantes personagens na história da família Monteiro: Pedro Quintela de Carvalho e José Quintela de Carvalho. Seu Clementino foi homem de muitas

posses e, até hoje, é lembrado como um dos grandes patrões que existiu na região, recorda seu Manoel Miranda de Carvalho, conhecido como “Mirandinha” e neto de Pedro Carvalho:

“...suas terras começavam do rio Santa Maria, onde residia o caixeiro José Rodrigues de Moraes, até o rio Correia onde residia o carpinteiro naval José Rodrigues Jucá...” (Manoel Miranda de Carvalho, [neto do Pedro Q. de Carvalho] poeta e compositor regional, residente no Furo do Baiano).

Segundo seu “Mirandinha”, seu Clementino chegou a ter mais de 200 estradas¹³ de seringa, trabalhava como comerciante e matinha seringueiros que riscavam seringa em suas terras para obter o látex e o sarnambi¹⁴, também chamado de “rama”. Além de riscarem, os seringueiros também caçavam para obter o couro de certos animais.

No ano de 1922¹⁵, dona Rita Quintela de Miranda Carvalho veio a falecer e seu Clementino fez a divisão de suas posses no rio Preto entre os dois filhos: entregou toda a área da margem esquerda do rio para seu Pedro Carvalho e a área do lado esquerdo para seu José Carvalho, também chamado de “Zé Carvalho”(Pai)¹⁶. Quando seu Clementino veio a falecer e seus filhos assumiram de vez os negócios da família, também herdaram do pai o papel de patrão e as relações de trabalho patronais perante aqueles denominados fregueses.

Seu Pedro teve três mulheres, a primeira foi a senhora Brígida, com quem teve filhos. Depois de alguns anos casados ela veio a falecer e seu Pedro casou novamente. Sua segunda mulher foi dona Joana, com quem também teve filhos. Porém, depois de vários anos, ela também veio a falecer e então seu Pedro casou-se pela terceira vez, desta vez com a senhora Benedita Amorim, na época com dois filhos, Antônia e Marcírio Amorim. É nesse evento que as relações de trabalho entre as famílias dos patrões Carvalho e a família dos fregueses Amorim começaram a se imiscuir com outras relações sociais. Membros da família do patrão e do freguês começaram a construir relações percebidas como de parentesco, uma vez que, mesmo que não tivessem filhos biológicos, Pedro Carvalho e Benedita Amorim estabeleceram novas relações que envolviam filhos de ambos as partes. Novas atribuições e papéis

¹³ Segundo informações de seu Pedro Batista (81 anos), cada estrada de seringa era o equivalente a um total de 130 seringueiras que o seringueiro riscava para obter o látex.

¹⁴ O “sarnambi” ou “cernambi” era o nome dado a uma pequena sobra de borracha que durante o processo de defumação do látex, caía no chão e em contato com a terra sofria um processo de solidificação.

¹⁵ Segundo a família Carvalho, essa certidão de óbito redigida a mão foi feita no tempo em que o Amapá pertencia ao território do Estado do Pará em 1922, e hoje encontra-se em posse de seu bisneto, “Mirandinha” Carvalho.

¹⁶ Como de costume naquela época, seu José Carvalho colocou seu nome em um de seus filhos, que também veio a ser chamado de “Zé Carvalho”. Para melhor identificar de quem realmente se tratava, as pessoas passaram acrescentar *pai* ou *filho* no final dos nomes, especificando de quem se tratava.

reconfiguraram ou reconfirmaram as relações de parentesco “não biológico”. Dona Benedita viveu por mais de 15 anos com seu Pedro Carvalho, não tiveram filhos, mas ajudou a criar os seus filhos, órfãos de mãe muito cedo.

Dona Benedita nasceu por volta do ano de 1913 no rio Ipanema Grande, assim como sua mãe Georgina Amorim. Segundo D. Benedita, seu pai não chegou a trabalhar riscando seringa, ele vivia “embarcado”, uma expressão que indica uma profissão que, para os antigos, era exercida por homens responsáveis por embarcações que transportavam produtos do interior das ilhas para a capital. A atividade implicava em longas ausências da residência familiar, como recorda D. Benedita:

“...durante essas viagens dele, ele arranhou uma rapariga lá para as bandas do Barreta, próximo de Belém. E, quando viajava pra lá, ele sempre ia lá com ela e enchia a casa dela de mercadoria e quando ele voltava de lá vinha com a canoa seca, não trazia nadinha! E foi assim, foi assim e quando a gente se espantou eles [se referindo a família de Clementino Carvalho] vieram e tomaram o terreno lá do Ipaneminha, e aí a gente teve que ir embora para a Ilha do Caramujo, bem na frente de Macapá, onde tinha muita aningueira” (Dona Benedita Amorim, 89 anos, rio Preto)

Apesar de idosa, com estimados 99 anos de idade, D. Benedita relembra com lucidez esse período difícil em que sua família foi expulsa de suas terras. Segundo suas lembranças, compreendiam todas as terras as margens do rio Ipaneminha (ver Figura 02). Devido à ausência do pai junto à família, dona Georgina e os filhos ficaram vulneráveis e acabaram sendo expulsos das terras por famílias mais poderosas na época. A Ilha do Caramujo, onde passaram a habitar após a expulsão, já não existe mais¹⁷.

Depois que passou a morar na ilha do Caramujo, a vida de D. Benedita ficou mais difícil, pois segundo algumas recordações, a ilha era um verdadeiro “aningal”¹⁸ e, as crianças, inclusive ela, viviam doentes. Não demorou muito seu pai veio a falecer e sua mãe ficou com os filhos pequenos para criar. Os filhos mais velhos assumiram a responsabilidade da casa e passaram a trabalhar para sustentar a mãe e os irmãos menores. Nesse período, iniciavam as aberturas das primeiras estradas de seringa e logo seus irmãos começaram a riscar.

¹⁷ devido ao fenômeno de “terras caídas”, muito comum na região do Marajó, que consiste na erosão das terras que margeiam os rios em decorrência da força das águas que, durante o inverno, se avolumam chegando a invadir parte da porção seca das ilhas. Esse fenômeno geológico comum a paisagens estuarinas resulta no desaparecimento de inúmeras ilhas, ao longo dos anos.

¹⁸ Expressão regional que designa espaços úmidos não agricultáveis, geralmente nas margens de igarapés e rios em que há uma grande incidência de aninga (*Montrichardia linifera*).

Dona Benedita recorda-se que a morte de seu pai se deu devido a complicações com sua saúde. Segundo seu relato, ele sofria de hemorróidas e após ingerir carne de porco, que é considerada na comunidade uma carne “reimosa”¹⁹, ele foi acometido de hemorragia vindo a falecer. Dona Georgina, sua mãe, era uma senhora forte, que após a morte do marido passou a trabalhar dobrado para sustentar seus filhos. Ela começou a ajuntar sementes de murumuru (*Astrocarium murumuru* Mart.) e castanha de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) na mata para fazer remédios e também começou a comercializar o azeite das sementes com os marreteiros no rio. Além dessas atividades extrativistas, sua mãe também trabalhava na roça.

“... ela vendia para comerciantes que iam pelas bandas de lá. Era gente que tomava conta das terras do Joaquim Carvalho.” (Dona Benedita Amorim, 99 anos, rio Preto).

Dona Benedita era da idade de 15 anos quando casou pela primeira vez, seu primeiro marido era da cidade de Afuá, viveu alguns anos com ele e teve duas filhas. Quando se separou, teve que trabalhar para alimentar suas meninas e passou a coletar sementes na mata para extração de óleos. Ela passava muito tempo fora de casa trabalhando e como nessa época morava com parentes e às vezes conhecidos, costumava deixar as crianças com essas pessoas e elas acabavam deixando-as sozinhas, sem cuidados. Dona Antônia, uma de suas filhas, relata que “era muito sofrimento!”, faltavam as coisas básicas para sobreviver e ainda moravam de favor na casa de conhecidos. Segundo as entrevistadas, devido a essas condições, uma de suas filhas veio a falecer, ficando somente Antônia. As dificuldades de dona Benedita no comando de uma unidade familiar sem a força de trabalho masculina é relatada por sua filha:

“Minha mãe trabalhava demais! Aquela velha ali trabalhou muito pra me criar, aquela velha! Rolou do mundo por mim, sabe? Pra me criar! Chorou muito pela filha que tinha morrido... mas ela trabalhou muito, juntava castanha, caroço de murumuru, essas frutas assim né?! Ela riscar? Não sabia riscar porque tinha que usar uma faca. Ela cortava curupita²⁰, para tirar o sarnanbi pra levar pra vender... ela cortava, fazia um buraco na terra e aquilo pingava na terra e ficava o sarnambi, e nós juntava, lavava e depois vendia”. (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

¹⁹ O termo “reimoso” faz parte do vocabulário vernacular, muito utilizado para expressar algo que causa incômodo, que agride, que pode provocar distúrbios fisiológicos no organismo por possuir constituintes vasodilatadores.

²⁰ Segundo os informantes locais, “curupita” era um tipo de seringueira diferente da *Hévea brasiliense*.

Sem o membro masculino, a unidade familiar sequer podia estabelecer relação de trabalho patronal mais permanente, o que, naquelas circunstâncias amenizaria a situação em termos relativos. Assim, passado alguns anos D. Benedita voltou a juntar-se com outro senhor e com ele teve um filho o qual chamou de Marcírio. Junto com este companheiro, ela foi embora para a cidade de Chaves, levando consigo os dois filhos.

Nesse mesmo período, havia ocorrido a passagem do comando de Clementino Carvalho aos filhos, seu Pedro Carvalho juntamente com o irmão José Carvalho, que deram continuidade ao comércio do pai. Seu Pedro fixou residência na boca do Rio Preto e seu José fixou residência na cidade de Macapá, mas colocou fregueses para trabalhar em suas terras e quinzenalmente visitava as famílias para recolher a produção.

Seu Pedro e seu José Carvalho eram comerciantes e constantemente viajavam de barco para cidade de Belém, levando os produtos das ilhas para serem comercializados na capital. E durante uma dessas viagens, seu José Carvalho, o Zé Carvalho (pai), conheceu o pai de seu Rosemiro Monteiro. Este, por sua vez, tinha pouco mais de 10 anos. Era órfão de mãe e residia com o pai na Ilha do Pará, em um rio chamado Cutia. Era da idade de 13 anos quando seu pai veio a falecer e foi convidado por seu Zé Carvalho (pai) para trabalhar juntamente com ele.

“..quando o pai do meu pai morreu, ele tinha uma idade de treze anos, o papai...ele não tinha onde morar! A mãe dele já tinha morrido também. (...) ele morava na ilha do Pará, num rio parece que chamado de Cutia. E de lá com a idade de treze anos ele ficou desamparado, porque a mãe dele já tinha morrido a mais tempo e só tava o pai. E aí ele começou a viajar já, com o pessoal do Zé Carvalho, com o pai do Zé Carvalho [se referindo ao Zé Carvalho (pai)]. E aí ele começou a trabalhar já, e começou primeiro como...é.. cozinheiro, ele cozinhava nessas embarcações que iam pra Belém, desde de pequeno ele cozinhava e depois passou pra piloto. O papai trabalhou com o velho [Zé Carvalho], desde essa idade. Ele criou o papai!..O velho morreu! Morreu até nos braços dele [se referindo a seu Rosemiro]. E eles ficaram junto também na família dele, ele ficou morando junto com a família dele, do Zé Carvalho, por muito tempo ainda!..Depois dele já ter família, ele também passou a pilotar pro Pedrinho Carvalho [Pedro Carvalho], ele também pilotou embarcação lá do pessoal dos Ferreiras. Esses três ai ele pilotou! Dos Carvalho e dos Ferreiras.(Seu José Amorim Monteiro, 50 anos, rio Preto).

Segundo relatos de seu José Amorim Monteiro, o “Trevoada”, filho mais velho de seu Rosemiro, a primeira função de seu pai junto as embarcações da família Carvalho, foi ajudante de cozinheiro nas embarcações iam para Belém. Logo depois, passou a ser piloto de embarcação, um posto de comando, o “encarregado” da embarcação como era chamado na época. Segundo a memória dos entrevistados, seu Zé Carvalho (pai) adotou seu Rosemiro, e ele passou a morar e a trabalhar com a família Carvalho. Mesmo após a morte de seu Zé Carvalho (pai), seu Rosemiro ainda permaneceu vivendo com a família Carvalho.

Aos treze anos de idade, seu Rosemiro Monteiro, foi incorporado na rede de parentesco da família Carvalho que, não necessariamente se traduzia numa equiparação aos filhos biológicos. E desde então, cresceu trabalhando e convivendo com essa rede de parentesco não biológica que não dispensou a relação patrão-freguês, embora diferenciada em alguns aspectos. Assumiu várias funções no principal ramo da família, o comércio. Chegou a ser piloto nas embarcações de seu “pai”, seu Zé Carvalho (pai), e ainda de seu tio, Pedro Carvalho, como recorda dona Antônia:

“Ele andava embarcado, tomava conta, era encarregado de canoa, era um chefe grande! Tudo passava por ele... era como um gerente. Era piloto de embarcação, que ia cheia de banana e borracha de Afuá para vender em Belém”. (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

Um piloto de embarcação, também chamado de “encarregado”, era uma função que envolvia um alto grau de confiança e geralmente era concedida à alguém muito próximo aos donos das embarcações. Seu Rosemiro assume essa função e passa a comandar uma embarcação de seu “pai de criação” e depois de seu “tio de criação”. O fato de ser um “filho de criação”, um filho não biológico, não impossibilitou sua ascensão ao cargo de “encarregado”, mas tampouco possibilitou as mesmas benesses associadas à herança. Na história narrada pelos filhos de seu Rosemiro, percebe-se que a medida que seu Rosemiro se torna adulto e estabelece sua unidade familiar cessam as “relações de criação”.

Seu Rosemiro, desde menino passou a trabalhar com o “pai de criação” Zé Carvalho. Com ele desenvolveu relações de parentesco e de trabalho. Após a morte de Zé Carvalho (pai), e a passagem de comando dos negócios ao Zé Carvalho (filho), sua inserção nas relações de trabalho com os Carvalho já estava consolidada e continuou convivendo e trabalhando com a família, mas na condição de freguês.

Trabalhava levando produtos extrativistas para a venda na capital Belém. Nessas viagens para a capital do Pará, as embarcações sempre paravam em alguns pontos estratégicos localizados em algumas cidades do Marajó e, em uma dessas paradas, mais especificamente na cidade de Chaves, seu Rosemiro Monteiro conheceu dona Antônia Amorim, filha de dona Benedita. Assim se entrelaçam as famílias Monteiro e Amorim. Como dito acima, posteriormente, dona Benedita se une a seu Pedro Carvalho e assim, as famílias dos fregueses estabelecem novas relações familiares com o patrão.

Antes de conhecer Rosemiro, D. Antônia morava com a mãe, o padastro e o irmão no rio Nascimento, um pouco acima de Chaves. Nas terras que moravam não tinha seringa, só a “taboa” (*Typha domingensis* Pers.), uma espécie fibrosa, muito utilizada na confecção de peças de cestaria e tapeçaria artesanal, e que também era comercializada na época. Dona Antônia, juntamente com sua mãe, trabalhava com criação de pequenos animais e com a extração de “taboa”, que na época tinha comércio em Belém pois era e ainda é usada para confecção de utilitários, como cestos e embalagens de produtos com comércio em escala. A “taboa” era negociada diretamente com os “encarregados” das “canoas grandes” que compravam o produto para revender na capital. Foi durante essas negociações que dona Antônia conheceu seu Rosemiro Monteiro e depois de pouco tempo iniciaram um romance.

Após alguns meses de namoro, seu Rosemiro pediu a mão de dona Antônia em casamento e planejavam se casar na igreja, como mandava a tradição. Porém, recorda dona Antônia, que já estava noiva de seu Rosemiro, um dia seu padastro deu-lhe uma surra motivada por ciúmes de seu Rosemiro. Este, ao saber do ocorrido, ficou indignado e não esperou o casamento, tomou dona Antônia e a levou em uma das suas viagens à capital e desta viagem já voltaram juntos.

Devido às constantes viagens para Belém, seu Rosemiro decidiu fixar residência no município de Chaves, que estrategicamente era melhor para estar mais tempo com a família, além de dona Antônia dispor do apoio da mãe que também morava em Chaves. Nessa época, as embarcações, que eram a vela, tinham uma rota diferente das atuais. Devido às velas, as embarcações necessitavam de muito vento para se locomoverem e, por esse motivo, a rota das viagens era “por fora”, nas margens do oceano onde a incidência de ventos é bem maior.

Com a chegada das embarcações a motor, a rota mudou, e já não era necessário as viagens “por fora”, e sim por dentro, pelos rios de “águas mortas”, expressão usada para descrever a calmaria das águas. Com a mudança nas rotas, seu Rosemiro Monteiro estava encontrando dificuldades de passar mais tempo junto à família, que além de D. Antônia já contava com três filhos pequenos. Além da mudança na rota, seu Rosemiro também já estava

cansando de velejar, e decidiu então fixar residência no rio Preto e aceitou o convite para ser freguês nas terras de seu Zé Carvalho (pai), que na época já era administrada por seu filho, “Zé Carvalho” (filho).

Mesmo sendo criado como filho por seu Zé Carvalho (pai), seu Rosemiro não teve direito à herança. Como de costume na época, quando o pai falecia os filhos assumiam os negócios da família. Porém, após a morte de seu Zé Carvalho (pai), o filho biológico Zé Carvalho (filho) foi quem assumiu os negócios. Mesmo incorporado a rede de parentesco dos Carvalho, e alcançado o posto de “encarregado” nas embarcações de seu “pai”, seu Rosemiro não herdou terras e nem os negócios do “pai”. Passou da condição de “embarcado” para a de “freguês” nas terras de seu “irmão”, Zé Carvalho (filho).

Com a morte de seu Zé Carvalho (pai), seu principal elo de conexão com a rede de parentesco dos Carvalho, os laços de parentesco foram modificados e recriados (PANTOJA, 2004). As relações de trabalho estabelecidas por ele no decorrer dos anos de convivência com a família Carvalho foi o que de fato herdou. Essa nova relação entre seu Rosemiro e Zé Carvalho (filho), se desenha em meados da década de 60, com a chegada de seu Rosemiro Monteiro e sua família ao rio Preto. Seu Rosemiro e dona Antônia Amorim Monteiro e mais quatro de seus sete filhos: Floraci Amorim Monteiro, José Amorim Monteiro também chamado de “Trevoada”, Laura Amorim Monteiro e Rosildo Amorim Monteiro, este último ainda no ventre de sua mãe, chegam ao rio Preto trazendo na embarcação pequenos animais que criavam em Chaves: porcos, galinhas e patos.

A família de seu Rosemiro fixou residência na margem direita do rio Preto. As dificuldades foram grandes nos primeiros anos de vida no rio Preto, seu Rosemiro teve que trabalhar muito para não faltar o básico para sua família “roçava, plantava, zelava pela terra”, recorda dona Antônia, também riscava seringa, e assim que seus filhos alcançavam 5 ou 6 anos de idade, passavam a acompanhar o pai em algumas atividades produtivas.

D. Antônia recorda que logo que chegou no rio Preto havia muita caça, muito peixe e a mata era quase intocada, haviam poucas estradas de seringa do lado direito do rio.

“... da beira do jirau atirava e mata! Era muito farto! O peixe, a gente ia pra cima e ficava todo molhado de tanto peixe que tinha”. (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

Quando chegaram, ficaram alojados em um barracão velho onde residia o antigo morador, próximo à boca do rio, e logo seu Rosemiro construiu uma casa pequena onde

passou a morar com sua família. Essa foi a primeira casa do que, no futuro, viria a ser a Vila Monteiro.

Com a filha morando no rio Preto e alguns irmãos residindo no Furo do Baiano, dona Benedita sempre visitava os parentes. Passado pouco tempo da chegada de Rosemiro e Antônia ao rio Preto, dona Benedita, que ainda morava em Chaves, veio a separar-se do marido. Após a separação voltou a morar com um irmão, que residia na Comunidade do Baiano e que era casado com a irmã de seu Pedro Carvalho. Este havia ficado viúvo recentemente de sua segunda mulher, e nas visitas que fazia à irmã e ao cunhado, acabou se “engraçando” por D. Benedita. Ela recorda que:

“... conheci ele através de meu irmão que era casado com uma irmã dele... e ele ia muito por lá pela casa do meu irmão...quando me juntei com ele eu já tinha Antônia e Marcírio e ele já tinha até neto! Ele era viúvo, teve duas mulher mas morreram e depois eu casei com ele e ele morreu e eu to aqui!” (Dona Benedita Amorim, 99 anos, rio Preto).

Dona Benedita se tornou a terceira e última mulher de seu Pedro Carvalho. Ajudou a criar os filhos de seu Pedro, dois que ainda eram bem pequenos e que “hoje já são homens formados, com família”, diz D. Benedita, a chamam de mãe. Eles moram em Macapá, mas sempre que podem voltam ao rio Preto para visitá-la. Como já mencionado anteriormente, é nesse momento de inserção de dona Benedita, sogra de seu Rosemiro, na rede de parentesco de seu Pedro Carvalho que as relações entre a unidade familiar de seu Rosemiro e dona Antônia, e a família Carvalho se intensificam. Seu Pedro, “tio de criação” de Rosemiro, passa a ser “padastro” de dona Antônia, sua esposa. Essa nova condição de dona Antônia modifica, recria e engendra os laços de parentesco não biológico entre a unidade familiar de seu Rosemiro e os Carvalho (PANTOJA, 2004). Além de Rosemiro, dona Antônia também se insere na rede de parentesco do Carvalho, com a união de sua mãe Benedita com o patrão Pedro Carvalho.

Com o passar dos anos, seu Pedro Carvalho foi acometido de derrame, e depois de um ano veio a falecer. Dona Benedita ainda morou por um tempo sozinha, na casa em que vivia com seu Pedro, mas com a velhice se agravando, decidiu ir morar com a filha, dona Antônia. Morou alguns anos com ela e, após a morte de seu Rosemiro, (fato que será melhor retratado no capítulo III) dona Antônia ficou desgostosa do lugar e decidiu ir embora para Santana - AP e dona Benedita passou a morar com o neto, seu “Trevoada”, que nessa época já estava casado com D. Porfíria.

Os anos foram passando e os filhos de dona Antônia foram crescendo e outros chegando. Dona Antônia teve ao todo 12 filhos, teve duas gestações de gêmeos, mas alguns filhos morreram ainda no ventre, ou logo após o nascimento, permanecendo apenas sete filhos. O primeiro a nascer no rio Preto foi Rosildo, que chegou no ventre de sua mãe. Logo depois nasceu, Rosivaldo Amorim Monteiro, também conhecido como “Gato”, depois foi a vez de Zeneide Amorim Monteiro, seguida de Rosangela Amorim Monteiro (atualmente reside no Jari, localidade acima da cidade de Macapá), Antônio Amorim Monteiro (atualmente reside na cidade de Santana) e Zenaide Amorim Monteiro, esta última era gêmea com outra, que faleceu dias depois de nascer, devido a uma crise epilética. Os relatos de D. Antônia ilustram a precariedade das condições de atendimento de saúde na gestação e primeira infância em um Estado ausente nas ilhas:

“... meus primeiros gêmeos morreram de uma queda que levei de uma rede. Depois vieram os outros gêmeos, dessa vez meninas... eu não prestei atenção que uma das meninas dormia muito e quando eu prestei atenção nisso e fui pegar a menina, ela gritou e aí eu vi que ela tava doente... foi dando a doença nela... um ataque da doença, aí ela não resistiu não! Morreu e ficou só essa aí, a Zenaide”. (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

Apesar dessas difíceis condições, através da solidariedade e produção lograda pelas relações de trabalho familiar, os filhos foram crescendo e ajudando os pais nas atividades produtivas. Seu Rosemiro e os filhos passaram a trabalhar riscando seringa no verão e extraíndo madeira no inverno. Na época existiam muitas serrarias na região e a exportação de madeira em tora era muito grande. Já nesse período tiravam açaí, mas a venda era muito baixa, consumiam mais do que vendiam, também tiravam palha de buçu para fazer cobertura de casas, considerada uma das principais rendas da família naquela época, ainda tinham alguns pequenos roçados com milho, feijão, arroz, macaxeira e banana.

Nas primeiras décadas como freguês de seu Zé Carvalho (filho), a porcentagem paga ao patrão era referente à produção do látex e da madeira. E, assim, seu Rosemiro Monteiro conseguiu criar seus filhos, eles cresceram e cada qual formou sua família.

Verificamos na trajetória de seu Rosemiro Monteiro, várias transformações ocorridas no estabelecimento de vínculos sociais deste e sua família com outras famílias, inclusive com a família de patrões. Vemos claramente a importância do parentesco, biológico e não biológico, no estabelecimento de vínculos sociais em uma comunidade. Neste exemplo que acompanhamos sobre a trajetória de seu Rosemiro, podemos observar que no caso de

parentesco não biológico, os laços de solidariedade firmados mediante o trabalho (GARCIA JR., 1983), sustentaram as relações sociais entre freguês e patrão “irmão”, e devido ao parentesco, essas relações eram diferenciadas. Porém com a morte do principal elo entre as famílias, no caso seu Rosemiro, relações sociais de trabalho entre os Monteiro e os Carvalho novamente sofreram transformações.

2.2 OS BATISTA: A RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE O FREGUÊS E O PATRÃO PARENTE

Narraremos aqui a história de seu Pedro, o patriarca da família Batista, que é parte constitutiva dos Monteiro do rio Preto. Tanto porque a filha de seu Pedro é Porfíria – esposa de “Trevoada”, quanto porque a vida de seu Pedro ilustra a luta política dos “tiradores de açai”.

Seu Pedro Batista, o patriarca da família, hoje com 81 anos, nasceu no Furo da Cidade, próximo ao Furo Grande (ver Figura 02). Nos relatos mais distantes de sua memória, quando estava com a idade de 22 anos foi trabalhar no rio Bacú, próximo ao Furo Grande. Trabalhando como freguês juntamente com seu pai, seu Pedro riscava seringa, tirava lenha e catava castanha, sempre gostou de lidar com a terra. Gostava de colocar seus roçados e depois de casado, já com os filhos, sempre envolvia as crianças nas atividades consideradas menores. Por exemplo, sua filha Porfíria sempre gostou de ajudar o pai na roça e, depois de casada, também fez questão de colocar seus roçados.

Seu Pedro conheceu dona Maria, sua mulher, através do pai dela, seu Antônio, que era muito amigo de seu pai. Os dois começaram a namorar em segredo e dona Maria acabou engravidando. Nesse mesmo período, o pai de seu Pedro faleceu. Assim que descobriu a gravidez de sua filha, seu Antônio e dona Sinhá (os pais de D. Maria) foram visitar a família enlutada e conversar com seu Pedro, queriam saber o que ele iria resolver sobre seu relacionamento com dona Maria, se iria ou não assumir mãe e filho.

Seu Pedro gostava muito de dona Maria e disse aos seus pais que “se ela se comportasse direitinho poderia tentar viver com ela e assumia junto a criança”, mas precisariam esperar um pouco, pois seu pai acabara de falecer e não queria se casar às pressas, queria esperar mais um pouco. Sua irmã, que nesse período era empregada doméstica na casa do chefe do serviço na Serra do Navio, havia ficado de arranjar um emprego para seu Pedro junto ao seu patrão na Serra do Navio e ele queria esperar essa resposta. Se desse certo, iria trabalhar lá e depois sim resolveria o que fazer em relação a dona Maria e a criança que

esperava (hoje Izaura). Mas os pais de dona Maria não aceitaram e pressionaram seu Pedro para ele assumir a mulher e a criança. Ele se aborreceu e disse que ninguém o obrigaria a casar.

Recorda-se seu Pedro que seu Antônio ficou “nos pontos”, expressão local muito utilizada para expressar aborrecimento, e voltou irado para sua casa. Ainda no caminho de volta, dona Maria e seus pais se encontraram com a irmã de seu Pedro, dona Benvinda, que se sensibilizou com a situação de dona Maria e a levou de volta para a casa de seu Pedro. Esta situação ilustra os princípios que regem as relações matrimoniais nesse tipo de campesinato: os laços de solidariedade, afetividade e reciprocidade. Como veremos adiante, tais relações afetam as relações de trabalho.

Seu Pedro já estava com um serviço na boca do rio Bacú, no terreno da Rosilda, irmã de Mundico, o patrão de seu pai, casado com sua irmã Benvinda. As terras eram todas repartidas entre os irmãos de seu Mundico, cada um tinha o seu pedaço de terra. Quando chegou na área para trabalhar, os donos dividiram a área em “estradas de seringa” para a extração do látex, mas devido à grande exploração ocorrida anteriormente na área, já tiravam pouco leite das árvores, já “não dava para fazer vantagem com o látex!!”, declarou seu Pedro, pois tinham que pagar renda. Assim como entre os Carvalho e os fregueses Amorim e Monteiro, os matrimônios não traduziam atenuantes significativos no pagamento de rendas, da relação patrão-freguês.

Mesmo com as seringueiras dando pouca produção de látex, seu Pedro ainda trabalhou muitos anos “riscando seringa”, desde a época que usavam “machadinho para riscar”, posteriormente, passou-se a usar um tipo de faca. Seu Pedro recorda de um grande conflito que travou com um antigo patrão de seu pai, “o velho Matias”.

O terreno em que seu pai trabalhava, onde ele e os irmãos moraram por anos, havia muitas plantações, muitas árvores frutíferas, vários roçados implantados por eles. Após a morte do pai de seu Pedro, os donos passaram a requisitar as terras novamente, estavam querendo de volta o terreno e passaram “a fazer confusão pelo pedaço de terra”. Um dia seu Pedro adoeceu de uma “pereba”²¹ no braço e procurou o Velho Matias, para aplicar-lhe uma injeção, pois era o único na localidade que sabia fazer esse serviço, e aproveitou a oportunidade para negociar sobre a terra. Seu Pedro tentou receber algum dinheiro pelas plantações que ele e seu pai haviam plantado no terreno arrendado, ele queria receber alguma quantia pelas plantas que iria deixar no terreno. Mas seu Matias não aceitou pagar nada pelas

²¹ Nome vulgar dado para escoriações inflamadas no corpo.

plantas e seu Pedro decidiu arrancar as árvores que havia plantado no terreno. Das árvores que conseguiu arrancar, ainda chegou a carregar um coqueiro a reboque em sua “montaria”²², mas a árvore não vingou. Ainda arrancou e rebocou doze pés de laranjeira. Arrancava os pés de planta e ia trazendo aos poucos a reboque em sua canoa. Quando o pessoal da família de seu Matias viu que ele estava arrancando as plantas do terreno foram dar parte dele na delegacia de Afuá. E logo recebeu uma intimação do juiz para prestar esclarecimentos.

Assim que tomou conhecimento da intimação, seu Pedro foi até a cidade para falar com o juiz, mas os representantes de seu Matias, que haviam feito a queixa, não apareceram e o juiz o liberou e recomendou que ele não fosse mais ao terreno.

Após esse episódio marcante para seu Pedro, ele foi morar no rio Portel e passou a trabalhar no terreno de dona Rosilda, irmã de seu Mundico, marido de sua irmã Benvinda. Seu Antônio, seu sogro, também havia saído do Furo da Cidade para o rio Portel em busca de trabalho e melhores condições de vida. Ele era carpinteiro, fazia montarias e seu Pedro arrumou uma “colocação” para ele nas terras de D. Lola, mãe de Mundico e Rosilda.

Naquela época não dava para sobreviver apenas da seringa, eles também tiravam lenha com a qual passaram a ganhar mais do que pela seringa, porém era “um trabalho muito difícil!”, declara seu Pedro. Junto com o sogro, Antônio, riscavam seringa, mas a produção já era pouca e para ajudar nas despesas tiravam lenha. Quando dona Lola percebeu a estratégia de seu Antônio com a venda da lenha, fez questão de receber o adiantamento pelo arrendamento, mas seu Antônio ainda não tinha como pagar, pois a produção da sua área havia sido bem pequena. Além de seu Antônio, existiam nas áreas de dona Lola outros fregueses, ela havia dividido sua área e abriu “bandeiras novas”, ou seja, novas estradas de seringa. Segundo seu Pedro, era muita gente trabalhando e a terra ficou toda dividida.

Dona Lola não gostou de não receber o adiantamento do arrendamento de seu Antônio e o expulsou da área. Seu Pedro chegou a reclamar do ocorrido junto a seu Mundico e tentou um acordo, pois ele iria embora trabalhar na Serra do Navio e quando ele voltasse acertaria as contas com ela, mas acabou sendo mal interpretado e também foi mandado embora. Dona Lola entendeu que ele estava querendo contrariá-la em sua decisão e fez a filha o despedir também. Percebe-se que, na perspectiva das relações de trabalho patronal, nesta situação, os critérios de pagamento de renda e de expropriação do trabalho sobrepuseram-se às relações estabelecidas através do matrimônio entre, família de fregueses e patrões. Na perspectiva do freguês, a relação entre Antônio e Pedro se sedimenta, se fortalece a partir dos laços de

²² Nome dado para uma espécie de canoa que mede em média de 2,5m a 3m de comprimento por 0,8m a 1,0m de largura aproximadamente, muito comum no século XIX e raríssima nos dias atuais.

solidariedade estabelecidos entre ambos. Quando seu Pedro decide tomar as dores do sogro, com quem trabalhava, ao ponto de colocar seu próprio trabalho em risco, fica claro a consolidação dos laços de solidariedade e parentesco entre os dois (PANTOJA, 2004).

Após o desentendimento com dona Rosilda, sua patroa, seu Pedro passou um tempo trabalhando com seu primo, que era comerciante na “boca” do Furo Grande. Riscava seringa no terreno dele, mas acabou se desentendendo com ele devido desconfiança na produção do látex. Seu Pedro procurou dona Benvinda, sua irmã, e relatou o ocorrido e ela o convidou para voltar para o rio Portel e trabalhar com seu Mundico no terreno que ele havia comprado de dona Rosilda e de outros irmãos que foram embora pra cidade. Ela conversou com seu Mundico e na mesma semana eles acertaram tudo e ele separou um pedaço de terra para seu Pedro trabalhar.

Seu Pedro recorda que um belo dia, dona Lola veio passar uns dias na casa de seu Mundico e seu Pedro aproveitou e arranjou o dinheiro do arrendamento (segundo a memória de seu Pedro, o equivalente a 25 quilos de borracha livre, ou seja, o equivalente a 100 cruzeiros na época) que estava devendo para D. Lola e foi pagar sua dívida. Nessa época, um quilo de borracha custava quatro cruzeiros. Quando chegou com o dinheiro para pagar o arrendamento da área em que havia trabalhado, ela não aceitou o pagamento e disse que esse dinheiro era pelas plantas que ele já havia plantado no terreno. Mas seu Pedro não aceitou e como o pessoal já sabia de sua fama de arrancar as plantas que plantava no terreno, dona Lola negociou com ele e comprou as plantas que havia plantado em seu terreno.

Só a seringa não garantia o sustento, então seu Pedro também trabalhava com outros produtos da floresta, as sementes de ucuúba (*Virola spp.*), de andiroba e o fruto do açáí, ainda que nesse tempo não era tão valorizado como atualmente. Sempre que viajava para Macapá, levava um pouco do fruto e alguns produtos do roçado, como o milho e a macaxeira, para comercializar nos portos da cidade. Nessa época era difícil alguém ter um barco a motor na região, o mais comum eram as embarcações a vela.

Segundo recorda seu Pedro, uma viagem do rio Portel até Macapá (ver Figura 02) demorava mais de 12hs, se o tempo estivesse bom e a maré a favor. Geralmente a viagem seguia de remo até a boca do Furo Grande e quando chegava ao Canal Norte abriam-se as velas para aproveitar o vento, seguindo viagem até chegar do outro lado. Segundo seu Pedro, os moradores das ilhas já sofreram muito com o isolamento, mas hoje em dia está tudo mais fácil, a maioria já tem embarcação própria a motor.

Enquanto seu Pedro construía sua casa no Rio Portel, na nova colocação, dona Maria ficou hospedada na casa de dona Benvinda. Mas ela trabalhava bastante, mesmo grávida com

um “barrigão”, nunca deixava de fazer as tarefas domésticas, como carregar água por exemplo. Haviam várias moças na casa de dona Benvida que poderiam ajudá-la, mas não o faziam e como dona Maria morava de favor acabava fazendo a maior parte das tarefas. Esse caso ilustra uma situação decorrente da integração na família através de um processo considerado fora do que era representado por ideal. A gravidez anterior ao casamento de dona Maria foi o que levou seu Pedro a unir-se a ela e não ao contrário, um casamento e depois a gravidez como era representado como o ideal para a época e até agora. Assim como, essas diferentes regras determinavam os papéis, distintos para homens e mulheres, em relações de trabalho, tanto na casa, como no roçado e posteriormente no açaizal.

Seu Pedro ficava aborrecido com a situação, mas como a casa deles ainda não estava pronta, ele convidou dona Maria para ir passar uns dias na casa de seu irmão “Biló”, que morava um pouco mais a cima do local onde ele estava construindo a sua casa. Dona Maria então se mudou para a casa de seu “Biló”, ficando mais próximo da área onde seu Pedro trabalhava até ele aprontar a casa deles. Desde então moram no local, já mudou de casa algumas vezes, devido o avanço das águas, mas sempre construíram a nova moradia próxima ao local da anterior.

Seu Pedro continuou trabalhando com a extração do látex, do açaí, da lenha e com os roçados, sempre comercializando seus produtos em Macapá. De tudo que tirava da área, pagava porcentagem (30%) para seu Mundico, seu cunhado e proprietário da terra. Com a chegada do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) em Afuá e do trabalho de base do sindicato nas comunidades do município, seu Pedro ficou sabendo “que o certo era para pagar só 5% e não 30% ao patrão! Aí o negócio ficou feio!”, declarou ele durante entrevista. Teve um atrito, uma “guerrazinha” com seu cunhado, mas combinou que iria pagar só 5%. Seu Mundico quis cobrar porcentagem em cima do açaí também, mas seu Pedro resistiu e disse que iria pagar um ou outro (borracha ou açaí), mas os dois não pagaria! Seu Mundico também se negou a receber e acabaram fazendo um acordo por intermédio de seu Teotônio, na época delegado de base do STTR de Afuá. Seu Pedro passou a pagar 20% sobre a produção da borracha, madeira, lenha, açaí e palha.

O relato de seu Pedro ilustra situações em que o modelo explicativo de Chayanov não abarca a complexidade das realidades vividas. Nas relações de trabalho em que relações matrimoniais com famílias de patrões se mesclam, há dificuldades em se definir unidade de consumo e unidade de produção. E, nesse episódio, o advento do STTR ilustra o apoio externo ao processo de transformação social que Pedro já havia iniciado no embate com o velho Matias.

Outro exemplo desse processo de transformação nas relações patronais de trabalho envolveu o buçu (*Manicaria saccifera* Gaertn.). Houve uma época²³ que as pessoas encomendavam muita palha de buçu em Macapá e seu Pedro tirava na área e levava os milheiros para vender na cidade. Por várias vezes seu Mundico quis tirar seu Pedro da área, pois ele se recusava a pagar o que ele queria como renda da venda das folhas de buçu. Porém, entre essas idas e vindas, seu Mundico precisou da ajuda do STTR para se aposentar e então teve que se unir na luta dos fregueses, agora designados como trabalhadores rurais, e finalmente reduziu a cobrança da porcentagem para 5%. Com o processo de transformação social que vinha ocorrendo e ainda hoje ocorre na região do Furo do Baiano, seu Mundico, patrão de seu Pedro, precisava se associar ao STTR para conseguir a aposentadoria. E ao se associar necessitou apoiar as bandeiras de luta do sindicato, e entre essas estava a redução das porcentagens de seus fregueses. Seu Pedro pagou porcentagem até o momento em que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão do Governo Federal, passou a fazer reuniões nos Sindicatos, conscientizando o povo de que não deviam pagar para trabalhar nas terras de marinha (entrevistados informaram datas variadas em torno de 2008). E desde então, seu Pedro, assim como outros trabalhadores, parou definitivamente de pagar porcentagens sobre suas produções.

Seu Mundico não reclamou e nem o filho dele, seu João Melo, o filho mais velho e que já vinha assumindo os negócios do pai. Pelo contrário, seu João Melo até concordou que seu Pedro tinha direito na terra pelos anos que viveu lá, e que o que ele queria era a amizade de todo mundo e não inimizade (seu Mundico era dono de uma grande área no rio Portel, e que hoje residem muitas famílias). Seu Mundico apoiou a decisão do filho e não reivindicaram direitos diferenciados por serem os primeiros no terreno. O terreno que atualmente pertence à família de seu Pedro fica entre duas estradas de seringa. Segundo o patriarca da família Batista, cada estrada compreende um total de 130 seringueiras, que ainda estão por lá, mas não são mais exploradas.

Nessa área que hoje é sua por direito formal, seu Pedro criou os filhos junto com dona Maria, e atualmente todos já são casados e não moram com os pais, “cada um seguiu sua vida”, diz seu Pedro.

Seu Pedro e dona Maria atualmente estão bem idosos e já não trabalham como antes, ele não consegue mais apanhar açaí. Seus filhos já estão todos casados e nenhum reside com os pais. Apesar de não residirem, estão sempre visitando os pais e ajudando nas realizações

²³ Algumas datas os entrevistados não souberam precisar.

das atividades produtivas. Quando não é possível acionar um filho, seu Pedro também recorre ao trabalho de conhecidos.

O açaí que hoje é produzido na área de seu Pedro é tirado, prioritariamente, por seus filhos, e quando estes estão impossibilitados de realizar o trabalho, seu Pedro recorre a conhecidos, com quem desenvolveu relações de compadrio. Com estes, seu Pedro estabelece um acordo, onde divide em três partes o açaí extraído, ficando com uma parte e dando duas partes para quem apanha o fruto em sua área. O que fica para seu Pedro geralmente é levado por um de seus filhos para Macapá, e negociado a preços melhores. Dificilmente vende para os barcos, também conhecidos como “geleiras”, que ficam em pontos estratégicos da região. Na época de safra do açaí sempre fica uma “geleira” atracada na boca do Rio Portel, comprando o açaí das proximidades, e mesmo assim prefere passar o açaí para um de seus filhos comercializarem em Macapá.

A família Batista sempre residiu no rio Portel e mesmo após o casamento de dona Porfíria Batista com José Amorim Monteiro, o “Trevoada”, e passado a residir no rio Preto, esta sempre voltava à casa dos pais para visitá-los e sempre acompanhada de uma de suas cunhadas. E, nessas idas e vindas, a aproximação entre os irmãos da família Monteiro e da família Batista foi inevitável e, dessas aproximações, resultaram outros casamentos.

A aproximação entre a família Monteiro e a família Batista, se deu inicialmente com D. Porfíria e seu “Trevoada”, e a aproximação entre os outros membros da família, ou seja, entre os irmãos de ambos, foi subsequente, como recorda D. Zeneide, irmã de seu “Trevoada”:

“... foi o Zé que mostrou aquela família pra gente! A gente não tinha conhecimento daquela família, foi ele quem mostrou pra nós!”. (Dona Zeneide Monteiro Batista, 42 anos, rio Preto).

2.3 A FUSÃO DAS UNIDADES FAMILIARES E A EMERGÊNCIA DOS “MONTEIRO”

A filha mais velha de Seu Rosemiro e Dona Antônia, Floraci, foi a primeira a casar e logo foi embora para Santana. Depois, foi a vez de José Amorim Monteiro, o “Trevoada”. Seu “Trevoada” cresceu ajudando o pai Rosemiro nas atividades produtivas, juntamente com seus irmãos, e também chegou a andar “embarcado” na “lança”²⁴ de seu pai, um outro tipo de

²⁴ Outro tipo de embarcação, mais moderna que as “canoas grandes”, muito utilizada atualmente em toda a região Amazônica. Trata-se de um pequeno barco movido através de motor a diesel, com comprimento médio de 10 a 15 metros, por 3 a 3,5 metros de largura. Em geral possuem duas pequenas entradas dianteiras e uma traseira, e amplas janelas laterais. Na região metropolitana de Belém, costuma receber o nome de “pópópó”,

embarcação mais moderna, diferente das embarcações que seu “Rose” andava. Apesar de ser novo, seu “Trevoada” vivia viajando com uma pequena tripulação, comprando e vendendo produtos comercializados na época: seringa, palha de buçu e madeira. Nesse intervalo de tempo, seu Porfírio Oliveira, o segundo morador do rio Preto veio a habitar também a margem direita do rio Preto na condição de freguês de seu Zé Carvalho (filho). Sobre a chegada de seu Porfírio Oliveira e o envolvimento com a família Monteiro no rio Preto trataremos no capítulo seguinte. O que importa para esta seção é que a família Oliveira promovia uma festa todo dia 10 de fevereiro, a famosa “Festa de São Lázaro”, e durante uma dessas festas seu “Trevoada” conheceu uma das filhas de seu Pedro Batista, Maria Porfíria de Sousa Batista. Entre troca de olhares e sorrisos, os dois se aproximaram e, naquela noite, começaram a namorar. Ela tinha 15 anos de idade e ele estava com 18 anos.

Os dois namoraram por quatro anos e, durante este período, seu “Trevoada” passou a freqüentar a casa dos pais de D. Porfíria e com eles também começou a desenvolver relações de trabalho. Por vezes, acompanhou seu sogro em viagens até Macapá ou Santana para comercializar seringa, palha, madeira, banana, açaí e vários produtos do roçado. Também passou a convidar os cunhados para participarem de algumas atividades produtivas na unidade de produção dos Monteiro. Observamos aqui o intercâmbio de atividades e o fortalecimento dos vínculos pelo trabalho.

Com essas relações de trabalho que em nada envolviam trocas monetárias, seu “Trevoada” foi conquistando a confiança e o respeito da família Batista, a família de dona Porfíria. Seu Trevoada passou a interagir de forma mais intensa com a família de dona Porfíria, e a desenvolver laços de afinidades, que eram consolidadas através das relações de trabalho. As relações de parentesco entre as famílias Monteiro e Batista foram sendo guiadas por princípios de solidariedade, reciprocidade e cooperação (WOORTMANN,1967), fortalecidas através das relações de trabalho.

Segundo Garcia Jr. (1983), os laços de solidariedade estabelecidos nos grupos domésticos de origem, são de grande importância na consolidação do novo grupo doméstico. No que se refere às relações de trabalho, ainda que sejam diferenciadas (alugada, arrendamento, meia) após a formação do novo grupo doméstico, ainda serão regidas pelos princípios da solidariedade estabelecidos.

Seu “Trevoada” sempre visitava dona Porfíria na casa dos pais, e já havia deixado claro suas intenções com a moça. Porém, dona Maria, mãe de dona Porfíria, não era a favor

devido ao som emitido de seus motores e são reconhecidas pelas cores vivas e contrastantes com que são pintadas.

do casamento, pois na época achava os dois novos demais para casar. Segundo Pantoja (2004), os filhos em fase de puberdade ou mesmo que já tenham passado a esta fase, trabalham para os pais e para o bem-estar do grupo doméstico enquanto são solteiros. Dona Porfíria se encontrava com quinze anos de idade, em plena fase de puberdade, momento entendido por Pantoja (2004) como sendo a fase em que o grupo doméstico usufrui de maiores posses e bem-estar em função dos filhos estarem aptos para o trabalho e ainda não terem saído para constituir novas unidades domésticas. Dona Porfíria era uma importante “ajuda” nas atividades do roçado, sempre acompanhou os pais na atividade desde muito pequena, e por esse motivo eles resistiram ao casamento dos dois.

A resistência de dona Maria não intimidou seu “Trevoada” que, acompanhado dos pais, pediu dona Porfíria em casamento. Dona Maria não queria, mas não chegou a negar o pedido, consentiu juntamente com seu Pedro e, após quatro anos e dois meses de namoro, os dois casaram, um mês após o pedido. Primeiramente no Cartório Rocha, localizado no Furo do Baiano e depois na presença do padre na Igreja local. Dona Antônia recorda com saudades o dia do casamento do “Zé”, como carinhosamente chama o filho, seu “Trevoada”:

“(...) o casamento do “Zé” foi feito com muito gosto, do jeito que eu queria, tudo certinho! Era meu filho mais velho que estava casando e eu queria fazer um casamento bonito, com vestido de noiva, aliança pro dedo, convite pra muita gente, tudo bonito! E eu consegui! Foi uma festa muito bonita!” (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

Nesse episódio do casamento de seu “Trevoada” e dona Porfíria, podemos visualizar a importância dos laços de parentesco sacralizados, neste caso o casamento. O casamento de dona Porfíria e seu “Trevoada” foi nos moldes desejados pelos pais de ambos e o que era e ainda hoje continua sendo o ideal perante a sociedade, um casamento na igreja e no cartório. Esses laços estabelecidos oficialmente denotam prestígio perante as respectivas famílias e na própria comunidade. A importância desses laços é bem visível quando observamos a rede de compadrio do casal. Por serem casados oficialmente, desenvolveram ao longo dos anos, uma extensa rede de afilhados, e ainda hoje são constantemente convidados para serem “padrinho” e “madrinha” dos filhos de amigos, conhecidos da comunidade.

Essas redes de compadrio na família e entre famílias também envolvem laços de solidariedade, importantes para relações de trabalho (WAGLEY, 1988). Há relações de trabalho que são estabelecidas através desses laços de compadrio. Sobre essas relações, veremos exemplos no capítulo seguinte.

Assim que casou, D. Porfíria foi morar com seu “Trevoada” no rio Preto, o novo casal chegou a morar um pouco mais de um ano com seu “Rose” e D. Antônia, até seu “Trevoada” construir sua casa ao lado da casa dos pais, o que veio a ser a segunda casa da então chamada Vila Monteiro.

Depois de casada, D. Porfíria que sempre “ajudava” seus pais nas tarefas domésticas e produtivas, principalmente no roçado, passou a “ajudar” seu “Trevoada” nas atividades produtivas de sua nova família, semelhante ao ocorrido com dona Antônia e seu “Rose”. Tanto na época de estabelecimento da unidade familiar de seu “Rose” e dona Antônia, como no estabelecimento da unidade familiar de seu “Trevoada” e dona Porfíria, o trabalho da mulher dentro da unidade familiar de produção, sempre foi visto como “ajuda” e reforçava a autoridade do homem dentro da unidade familiar (HERÉDIA, 1979).

Nos estudos de Herédia, mesmo participando intensamente das atividades do roçado, e por vezes assumindo a atividade por um período do ano (ação frequente na época da safra de outro produto), quem detinha a palavra final sobre a produção era sempre o homem e não a mulher. Esta não tinha poder para decidir sobre o que fazer com a produção, era o homem que decidia e comercializava os produtos. Nessas relações de trabalho entre seu “Rose” e dona Antônia, assim como com seu “Trevoada” e dona Porfíria, o “ajudar” significava trabalhar sem o direito de decidir sobre o destino final do produto, sobre o montante negociado pelo produto e sobre os benefícios de sua renda. É claro que o que era arrecado, era revestido para o sustento familiar como um todo, mas quem detinha o poder de decidir sobre, era o homem.

Contudo, durante o campo dessa pesquisa, identifiquei que esta visão da mulher como “ajuda”, que permaneceu por anos nas unidades de produção da família Monteiro, já não era mais tão rígida. Em duas das cinco unidades observadas, o processo produtivo da mulher deixou ou está deixando de ser visto como “ajuda” e, em determinadas situações, ele passa a ser visto como “trabalho”. Essa transformação, não ocorre somente na visão sobre o trabalho da mulher, ela também ocorre na ação. A mulher passa a ter um papel diferenciado dentro da unidade familiar de produção, ela passa a ter poder de decisão sobre o seu produto.

Entre as cinco unidades observadas, essa transformação é patente na unidade de seu “Trevoada” e dona Porfíria. Nesta unidade o processo produtivo da mulher que antes era considerado “ajuda” passa a ser “trabalho”, e neste processo o homem que era tido como sujeito do “trabalho” passa a ser “ajuda”. Para melhor compreendermos essa transformação sobre o trabalho da mulher na unidade de seu “Trevoada” e dona Porfíria é necessário voltarmos, um pouco, em alguns pontos na história de vida de dona Porfíria.

Desde pequena, dona Porfíria sempre acompanhava os pais nas idas ao roçado, e tão logo foi incluída na atuação e posteriormente no comando das tarefas mais simples. Oliveira Jr (1991), em seu trabalho junto aos “ribeirinhos e roceiros” no município de Gurupá-PA, observou que os filhos, mesmo pequenos, ocupavam o papel de acompanhantes dos pais nas atividades cotidianas, e que a eles eram dadas as tarefas mais simples como “a coleta de cachos de açaí, a busca do peixe no ‘cacuri’, a alimentação de pequenos animais e o cuidado com os irmãos mais novos” (p.187).

Segundo os relatos de D. Porfíria, ela também acompanhava os pais nas atividades produtivas e desenvolvia pequenas tarefas como: colher frutos e hortaliças, plantar sementes e mudas, debulhar cachos de açaí, e ainda ajudar a selecionar e organizar alguns produtos antes de seu pai levá-los para a venda em Macapá. Nesse ambiente de trabalho familiar, foi aprendendo as atividades do roçado e “pegou gosto por esse trabalho”, afirmou ela durante uma de nossas conversas.

Esse importante processo de formação para o trabalho, vivido por dona Porfíria enquanto criança, é o que Oliveira Jr. (1991), chama de processo de socialização do conhecimento, e que tradicionalmente é utilizado pelo camponês.

Depois de jovem, dona Porfíria continuou a “ajudar” os pais nas atividades da roça. Seu pai, o senhor Pedro Batista, gostava de trabalhar com a roça e mantinha relações de comercialização com alguns consumidores na cidade de Macapá. Além dos produtos gerados em sua unidade familiar de produção, ainda comprava a produção de alguns conhecidos e mesmo parentes, para juntamente com a sua, revender na cidade. Seu Pedro Batista manteve esse trabalho por vários anos, e cultivava uma pequena freguesia em Macapá. Sempre que necessário, dona Porfíria acompanhava ou era enviada no lugar do pai, para negociar junto aos conhecidos e/ou parentes, os produtos fornecidos a seu Pedro. E também, algumas vezes, chegou a acompanhar o pai nas vendas dos produtos na cidade.

Depois que casou e foi morar no rio Preto, dona Porfíria passou a “ajudar” seu “Trevoada” em outras atividades produtivas como: a extração do açaí e a criação de pequenos animais. Dona Porfíria recorda que:

“...a gente ia junto pro mato! Ele tirava o açaí no mato e eu ia debulhando...e juntos a gente tirava de 6 a 7 sacas²⁵ de açaí no dia!” (Dona Maria Porfíria Batista Monteiro, 47 anos, rio Preto)

²⁵ Segundo informações dos entrevistados: 01 saca = 04 latas, e 01 lata = 01 rasa.

Apesar de “ajudar” nas demais atividades produtivas, dona Porfíria sempre desejou colocar um roçado em sua unidade produtiva, mas seu “Trevoada” não concordava, achava que já tinham muito serviço. Mas, depois de muita insistência de dona Porfíria, ele concordou em colocar um roçado nos fundos do terreiro, e ela passou a cultivar alguns poucos alimentos como o milho, a macaxeira, o arroz, o feijão e a pimenta. Quando as primeiras filhas nasceram sempre levava as crianças para o roçado, primeiramente porque não tinha com quem deixar e segundo porque as crianças maiores já podiam “ajudá-la” nas pequenas tarefas. Dessa forma, dona Porfíria também foi socializando os filhos para o trabalho no roçado. Ainda hoje faz questão de repassar esses conhecimentos aos netos, quando estes a acompanham ao roçado.

Inicialmente os produtos eram para o consumo doméstico, mas logo seguida passou a negociar produtos com seu pai, que como relatado anteriormente, comprava para revender em Macapá. Dona Porfíria forneceu por anos, produtos como: banana, milho, hortaliças e macaxeira para seu pai, até que ele parou de vender os produtos em Macapá.

Com o avançar da idade, seu Pedro Batista estava tendo dificuldades de continuar com as negociações, já não conseguia bons negócios com os consumidores e fornecedores, passou a receber calotes de alguns consumidores, e isso foi deixando seu Pedro desgostoso e ele desistiu do comércio.

Alguns meses depois, dona Porfíria, que sempre que possível ia à cidade com seu “Trevoada” para comercializar açaí, foi surpreendida, durante uma dessas viagens, com a encomenda de alguns produtos que ainda cultivava em seus roçados. Desde então, passou a fornecer os seus produtos a alguns feirantes de Macapá. Depois de alguns meses, também conseguiu estabelecer sua própria rede de fornecedores na Comunidade do Baiano, semelhante a seu pai. Passou a revender banana, hortaliças, pimentinha, e mais recentemente, mudas de plantas medicinais a consumidores de Macapá. Essa atividade será detalhada no capítulo seguinte.

Essa parte da história de dona Porfíria nos mostra o processo que antecedeu a transformação de sua relação de trabalho dentro dos roçados. Desde o estabelecimento do primeiro roçado, seu “Trevoada” foi a “ajuda” e ela o comando do “trabalho”. Segundo os relatos de dona Porfíria, e o que pude observar durante o campo da pesquisa, seu “Trevoada” ‘ajudou’ a brocar, a limpar o terreno, a queimar e também colocar a cerca do roçado. Quem plantou, cuidou, colheu, vendeu e decidiu sobre o destino dos resultados foi dona Porfíria.

Essa transformação na relação de trabalho nos roçados que dá à dona Porfíria, o poder de decisão sobre os roçados, se consolida e em determinados momentos parece se expandir

para as demais atividades, após a entrada de seu “Trevoada” para o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR) de Afuá. Seu “Trevoada” tornou-se um delegado sindical no STTR, e devido a isso passou a viajar bastante e às vezes passava semanas fora de casa, fazendo cursos, participando de oficinas. Na sua ausência, quem assumia o trabalho era e continua sendo dona Porfíria.

É ela quem, além das atividades domésticas, pesca o camarão, acompanha os meninos para tirar o açaí, vai para o roçado, e na ausência de seu “Trevoada” também negocia os produtos. Nessa mudança na relação de trabalho entre dona Porfíria e seu “Trevoada”, fica claro que a família continua desenvolvendo estratégias de produção dentro da unidade familiar. Neste caso, o fato de dona Porfíria ter seu próprio roçado e, principalmente, ser vista como “trabalho” e não mais uma simples “ajuda”, assegurou a participação de seu “Trevoada” nas atividades do STTR e ainda ameniza a ausência do pai na unidade familiar de produção. Segundo Wagley (1988, p.174), nas sociedades rurais da Amazônia, “as mulheres são forçadas a participar de grande parte da responsabilidade e autoridade da família”, e assumem as responsabilidades da unidade familiar na ausência dos homens.

Assim vemos que a constituição de uma família²⁶ passa pela união do casal, e nascimento dos filhos e desenvolvimento de seus diversos ciclos; porém, a constituição da unidade de produção e de consumo na economia camponesa passa pelas especificidades de como se consolidam suas relações de trabalho.

Neste mesmo sentido, após o casamento de seu “Trevoada” e dona Porfíria, as relações de parentesco entre as famílias Monteiro e Batista estabelecidas com a união de seus filhos, aproximou as duas famílias, mas, além de relações de parentesco, também vieram a desenvolver relações de trabalho.

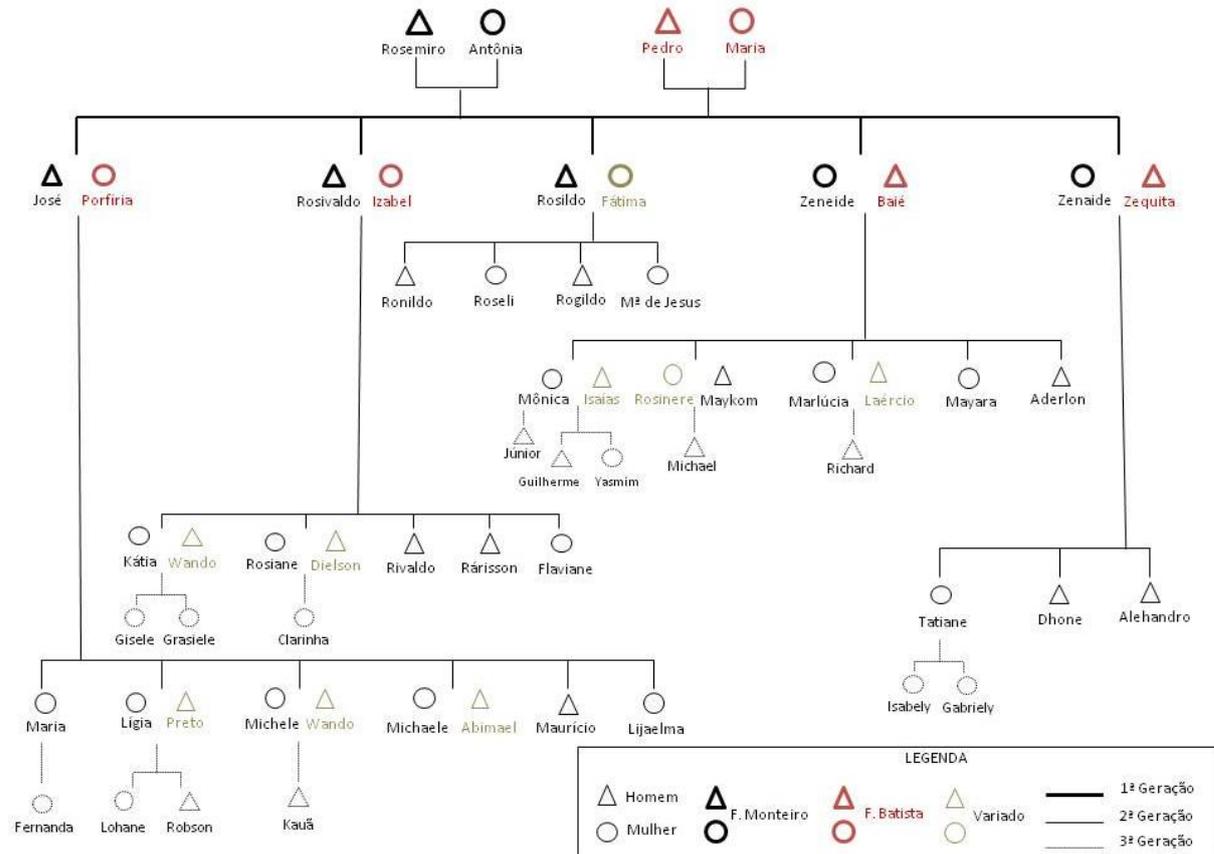
2.4 O DIAGRAMA DE PARENTESCO DOS MONTEIRO E BATISTA

Como já mencionado anteriormente, o primeiro casal a ser formado entre um Monteiro e um Batista, foi seu “Trevoada” e dona Porfíria. Além dos laços familiares estabelecidos com

²⁶ Após três anos de casados, D. Porfíria ficou grávida de sua primeira filha, Maria e, logo em seguida, ficou novamente grávida de Lígia. Depois de quatro anos do nascimento de Lígia, D. Porfíria engravidou novamente e teve Michele Márcia. Passados seis anos teve mais uma menina, Michaele. Seu “Trevoada” sempre desejou um menino, sonhava com aquele que viria a ser seu companheiro nas atividades produtivas. Apesar de suas filhas o acompanharem nas extrações de açaí e serem consideradas boas tiradoras de açaí, o desejo de ter um menino sempre existiu. Passados dois anos do nascimento de Michaele, dona Porfíria ficou novamente grávida e para surpresa e alegria de todos, principalmente seu “Trevoada”, dessa vez era um menino, nasce então José Maurício. O sonho de seu “Trevoada” tornava-se realidade, com aproximadamente 5 anos, Maurício já acompanhava o pai nas atividades produtivas. D. Porfíria decidiu não ter mais filhos, pois já havia conseguido um menino. Mas, após nove anos do nascimento de Maurício, o inesperado aconteceu: D. Porfíria ficou mais uma vez grávida, nasce então a caçulinha Ligielma, hoje com 6 anos de idade.

a constituição deste primeiro casal de Monteiro e Batista, a proximidade entre as duas famílias ainda resultou na formação de novos casais (Figura 03).

Figura 03 - Diagrama de Parentesco da família Monteiro e Batista.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011. Elaboração Maricélia G. Barbosa.

Dona Zeneide Monteiro e seu Anfrízio Batista, o “Baié”

Aproximadamente dois anos após o casamento de dona Porfíria, por volta de 1983, seu Anfrízio Batista, irmão de dona Porfíria, conhecido como “Baié”²⁷, tomou dona Zeneide, irmã de seu “Trevoada”, como sua mulher. Na época dona Zeneide tinha 14 anos de idade e ele 20 anos, os dois namoravam escondido dos pais, ela relembra que:

“... durante uma festa que teve lá no Luzitânia²⁸ [uma vila localizada no Furo Grande], a gente decidiu fugir e

²⁷ Apelido que ganhou ainda criança dos familiares por ser uma criança bem forte e de baixa estatura. Até hoje é chamado e se apresenta assim.

²⁸ A Vila Lusitânia, foi um ponto de grande importância para o comércio local na época da extração da borracha. Era um local onde grandes embarcações atracavam para comprar os produtos da região, principalmente o látex. Fica localizada no Furo Grande, próximo ao Furo do Baiano, onde atualmente é possível avistar algumas residências que resistem a ação do tempo.

daí a gente veio morar com o papai até construir nossa casa e estamos aí até hoje!” (Dona Zeneide Monteiro Batista, 42 anos, rio Preto)

Dona Zeneide recorda que após sua união com seu “Baié”, morou um período na casa dos pais até a construção de sua casa. Segundo Woortmann (1967), existem alguns fatores que contribuem para que um novo casal permaneça durante um período, residindo com os pais de um dos cônjuges. O autor destaca alguns fatores como: a dificuldade em estabelecer uma residência logo após o casamento; o fato de a casa dos pais ser, geralmente, espaçosa podendo comportar o novo casal; o fato de o casal poder contar com o auxílio de outro casal mais experiente e, por fim, o autor destaca a ancianidade dos pais.

No caso do estudo da família Monteiro, veremos que assim como dona Zeneide e seu “Baié”, as outras unidades também viveram um período junto com seu Rosemiro e dona Antônia. Período suficiente para construir a moradia do novo casal. A questão da ancianidade apontada por Woortmann não se aplica, pois as uniões no sítio estudado ocorrem na adolescência ou juventude há várias gerações.

Segundo dona Porfíria, os seus irmãos sempre vinham trabalhar com os irmãos de seu “Trevoada”, e no trabalho os laços familiares e os vínculos sociais eram reforçados. Além do trabalho, os irmãos eram parceiros nas diversões e geralmente freqüentavam festas juntos. Durante as festas era comum e, ainda é, a fuga de alguns casais que aproveitavam a distração dos pais e fugiam com seus respectivos parceiros. Alguns chegavam a passar alguns dias sumidos e quando retornavam, geralmente, à casa da moça, era só para buscar suas roupas e oficializar a relação junto aos seus pais, que nem sempre concordavam, mas que se viam obrigados a aceitar, pois como recordou seu Pedro, “(...) o estrago já tava feito, né! Só restava aceitar!”.

Essa composição da família resultava em novos elementos para as relações de trabalho na família Monteiro e entre a família e os patrões. Com a incorporação de novos membros (os Batistas) no grupo doméstico de seu Rosemiro, novas relações de parentesco se desenham, e como veremos mais adiante, também se fortalecem mediante as relações de trabalho. A família inicialmente nuclear de seu Rosemiro começa a se constituir como uma família extensa, com vários grupos domésticos chefiados por seu Rosemiro, o que, segundo Woortmann (1967), constitui uma primeira fase da família extensa.

Depois que assumiu dona Zeneide como sua esposa²⁹, seu “Baié” passou a residir na unidade familiar do sogro e também a trabalhar com seu Rosemiro Monteiro nas terras que ele havia arrendado de seu Zé Carvalho. Trabalhava no sistema de “meia” com seu sogro, riscando seringa, tirando açaí, palha e tudo o que era produzido por eles, era vendido de forma conjunta diretamente para seu Zé Carvalho (filho). Certamente, houve aumento da produção com a entrada da 2ª geração de adultos na unidade familiar de produção. Para Garcia Jr. (1983, p. 104), “as regras de pertencimento à unidade de trabalho não se confundem com as regras de pertencimento a família”. Na família de seu Rosemiro Monteiro, encontramos uma variante a esse sistema descrito por Garcia Jr.: após a constituição de um novo casal, existe um período de moradia deste casal junto aos pais de um dos cônjuges. Nesse período ocorre o estabelecimento de novas relações de trabalho dentro da unidade familiar de produção. O filho que antes era solteiro e trabalhava com os pais por um sustento da família agora é casado. Depois que casa, passa ter uma família (ainda que inicialmente pequena) para sustentar. Durante o momento em que passa residindo com os pais após o casamento, a relação de trabalho se transforma. Antes era filho solteiro, agora continua sendo filho, porém casado, sua condição mudou. Após a construção da casa, o que também consideramos como a nova unidade doméstica, o casal passa a residir em sua nova casa, mas continua trabalhando na mesma unidade familiar de produção.

Essa variante também é semelhante na 2ª geração, os filhos quando resolveram compor novas unidades familiares, também residiram os primeiros anos de casados com os pais até construírem suas casas, que geralmente são próximas à residência dos pais. O que para Woortmann (1987) se tratam de residências patrilocais ou matrilocais. Nessa dinâmica, a Vila Monteiro foi ganhando e ainda hoje ganha novas unidades domésticas.

No caso da unidade doméstica de seu “Baié” e dona Zeneide, suas filhas Marlúcia e Mônica construíram suas casas próximas a casa de seus pais, Maykon decidiu construir sua casa nas áreas de sua família localizadas no rio Laranjal, segundo ele “é mais sossegado!” e também porque surgiu a necessidade de se fazer mais presente nessas áreas, pois estava ocorrendo algumas invasões na área, para extração clandestina de açaí. Apesar de residir neste rio próximo, sempre está na casa dos pais com sua esposa e filho. O fato de Maykon ter

²⁹ Do relacionamento de D. Zeneide e seu Baié, nasceram seis filhos, a mais velha é Mônica que atualmente está com 26 anos, casada com Isaias (24 anos) e já tem três filhos, Júnior (13 anos), Guilherme (04) e Yasmim (02). O Segundo filho é Maykon, hoje com 24 anos, casado com Rosineri (19 anos) e pai de Michael (01 ano); após o nascimento de Maycon, foi a vez de Marlúcia (22 anos), também casada, com Laércio (25 anos) e mãe de Richard (3 anos). O quarto filho é Marlon (17 anos), solteiro, mora com os pais; depois veio Mayara (8 anos) e o caçula Aderlon de 2 anos.

optado por fixar residência em outro rio, nos mostra que a constituição de uma nova unidade doméstica depende de vários fatores, e confirma que uma unidade familiar extensa não tem um “padrão” residencial definido, ou mesmo um “tipo” de organização familiar, em sua constituição envolve flexibilidade e permissibilidade (WOORTMANN, 1967, p. 6).

Dona Zenaide Monteiro e Manoel José Batista, o “Zequita”

Dona Zenaide e seu Manoel, que assim como seu irmão “Baié” também recebeu o apelido de “Zequita” ainda pequeno, se conheceram durante os passeios que D. Zenaide fazia com sua cunhada, dona Porfíria, ao rio Portel para visitar dona Maria e seu Pedro. Logo no início, dona Zenaide não gostava dele, segundo contou-me durante uma das várias conversas que tivemos, achava-o “muito moleque”, dono de “brincadeiras feias” e não gostava de suas atitudes. Porém, com a aproximação acabaram se gostando, mas os pais de dona Zenaide, seu Rosemiro e dona Antônia, não aceitavam o relacionamento. Seu “Zequita” era um rapaz novo e bebia muito, e seu Rosemiro não gostava de bebedeiras, por esse motivo chegou a proibir a filha de ver o rapaz, mas segundo relatos de dona Zenaide:

*“(...) tentei desistir dele por causa do papai que não gostava dele, mas eu fiquei doente por causa dele tu acredita? Eu fiquei doente! E um dia meu pai me chamou...e o “Zeca” só andava de casco, e ele vinha vindo no rio.. Ai meu pai disse assim: olha lá vem tua saúde ali! Lá vem ! E depois desse dia não teve mais jeito! A gente ficou junto e estamos até hoje! (risos)”
(Dona Zenaide Monteiro Batista, 39 anos, rio Preto).*

Os relatos de dona Zenaide sobre o início de seu relacionamento com “Zequita”, nos mostram que a constituição de uma nova unidade familiar, envolve uma variedade de fatores que não estão atrelados somente aos laços de parentesco ou de trabalho. Como já referido anteriormente, os irmãos de dona Porfíria, inclusive seu “Zequita”, já participava de trabalhos junto com a família de dona Zenaide, já era de “certa forma” da rede social da família, pois era irmão de dona Porfíria. Mas seu comportamento em relação à bebida gerou a resistência de seu Rosemiro ao relacionamento da filha. E mesmo reprovando o comportamento de seu “Zequita”, após de um tempo, aceitou a relação.

Depois de sua filha adoecer por causa dele, seu Rosemiro falou a dona Zenaide que não era contra o namoro deles, mas que se preocupava por ele ser um menino novo e que bebia demais, e temia pela felicidade da filha. Porém, não teve como proibir o namoro dos

dois, pois aos 16 anos os dois resolveram fugir durante uma outra festa, na também Vila Luzitânia. A fuga foi para a casa de uma irmã de “Zequita”, dona Izaura, com a qual viveram por cinco meses até seu Rosemiro ir buscá-los. Ele ficou sabendo que lá, os dois estavam passando necessidades, o terreno era muito inóspito, não tinha condições de sobreviverem lá, então seu Rosemiro trouxe os dois para o rio Preto. Observamos novamente neste caso de Zequita e Zenaíde, a existência de outros fatores envolvendo a constituição da unidade familiar. São fatores diversos relacionados a sentimentos, princípios, solidariedade, reciprocidade que vão além de uma simples relação de parentesco e de trabalho.

Assim que chegaram ao rio Preto, passaram a também morar na casa de seu Rosemiro e dona Antônia por um período inicial, até a construção da casa. E assim como “Baié”, seu irmão, “Zequita” também passou a trabalhar com o sogro e também a tirar do trabalho de “meia”, o sustento de sua família³⁰. Além de riscar seringa e tirar açaí, seu “Zequita” também sabia manusear motosserra, “ele também era motoqueiro”, declara dona Zenaide e ainda sabia construir pequenas casas e alguns pequenos móveis. Após a construção da casa do casal, eles mudaram para a nova residência, mas também continuaram a trabalhar na mesma unidade familiar de produção.

Assim como dona Porfíria, os irmãos também haviam sido socializados, quando ainda crianças, no trabalho da roça. E na primeira oportunidade, também colocaram os pequenos roçados com banana, macaxeira, milho, arroz e feijão para ajudar no sustento de suas famílias.

Seu Rosivaldo Monteiro e Izabel Batista, a “Idoca”

Depois das irmãs Zeneide e Zenaide, foi a vez de seu Rosivaldo que nas mesmas condições que suas irmãs, também se enamorou de dona Isabel Batista, que é carinhosamente chamada de “Idoca”. Quando começaram a se gostar, ele pediu para os pais dela a permissão para namorá-la, e após alguns anos de namoro, ele a pediu em casamento. Iniciaram os preparativos para o casamento, chegaram a comprar vestido de noiva e aliança, a casa dos dois já estava quase pronta, mas durante uma festa os dois não agüentaram a ansiedade e resolveram fugir para a casa que estavam construindo e desde então ficaram juntos até os dias atuais. Dona “Idoca” lamenta não ter esperado o casamento, pois não chegou a usar seu vestido de noiva e guarda-o até hoje.

³⁰ Do relacionamento de D. Zenaide e “Zequita”, nasceram Tatiane (22 anos) e mãe das gêmeas Iabelly e Gabrielly (3 anos); Jhony (17 anos) e o caçula Alejandro (06 anos) (ver Figura 06). Tatiane atualmente reside em Santana com a avó, D. Antônia Monteiro, e as duas filhas. Os dois filhos continuam com os pais no rio Preto. Jhony é o braço direito de seu “Zequita” nas atividades produtivas da família.

“eles foram para uma festa e dessa festa ele já trouxe ela, não esperou o casamento! A vontade de ficar juntos era tamanha que o vestido ficou na saca guardado!!...[risos].” (Dona Porfíria Batista Monteiro, 47 anos, rio Preto)

Dona Isabel namorou um pouco mais de 3 anos com seu Rosivaldo, estava com casamento marcado, mas não conseguiram esperar e logo constituíram família³¹. Observamos neste caso, outra variante na constituição de uma unidade familiar. Ao contrário das unidades anteriores, seu Rosivaldo e dona “Idoca” já estavam com casamento marcado, com a casa quase pronta, e ainda assim, também “fugiram” durante uma festa, não chegaram a casar na igreja e cartório. Entre os filhos de seu Rosemiro e dona Antônia que moram no rio Preto, seu Rosivaldo foi o único que casou e não morou um tempo com os pais, foi direto para sua casa. Porém, assim como os outros, mesmo morando diretamente em sua casa após o casamento, participava da mesma unidade familiar de produção que os irmãos e cunhados. A casa, ou seja, o consumo de sua nova unidade familiar era separado, mas o trabalho, a produção, era em conjunto com as demais unidades. Neste caso, observamos mais claramente a variação em relação ao sistema de Garcia Jr. (1983), que diz que com a migração de um filho para outra unidade doméstica este deixa de ser pertencer a unidade de trabalho e passa a constituir outra. No caso da família Monteiro, os filhos migraram para suas unidades domésticas após o casamento, mas continuaram na mesma unidade de produção. A unidade de consumo é outra, mas a unidade de produção continua a mesma pelo menos até o momento em que as terras permanecem de uso comum.

Seu Rosildo Monteiro e dona Fátima

Dentre os filhos de seu Rosemiro Monteiro que permaneceram no rio Preto, Rosildo Monteiro foi o único que não casou com alguém da família Batista. Seu Rosildo, casou-se com dona Fátima³², pertencente à outra família que também habitava a região do Furo do Baiano e com ela fixou residência na área da família Monteiro que fica no rio Laranjal. Este,

³¹ Do relacionamento dos dois nasceram: Kátia Flávia (22 anos), casada com Wando (27 anos) e mãe de Gisele (06 anos) e Graziely (04 anos); Rivaldo (18 anos), solteiro, mora com os pais e também é o braço direito do pai nas atividades produtivas; Rosiane (16 anos), casada com Edielson (24 anos) e mãe de Clara (01 ano); Rárisso (07 anos) e a caçula Flaviana (4 anos), carinhosamente chamada de “Vivi”.

³² Do relacionamento de seu Rosildo e dona Fátima, nasceram Ronildo (15 anos), solteiro, reside com os pais; Roseli (13 anos), também solteira; Rogildo (07 anos) e a caçula Maria de Jesus (2 anos), carinhosamente chamada de “Maricó”.

assim como os irmãos, também morou um tempo com os pais antes de migrar para outra residência.

Seu Rosildo e Dona Fátima decidiram morar no rio Laranjal, por não ter nenhuma casa do lado das áreas arrendadas por seu Rosemiro e por também por saber que estava ocorrendo invasões de pessoas nas áreas para a retirada indevida de açaí. Aliado ao desejo de viver mais sossegado, longe de vizinhos, seu Rosildo fixou residência longe da Vila Monteiro, mas ainda próximo a casa dos pais, sendo o único dessa 1ª Geração dos Monteiro no rio Preto, que não reside na Vila, mas que mantém intensa relações de trabalho com os irmãos e cunhados.

Seu Rosildo, assim como seus irmãos, sempre trabalhou com o pai e mesmo casando e depois de tempo migrando para outra casa, continuou trabalhando na mesma unidade de produção com o pai, os irmãos e os cunhados.

2.5 A UNIDADE FAMILIAR COMO UNIDADE DE PRODUÇÃO E CONSUMO, ATÉ A REORGANIZAÇÃO DAS TERRAS DE USO COMUM.

Podemos observar com estes relatos sobre a constituição das unidades familiares dos Monteiro, confirmações e variações relevantes em relação a outros estudos de unidades familiares. Identificamos nas relações de parentesco, a importância das relações de parentesco não biológico e de compadrio na constituição de relações de trabalho. E ainda sobre a importância dos laços de solidariedade e reciprocidade fortalecidos durante essas relações.

Além disso, as descrições também nos apontam variações relacionadas ao pertencimento a uma unidade de trabalho familiar (GARCIA JR.,1983). Identificamos nas descrições que o pertencimento a uma unidade familiar de produção não está condicionado a uma reprodução conjunta, ou seja, em uma mesma casa, como consta nos estudos de Garcia Jr. (1983). Mesmo um filho (a), migrando para uma nova casa, o que também entendemos como uma nova unidade doméstica, este ainda pode participar da mesma unidade de trabalho.

No caso da família Monteiro, a coesão entre as famílias na unidade familiar de produção sob o comando inicial de Rosemiro Monteiro perdurou até o momento em que ocorreu a divisão das áreas e “cada irmão ficou com seu pedaço de terra”. Desde então passaram a trabalhar sob o comando de cada irmão, que com o tempo já passaram a abrigar filhos e filhas, genros e noras, constituindo sua própria unidade de produção. Esse fato vamos melhor detalhar no próximo capítulo.

3. OS MONTEIRO DO RIO PRETO: A CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO.

Neste capítulo descreveremos como os atores sociais designados como “fregueses” resistiram às relações de trabalho patronais, quando estas passam a ameaçar as relações de trabalho internas ao grupo e ao território por elas estabelecido.

Veremos através das narrativas, reconstituídas a partir da memória coletiva do grupo familiar, como ocorreu o processo de territorialização no seio de uma família extensa e como esta emerge como os “Monteiro do rio Preto”, assumindo a identidade coletiva de “tiradores de açaí”, durante esse processo.

Ao reconstituirmos parte da história dessa família, observaremos o processo de mobilização interna dos membros em prol do território onde se desenvolvia, e ainda se desenvolve, uma das principais atividades produtivas da família, a extração de açaí. Ao analisarmos como ocorre o processo de territorialização a partir de uma família extensa de tiradores de açaí, podemos melhor visualizar a complexidade e a importância desse processo na constituição de territórios etnicamente configurados. Também teremos a oportunidade de observar os pressupostos da passagem de uma unidade afetiva ou atomizada, neste caso a família “Monteiro do rio Preto”, para uma existência coletiva, os “tiradores de açaí” (ALMEIDA, 2008).

Para descrever e analisar o processo de ruptura com as relações patronais, simbolizada no episódio da chamada fábrica de palmito, que se constitui como um marco na memória coletiva dos Monteiro, relataremos a trajetória de outra família de fregueses, os “Porfírio”. O contraste entre essas duas famílias freguesas objetiva a compreensão de como dona Benedita, dona Antônia, seu “Trevoada” e sua família, assumem a identidade dos “Monteiro do rio Preto”.

3.1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: A LUTA PELO DIREITO À TERRA

A luta pelo direito à terra está nas principais pautas das comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2008); luta que demanda movimento social fortalecido e disposto a reivindicar o direito coletivo.

Garcia Jr. (1983) retrata o processo de luta de um grupo de pequenos produtores que vivia uma relação de subordinação ao grande proprietário, e que ao verem suas “terras de trabalho” ameaçadas pelo avanço da pecuária decidem lutar pelo direito à terra, ou seja, passam a reivindicar um território. O processo de luta travado por grupos etnicamente

diferenciados visando um dado território é muito presente na contemporaneidade e ao estudá-lo encontramos importantes contribuições para o debate acerca do funcionamento do mundo rural.

Almeida (2008) faz referências à luta de vários grupos sociais (Quebradeiras de coco babaçu, quilombolas e indígenas) por seus respectivos territórios que, ao longo desse processo, se transformaram em movimentos sociais importantes e de referência na luta pela terra. Segundo Oliveira (1998), é a partir das reflexões sobre o território de um dado grupo etnicamente diferenciado, que podemos incorporá-lo dentro de um Estado-nação.

Segundo Castro (1997, p. 223), “um espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” pode ser entendido como um território. Para Almeida (2008), um conjunto de terras de pertencimento coletivo converge para um território, que politicamente, é construído mediante mobilizações por acesso aos recursos. Esse acesso ocorre mediante “o grau de coesão e solidariedade obtidos frente às adversidades e conflitos e reforçam politicamente as redes de solidariedade” (ALMEIDA, 2008, p.30).

Esse processo de mobilização e luta de grupos etnicamente diferenciados por um dado território é o que Oliveira (1998) chama de processo de *Territorialização*. Para o autor:

[...] a noção de Territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

Essas quatro condições que constituem o processo de Territorialização nos ajudaram a compreender: como o território de uma família freguesa, que durante esse processo emerge como uma família de “tiradores de açaí”, é construído, politicamente, através da mobilização de seus membros pelo livre acesso aos recursos naturais (ALMEIDA, 2008). Para Almeida:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (ALMEIDA, 2008, p.118).

Durante mobilização da família do freguês Rosemiro em prol do seu território, ocorre a emergência de uma identidade coletiva relacionada a princípio à família, os “Monteiro do rio Preto”, porém atrelada a um grupo étnico (BARTH, 1964, apud OLIVEIRA, 1998) mais

abrangente, o de “tiradores de açaí”. Segundo Almeida (2008), o “fator identitário” e os outros a ele adjacentes é que levam um grupo de pessoas a se unirem, aglutinados em torno de uma expressão e ou denominação coletiva, e se organizarem para reivindicar seus direitos (ALMEIDA, 2008).

Baseado neste conceito de *Territorialização* observaremos, a partir de então, os fatos marcantes da história da família Monteiro que nos ajudam a refletir sobre essas novas formas de organização social.

3.2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

3.2.1 A relação patrão-freguês filho de criação

No próximo capítulo, descreveremos as atuais relações de trabalho na unidade familiar dos Monteiro. Mas o trabalho realizado onde atualmente se encontra as terras de pertencimento da família Monteiro já foi bem diferente do que encontramos hoje. Inicialmente o trabalho na região de uma forma geral, era em regime de arrendamento e subordinado ao patrão, como já mencionado anteriormente. As terras eram arrendadas para os trabalhadores, chamados de fregueses, que recebiam o direito de morar na terra, mas tinham o compromisso de pagar ao patrão 30% de tudo o que era produzido na área. Seu Rosemiro Monteiro foi, por décadas, freguês de seu Zé Carvalho (filho), ele e sua família pagaram por anos porcentagem de tudo o que costumavam produzir na área ao seu patrão. Desde sua chegada ao rio Preto, na década de 60, até meados da década de 90 seu Rosemiro, os filhos e os genros eram subordinados ao patrão Zé Carvalho (filho). Trabalhavam no sistema de arrendamento.

Mesmo com a formação das novas unidades domésticas, os filhos e genros passaram a trabalhar nas áreas arrendadas a seu Rosemiro, o patriarca da família, e continuavam a também pagar as porcentagens ao patrão. Nesse período existia uma espécie de **herança do arrendamento**, muito semelhante ao que Herédia (1979) identificou como “herança do foro” ao analisar o campesinato na zona da mata pernambucana, em que a “posse” da terra arrendada ao *foreiro*, era transmitida para os filhos. O filho que permanecia na área, junto com o pai, também assumia o compromisso do pai.

De semelhante modo, aconteceu no rio Preto: os filhos de seu Rosemiro que passaram a constituir família e permaneciam na área, passaram a pagar porcentagem de suas produções

para o patrão Zé Carvalho (filho). De tudo o que produziam na área (o látex da seringa, a madeira, a palha de buçu, o palmito e o açáí) era retirado porcentagem para o patrão. O pagamento geralmente era feito de forma coletiva, os filhos e genros repassavam suas respectivas porcentagens para seu Rosemiro e este, por sua vez, pagava tudo diretamente para seu Zé Carvalho (filho).

Apesar de ser um sistema de trabalho entendido como injusto pelos entrevistados, em seus relatos, seu Rosemiro aparece nas narrativas sempre em boas relações com seu Zé Carvalho (filho), que, enquanto seu Rosemiro viveu, nunca teve problemas com a família Monteiro em relação ao pagamento das porcentagens. Segundo as narrativas, o patrão costumava retornar à comunidade mensalmente para cobrar as porcentagens de seus fregueses e dificilmente se desentendia com seu Rosemiro que, por anos, foi o único freguês em suas terras no rio Preto. Essa memória oral é expressa tanto por entrevistados mais velhos, quanto os mais jovens, na época ainda crianças:

“(...) o velho (se referindo ao Zé Carvalho [filho]) era um bom patrão! Sempre que vinha por aqui, trazia bombons para a criançada, sentava aqui no trapiche pra tomar café com gente! Tudo que a gente precisava ele dava um jeito e trazia pra nós! Ele era bacana com nós!” (Lígia Monteiro, 25 anos, rio Preto).

Essa relação de trabalho entre o patrão Zé Carvalho (filho) e o freguês Rosemiro e família, foi estabelecida a partir de relações de parentesco não biológico entre ambos, como vimos no capítulo anterior. Seu Rosemiro foi irmão de criação de seu Zé Carvalho (filho) e, devido a esses laços de “criação” e reciprocidade estabelecidos antes da constituição da relação de trabalho patronal, a relação entre os dois era uma relação diferenciada das relações de trabalho das demais famílias freguesas. Além de freguês seu Rosemiro era “irmão de criação”.

Como podemos observar na memória oral dos entrevistados, seu Zé Carvalho (filho), quando retornava para o rio Preto a fim de recolher as porcentagens, mantinha uma relação diferenciada com a família de seu Rosemiro. Ele costumava sentar no trapiche da casa para tomar café e prostrar com os membros da família. Trazia bombons para as crianças e procurava atender as encomendas da família de seu Rosemiro. Nessa relação podemos observar claramente a importância dos vínculos sociais pré-estabelecidos anteriormente as relações de trabalho. Passado anos da chegada da família Monteiro ao rio Preto, seu Zé Carvalho decidiu colocar mais uma família para trabalhar em suas áreas, a família de seu

Porfírio Oliveira, que inicialmente se instalou na porção média do rio Preto, nas margens do igarapé Ilhinha.

3.2.1 A relação freguês - freguês

Para examinarmos a relação entre duas famílias “freguesas”, descrevemos a chegada de seu Porfírio no rio Preto.

Considerado por alguns antigos moradores um “andarilho”, que não parava por muito tempo em uma área, seu Benedito Porfírio de Oliveira, muito sofreu com antigos patrões. Segundo informações locais, na época dos patrões, existiam alguns que, além de explorarem de forma intensa seus fregueses, por vezes usavam de má fé com seus trabalhadores, e costumeiramente expulsavam fregueses de suas terras quando suas expectativas de produção não eram alcançadas.

A família freguesa até poderia estar com grandes e bons roçados prontos, mas ao ser expulsa da área não tinha direito a nada, nenhuma indenização. Seu Porfírio sofreu muito com isso, por vezes teve que deixar suas roças, e recomeçar em outras “paragens”. Nessas andanças, seu Porfírio passou a trabalhar para seu Pedro Carvalho, irmão de seu Zé Carvalho (pai). Foi nesse período que seu Porfírio conheceu Emília Carvalho, filha de seu Pedro Carvalho, que era dono de todo o lado esquerdo do rio Preto. Os dois casaram e apesar de ser filha de um dos grandes patrões da região, dona Emília e seu Porfírio nunca tiveram uma vida de privilégios, tiveram que trabalhar bastante para criar os filhos. Novamente, a ilustração de como as relações de trabalho patronal se sobrepunha as relações de parentesco.

Assim como ocorreu com seu Rosemiro, seu Porfírio também foi incorporado à relação patrão-freguês da família de referência no rio Preto, os *Carvalho*. Uma família de referência é aquela que detém um status de família influente, poderosa, geralmente extensa, com uma condição financeira diferenciada das demais famílias locais (PANTOJA, 2004). Porém sua condição era diferente da condição de seu Rosemiro quando este entrou na rede fregueses. Se constituindo como um parente não biológico, seu Rosemiro era “filho de criação” de Zé Carvalho (pai), havia convivido desde os treze anos com a família Carvalho, cresceu trabalhando com eles.

Seu Porfírio era um freguês que veio a unir-se com uma filha do patrão. Durante o campo da pesquisa, não foi possível coletar mais informações que detalhasse o início da relação de seu Porfírio e dona Emília, mas refletindo sobre observações coletadas referente à constituição de outras unidades familiares no local, o fato de dona Emília ter se unido a um

freguês de seu pai não interferiu na herança. O casal, como dito anteriormente, não teve privilégios, mesmo sendo genro de patrão, seu Porfírio continuou na condição de freguês.

Inicialmente, moraram na casa de seu Pedro Carvalho, no Furo do Baiano, próximo ao rio Preto. Seu Zé Carvalho (filho) convidou seu Porfírio para trabalhar em suas terras na extração de seringa, lhe ofereceu uma locação no “centro”, próxima ao rio Jacariúba. Sobre essa unidade espacial chamada “centro”, bem como as outras unidades espaciais³³ que compõem as terras de pertencimento e uso da unidade familiar de produção dos Monteiro trataremos com mais detalhes no próximo capítulo.

No ano de 1974, seu Porfírio mudou-se para o rio Preto com sua família e fixaram residência nas margens do igarapé Ilhinha. Assim que fixaram residência no local, a família passou a sofrer com ataques de insetos (carapanãs, maruins e mutucas) e as crianças viviam doentes. A casa ficava distante da “boca” do rio e conseqüentemente distante e de outros moradores. Na hora de uma necessidade, eram obrigados a remar por horas até chegar a casa mais próxima.

Segundo relatos dos Monteiro, seu Rosemiro Monteiro, freguês mais antigo de seu Zé Carvalho (filho), se sensibilizou com a situação da família de seu Porfírio e acertou com o patrão a transferência da família de seu Porfírio para mais próximo da “boca” do rio Preto. Este cedeu uma parte de sua área arrendada para a construção de uma casa para a família de seu Porfírio. Se o arranjo do local exato ocorreu mais entre os próprios fregueses, ou a mando do patrão, não fica claro nas entrevistas com os Porfírios:

“(...) nos viemos morar pra cá porque o terreno é o mesmo terreno né!? Era o mesmo dono! (...) lá ficava muito distante e nós resolvemos mudar pra cá, onde tinha mais gente! Nesse tempo as coisas eram mais difícil e nós resolvemos vim pra cá e estamos morando até hoje aqui!” (Seu Manoel Pelas de Oliveira, 52 anos, [filho de seu Porfírio], rio Preto)

Contrastando as narrativas dos membros da família Monteiro com aquelas da família Oliveira, registramos diferentes perspectivas e intenções. Enquanto os primeiros reforçam o papel de Rosemiro “cedendo” uma área sob seu controle de trabalho, os segundos reforçam a agência dos próprios Oliveiras, que “resolvem” se deslocar pois são igualmente fregueses de um mesmo patrão, numa mesma área. A coleta de dados a partir da memória oral não tem

³³ Para este trabalho estamos designando “unidades espaciais” as diferentes áreas que compõem as terras de pertencimento da família Monteiro, essas unidades são delimitadas fisicamente por territorialidades específicas.

intenção de verificar quem disse a “verdade”. O que importa aqui é aprender como os discursos são elaborados e empregados na transição entre o domínio das relações de trabalho patrão-fregues para as relações de trabalho livre. O importante aqui é aprender que na primeira situação as terras de pertencimento eram designadas pelo patrão e na segunda situação, os outrora fregueses acionaram noções próprias de direito para designar esse pertencimento as diferentes unidades familiares. Nessa fase de transição ocorreram fricções internas ao grupo, mas no início foi assim.

A família de seu Porfírio passou “um inverno e um verão no Ilhinha”, recorda seu Manoel, conhecido como “Piteu”, filho de seu Porfírio. Após esse período, a família mudou-se para uma pequena casa construída dentro da área arrendada para seu Rosemiro.

Seu Porfírio e Dona Emília passaram a viver mais próximos à família de seu Rosemiro, mas sua área de trabalho continuou sendo um pouco acima do rio Jacariúba, após a área arrendada para seu Rosemiro. Com o passar dos anos, assim como a família de seu Rosemiro, a família de seu Porfírio também foi crescendo, os filhos também foram constituído família e também começaram a construir suas casas próximas à casa dos pais. Isso gerou um primeiro conflito com a família Monteiro, que até então detinham a “posse” da área, e seu Rosemiro havia cedido o espaço no entendimento de que seria apenas para a construção de uma casa.

Seu Rosemiro chamou a atenção de seu Porfírio sobre a construção de outras casas na área cedida por ele, mas ele e os filhos não deram ouvidos e persistiram em construir as novas casas. Para evitar um conflito maior, seu Rosemiro estabeleceu limites dentro da área para evitar o avanço da família de seu Porfírio sobre as suas áreas arrendadas.

Nessa área então delimitada a família de seu Porfírio se estabeleceu, o número de casas aumentou gradativamente e o espaço começou a ganhar forma de uma pequena vila. Após esse primeiro conflito, as relações entre as duas famílias, que até então sempre fora de confiança, solidariedade e reciprocidade ficou enfraquecida. A família de seu Porfírio ficou numerosa e, segundo relatos dos Monteiro, algumas vezes tentaram fragilizar a relação de confiança que existia entre os Monteiro e seu Zé Carvalho. Porém, todas as tentativas eram frustradas, uma vez que seu Rosemiro e os filhos, sempre foram corretos e muito unidos no trabalho, sempre pagavam em dia a renda. A relação de trabalho entre os Monteiro e o Zé Carvalho (filho) fora constituída através de laços desenvolvidos na “criação ou relações de parentesco não biológico. Diferente da família de seu Porfírio que às vezes não conseguiam cumprir o acordo e, incorporado à rede de parentesco dos *Carvalho*, através de matrimônio

(não sabemos se se tratou de um “casamento roubado”) sua relação com o patrão era somente de trabalho.

A relação entre as duas famílias ficou um pouco estremeçada, mas continuavam a conviver cordialmente. Não tinham uma grande proximidade, mas mantinham o respeito e na hora que um precisava do outro, os laços de solidariedade e reciprocidade entre as famílias falavam mais alto. Entendemos que era do interesse do patrão que as relações de trabalho patrão-freguês fossem referidas a cada unidade familiar separadamente, as narrativas não mencionam práticas em relações de trabalho freguês-freguês. As relações freguês-freguês, no entanto, ocorriam fora do trabalho, em casos de doenças e acidentes, e sobretudo nas festas.

Seu Porfírio teve nove filhos, três homens e seis mulheres, atualmente apenas os três filhos e mais duas filhas ainda residem no rio Preto, os outros fixaram residência no furo do Baiano. A família de seu Porfírio, sempre foi bem animada e festeira, seu Porfírio é muito lembrado por suas grandes festas que costumava realizar em frente a sua casa.

*“(...) No dia 10 de fevereiro o povo já tinha compromisso
Para festa de São Lázaro na casa do Senhor Benedito
Porfírio (...)” (Manoel Miranda de Carvalho, [neto do
Pedro Carvalho] poeta e compositor regional, Furo do
Baiano).*

As festas eram bem animadas e sempre com muita gente de localidades vizinhas. Foi em uma dessas festas que seu “Trevoada” conheceu dona Porfíria. Após a morte de seu Porfírio, as festas cessaram e hoje são lembradas com certo saudosismo.

A vida seguiu o seu curso e as duas famílias conviviam relativamente bem, cada uma seguindo sua vida, criando seus filhos com muito trabalho. Seu Rosemiro trabalhava com os filhos e genros riscando seringa, colocando os roçados, tirando madeira, palmito e açaí. Porém, no ano de 1990, seu Rosemiro faleceu e os filhos assumiram a frente do trabalho.

3.2.2 A relação patrão-freguês sem o “filho de criação”.

Seu Rosemiro era um homem trabalhador, “pra ele não tinha tempo ruim!”, lembra dona Benedita, sua sogra. Seu Rosemiro já havia sofrido um grave acidente enquanto tirava açaí, segundo dona Antônia, enquanto trabalhava, “caiu uma folha dentro do olho dele e deu defeito no olho”. Ao tentar cortar uma folha de açazeiro enquanto subia no estipe para retirar um cacho de açaí, acidentou-se com o talo da folha que atingiu violentamente seu olho,

deixando-o defeituoso. Dona Antônia não soube precisar exatamente a época desse primeiro acidente, e mesmo com um olho defeituoso, seu Rosemiro não parou de trabalhar e nem mesmo de tirar açaí até sua morte:

“(...) foi no dia 02 de fevereiro de 1990, que o vovô morreu. Na noite anterior à morte dele tinha chovido muito e no outro dia ele saiu cedo para tirar açaí... ele viu uma preguiça e tentou pular de um açazeiro para o outro e acabou caindo sentado. Isso aconteceu de manhã, mas só acharam ele a tarde. Os meninos tiveram que vim aqui em casa pegar uma rede para poder trazer ele de lá! Quando ele chegou em casa o pessoal decidiu levar ele pra Santana. Ele disse que não queria ir! Que queria morrer em casa!..Parecia até que estava adivinhando que ele ia morrer!..No meio da viagem ele faleceu e o pessoal voltou com ele!..deixou nove filhos e a gente que é neto! (Lígia Monteiro [neta de seu Rosemiro], 26 anos, rio Preto)

Seu Rosemiro morreu trabalhando, tirando açaí. Ele havia saído bem cedo com os filhos e genros para o “centro”, para mais um dia de trabalho. Como de costume, chegando ao “centro”, eles se dividiram e cada um foi para um lado tirar açaí, seu Rosemiro foi sozinho e adentrou bastante na mata. Quando deu à hora combinada, por volta das 12 horas da manhã, os filhos e os genros foram chegando ao local combinado para então retornarem juntos à vila, mas seu Rosemiro não chegou. As horas foram avançando e o pessoal começou a ficar preocupado, pois seu Rosemiro era pontual, então decidiram entrar na mata para procurá-lo e alguns permaneceram aguardando no local caso ele aparecesse.

Depois de certo tempo um dos filhos retornou do interior da mata: havia encontrado seu Rosemiro caído no meio da mata com fortes dores e sem se movimentar. Um dos genros foi à vila buscar uma rede, para então retirarem seu Rosemiro do local da queda.

Assim que chegaram à vila com seu Rosemiro na rede, dona Antônia com os filhos decidiram levá-lo imediatamente para a cidade, mas ele não resistiu e antes de chegarem ao Canal Norte, ele faleceu.

Eu sentia muita falta dele! Meu marido era muito bom pra mim!...fiquei desgostosa daqui (se referindo ao rio Preto) e por isso fui embora pra cidade.”
(D. Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto).

Após a morte de seu Rosemiro, dona Antônia ficou muito desgostosa do lugar e decidiu morar na cidade com sua filha, que havia casado e ido residir em Santana. Com a ajuda dos filhos, depois de alguns anos, conseguiu construir uma casa na cidade e passou a

morar sozinha. Seu “Trevoada”, o filho mais velho, assumiu os negócios da família e, juntamente com os irmãos e cunhados, continuou a trabalhar nas áreas arrendadas.

Na época da morte de seu Rosemiro, em sua casa funcionava um pequeno barracão que vendia algumas mercadorias (gêneros alimentícios em geral), mas o negócio não caminhava bem devido à inadimplência dos seus clientes que compravam muito fiado e demoravam a pagar. Antes de dona Antônia ir morar em Santana, desfez o barracão. Seu “Trevoada” e os irmãos continuaram a trabalhar na área, tirando madeira, palmito e açaí. Nesse momento observamos claramente a herança das relações de trabalho, neste caso, o arrendamento (HERÉDIA, 1979). Os filhos assumem o compromisso de pagar as porcentagens após a morte do pai.

Na década de 60, quando seu Rosemiro chegou ao rio Preto, a extração da borracha ainda era a principal fonte de renda das famílias que ali moravam, porém a economia da borracha já não era tão valorizada a nível nacional. A economia da borracha na Amazônia teve seu auge entre os anos de 1879 a 1912. Durante este primeiro período de prosperidade do ciclo, a economia da borracha se tornou o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia (RIBEIRO, 2005). Após esse período a borracha amazônica perdeu o monopólio para os plantios do continente Asiático, principalmente os da Malásia que apresentavam uma maior eficiência e produtividade do látex. A economia da borracha ainda vivenciou um segundo período de melhoria no ciclo, de 1942 a 1945, durante a 2ª Guerra Mundial. Esse pequeno período foi uma tentativa brasileira de recuperar sua posição na economia da borracha, através de plantios em solo brasileiro, porém também não teve êxito e a economia foi perdendo sua importância (RIBEIRO, 2005). Segundo os entrevistados, no final da década de 70, quase não se riscava mais seringa e a principal fonte de renda das famílias passou a ser a extração da madeira, complementada com a extração do açaí e palmito e com a venda dos produtos do roçado.

A produção da família Monteiro era vendida diretamente para seu Zé Carvalho (filho) quando este estava na localidade, quando não se encontrava, a família levava a produção para ser comercializada na cidade de Macapá e, em cima do que era apurado na venda dos produtos, separava a porcentagem do patrão e prestava contas quando o mesmo passava no rio Preto.

Em meados da década de 90, dois grandes acontecimentos ficaram marcados na memória da família Monteiro, recebendo destaque durante as conversas e entrevistas sobre a produção de açaí, que atualmente é a principal fonte de renda não só da família Monteiro, mas de todos os moradores da comunidade do Baiano.

3.2.4 A relação patrão-freguês em cheque

O primeiro grande evento sempre lembrado por todos foi a chegada das “geleiras”³⁴ na região do Furo do Baiano. Segundo alguns moradores antigos do Furo, as primeiras embarcações chegaram por volta de 1990. Antes desse ano, o açaí era comercializado em dois portos no Estado do Amapá, o “Porto do Açaí” também chamado de “Rampa Santa Inês” ou simplesmente “Rampa do açaí” localizado na orla da capital Macapá, e no “Porto de Santana” localizado na feira do Município de Santana.

Segundo recordam dona Benedita (avó de seu “Trevoada”) e seu Pedro Batista (pai de dona Porfíria), as pessoas mais “vivas” do convívio da família Monteiro, antes do período marcado pela chegada das “geleiras” a comercialização do açaí era muito pequena, o produto não era valorizado na região. Segundo seu Pedro Batista, por vezes “cansou de jogar na água, rasas e rasas de açaí!”, por não ter para quem vender, ou simplesmente por que o preço era muito baixo e preferia jogar no rio a vender a preços tão irrisórios. A oferta de açaí era muito grande nos dois portos. De todas as ilhas localizadas nas proximidades de Macapá e Santana vinham produtores vender açaí, e isso resultava em uma grande oferta, muito superior a demanda pelo produto. Esse fenômeno é localmente denominado de “alagação”³⁵.

Essa era a realidade do comércio de açaí antes da década de 90, uma grande oferta de produto e preços bem abaixo do esperado. Após o ano de 1990, chegaram à região do Furo do Baiano, as primeiras “geleiras” oriundas da cidade de Abaetetuba³⁶, Nordeste de Estado do Pará.

As “geleiras” vinham em busca de açaí, agora muito demandado na região metropolitana de Belém, principalmente quando este se encontrava em período de entressafra na região do nordeste paraense. O período de entressafra nas regiões mais próximas da capital do Pará, Belém, onde está grande parte dos consumidores do fruto do açaí, inclusive

³⁴ Embarcações de médio e grande porte, que têm seu convés adaptado em uma espécie de câmara frigorífica, que comporta bastante gelo, onde os carregadores armazenam as rasas cheias de açaí entremeadas em camadas de gelo, para então transportá-las até o local desejado.

³⁵ Termo utilizado localmente quando a oferta de um determinado produto fica bem acima da sua demanda naquele mercado.

³⁶ O município de Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. Recebeu foros de Cidade em 1895. Primeiramente era chamada de Abaeté, porém em 1944, passou a chamar-se Abaetetuba. Nome de origem tupi que significa “lugar de homem ilustre”. Atualmente o município possui uma área de 1.610,743 km², uma população estimada em 141.054 hab. A cidade de Abaetetuba é a sexta maior cidade do estado e atualmente passa por um momento de crescimento econômico acelerado, principalmente nos ramos do comércio e serviços. A cidade proporciona fácil acesso aos Portos de Belém, Vila do Conde e ao sul do Pará, além da proximidade do Pólo Industrial na Vila dos Cabanos que fica a 30 km (IDESP, 2012).

industrias de processamento, coincidia com o período de safra do açaí na região do Furo de Baiano, motivo que deslocou para lá as geleiras.

Com a chegada das embarcações, o fruto passou a ser mais valorizado, os “geleiros”³⁷ passaram a pagar muito acima do valor que era pago nos portos de Macapá e Santana. Além do preço, o fruto passou a ser comercializado na porta das casas, ou melhor, nos trapiches em frente as casas, diminuindo a despesa dos produtores com transporte até a cidade, onde até então era o único local de venda do produto.

As “geleiras” chegavam aos rios da região e atracavam suas embarcações em alguns locais estratégicos, sempre na boca de algum rio com bastantes moradores. E depois de atracadas, passavam a comprar o açaí dos produtores, que chegavam em suas pequenas embarcações cheias de rasas com o fruto para ser comercializado diretamente com os encarregados das “geleiras”. A relação com estes agentes que não estavam tão atrelados ao circuito dominado pelos patrões permitiam o vislumbre das possibilidades fora dele.

A partir da década de 90 e até hoje, sempre na época de entressafra nas mesorregiões metropolitana e nordeste do Pará, várias “geleiras” se deslocam até a mesorregião do Marajó em busca do fruto. E, desde então, as comunidades extrativistas dessa mesorregião do Estado, nesse caso em especial a Comunidade do Furo do Baiano, têm vivido importantes transformações socioeconômicas.

Com a valorização do açaí, os fregueses passaram a dedicar-se mais à extração do fruto, nos períodos de safra, do que a outra atividade produtiva. Essa valorização também surpreendeu os patrões que queriam lucrar com os açazais. Um pouco anterior, à chegada das “geleiras”, outro derivado do açaí também ganhava destaque, o palmito. Esse outro produto do açazeiro também passou a ser demandado na comunidade, e quando passava a safra do açaí, os produtores se dedicavam à extração do palmito.

Com a abundância de açazais nativos nas ilhas, alguns patrões, como seu Zé Carvalho (filho), começaram a investir nessa extração do palmito durante o período de entressafra do açaí. Passaram a demandar de seus fregueses dúzias e mais dúzias de “cabeças de palmito”³⁸, que geralmente eram comercializadas diretamente pelo patrão a donos de “fabriquetas”³⁹ espalhadas pela região.

³⁷ Denominação dada localmente ao responsável, ou encarregado da “geleira”.

³⁸ Gomo terminal do caule das palmeiras, cujo miolo, recoberto pelas bainhas das folhas, é comestível em algumas espécies, sobretudo da *Euterpe edulis* Mart. (FERREIRA, 1986).

³⁹ Pequenos barracões rústicos, instalados nas margens dos rios, com algumas máquinas que auxiliavam o processo primário de beneficiamento dos palmitos. Estrutura muito combatida pelos órgãos de fiscalização por ser clandestina e geralmente não condizente com as condições sanitárias exigidas para se manipular alimentos.

Assim como o açaí, o palmito também passou a ser demandado e vários padrões começaram a extrair em grandes quantidades o produto de suas áreas. Seu Zé Carvalho (filho) não fez diferente, também passou a encomendar grandes quantidades de palmito de seus fregueses, que passaram a extrair o palmito de sua área. Porém, estes logo começaram a perceber que se a extração continuasse da forma como estava sendo feita, apenas para alcançar a demandas do patrão, logo ficariam sem o fruto do açazeiro para o alimento da família e para a venda junto as “geleiras”.

Esse período da tomada de consciência dos fregueses em relação à exploração desenfreada dos açazais coincide com os primórdios do processo de mobilização da família do freguês Rosemiro Monteiro. Esses processos concomitantes, maior relacionamento com agentes de um mercado em transformação e o início da organização das famílias enquanto categoria social encontravam obstáculos nas proposições dos padrões, que também estão se ajustando às mudanças. Com a valorização do palmito e consequente aumento na procura do produto, seu Zé Carvalho decidiu instalar, no rio Preto, uma “fabriqueta de palmito” e, no ano de 1995, construiu uma pequena fábrica próximo a casa de seu Porfírio, no rio Preto.

Assim, o segundo evento marcante, muito lembrado durante as entrevistas registradas durante dois períodos de trabalho de campo de minha pesquisa, foi à instalação da fábrica de palmito no rio Preto. Esse evento precede e provoca um importante momento na história dos Monteiro, o momento de “ruptura com o patrão”, importantíssimo na luta pelo direito à terra e na definição de sua identidade coletiva. É a partir desse evento que os membros da família Monteiro começam a assumir a identidade étnica diferenciadora de “tiradores de açaí” para defender o seu território de trabalho (OLIVEIRA, 1998).

Segundo Oliveira (1998, p.55), a “criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora” é um dos instrumentos que compõem o processo de *Territorialização*. Podemos dizer que a instalação da fábrica de palmito no rio Preto é um marco no processo de *Territorialização* da família Monteiro, “tiradores de açaí”.

Inicialmente a fábrica era abastecida pelo palmito retirado pelas duas famílias freguesas, a família de seu Rosemiro e de seu Porfírio. Mas esse fornecimento não supria a demanda da fábrica e seu Zé Carvalho (filho) decidiu contratar outros trabalhadores para ajudar na extração do palmito. O patrão separou uma área nas cabeceiras do rio Preto, que não era formalmente designada a nenhuma família, e destinou exclusivamente para a extração do palmito. Os “palmiteiros”, como costumavam chamar os trabalhadores que extraíam o

palmito, rapidamente devastaram a área destinada à extração e logo passaram a invadir as áreas arrendadas designadas aos fregueses.

Quando perceberam o início da devastação, os filhos de seu Rosemiro procuraram o patrão Zé Carvalho (filho) para conversar sobre a devastação e a entrada indevida dos “palmiteiros” nas áreas arrendadas. Este, por sua vez, recebeu os representantes da família, mas nada fez para frear os avanços dos “palmiteiros” sobre os açazais explorados pela família Monteiro.

Nesse sentido, o patrão violou o acordo tácito implícito na relação patrão-freguês do sistema de arrendamento. Com a morte do “irmão de criação”, expectativas de lealdade foram ignoradas. Então, seu “Trevoada”, que após a morte de seu Rosemiro assumira os negócios da família, procurou se informar sobre o que poderia ser feito para frear a destruição anunciada. Chegou a ir duas vezes ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de Macapá, e fez a primeira denúncia sobre a devastação na área, mas não foi ouvido e o órgão nem chegou a investigar a denúncia. Nesse período, vemos o início da mobilização da família Monteiro em ações concretas de defesa de seu território. Já em meados da década de 80, essas famílias dos chamados “fregueses” já tinham entrado em processo de mobilização pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Afuá. Seu Trevoada já tinha contato com as ações de resistência de seu sogro Pedro, narradas no capítulo anterior. Assim, estava em curso entre as famílias “freguesas” a “a construção de mecanismos políticos especializados”, que segundo Oliveira (1998) também é uma das etapas do processo de *Territorialização*. A busca por informações sobre explorações predatórias de palmito junto ao órgão de fiscalização foi uma ação individual de seu “Trevoada”, independente da mobilização sindical que ocorria na construção de mecanismos políticos de defesa de seus territórios.

Os meses passaram e os “palmiteiros” começaram a invadir as áreas do “centro”, arrendadas à família Monteiro. Quando perceberam a invasão, a família se mobilizou para não permitir a devastação da área, decidiram ir, dessa vez em grande número, novamente ao órgão denunciar pela segunda vez a exploração. Vários membros da família foram ao órgão e fizeram a denúncia ameaçando ir para os meios de comunicação denunciar o órgão por omissão se não tomasse as devidas providências. Foi então que no final do ano de 1996, o Ibama foi apurar as denúncias e fechou a fabriqueta de seu Zé Carvalho.

Após o fechamento da fabriqueta, seu Zé Carvalho ficou furioso, mas não soube, inicialmente, que a denúncia tinha sido feita por membros da família Monteiro. Chegou a desconfiar de um primo distante, com que havia se desentendido por deixar de fornecer

palmito. Somente meses depois do ocorrido que ficou sabendo que a denúncia partira de membros da família Monteiro. Nesse momento de mobilização, de luta por um território, neste caso delimitado pelo trabalho em açazais nativos, podemos observar a emergência da identidade coletiva “tiradores de açaí” atrelada à emergência da família de seu Rosemiro como os “Monteiro do rio Preto” (ALMEIDA, 2008).

Nesse contexto de luta pelos açazais nativos do “centro” no rio Preto, as relações de trabalho patrão-freguês entre os filhos e genros de seu Rosemiro e o patrão Zé Carvalho (filho) se fragilizaram. Logo após esse episódio da fábrica de palmito, seu Zé Carvalho (filho) adoeceu e, no ano de 2004, veio a falecer. Seus filhos assumiram os negócios do pai, mas os filhos não tinham contato direto com as famílias freguesas e não entendiam a relação de trabalho com as famílias. Segundo os entrevistados, eram ríspidos no tratamento com os fregueses e ainda queriam aumentar as porcentagens sobre os produtos, isso fez com que a relação de trabalho patrão-freguês, que já não andava muito bem, ficasse quase insustentável.

Diante da situação de ameaça de expulsão, seu “Trevoada” reiniciou sua busca por informações sobre os direitos que sua família, agora desta vez sobre a terra, onde há décadas viviam e trabalhavam. E nesse momento que o processo iniciado com a luta pela preservação dos açazais culmina na ruptura definitiva com o sistema patronal. A busca por informações resultou em conhecimentos sobre a verdadeira titularidade das terras. A família passa a incorporar em sua luta pela posse das terras o fato de que estas eram “terras de marinha”, pertencentes a União e não aos patrões.

Seu “Trevoada” procurou informações junto ao STTR de Afuá. Associou-se, passou a participar das reuniões, assembléias do sindicato e durante essas participações foi descobrindo e entendendo seus direitos.

3.3.1 O processo de territorialização: a politização das relações de trabalho

Aproximadamente por volta de 1970 surgiu na região das ilhas as Comunidades Eclesiais de Base, uma iniciativa da igreja católica que muito contribuiu para questionar a relação de trabalho entre os patrões e os fregueses. Apoiando essas Comunidades, atuava a Comissão Pastoral da Terra, que chegou com intuito de fomentar a organização entre os chamados trabalhadores rurais. Essas iniciativas resultaram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, criado com o objetivo de representar os trabalhadores rurais do município. No ano de 1983, ainda durante as articulações junto aos trabalhadores rurais, um companheiro de luta, conhecido como “Bira”, envolvido diretamente com a comissão de frente do movimento

que trabalhava na conscientização dos trabalhadores rurais, foi assassinado enquanto fazia seu trabalho voluntário. Esse episódio contribuiu para que o movimento ganhasse força e foi feito um juramento entre os trabalhadores rurais para que, com no máximo um ano do ocorrido, fundariam o sindicato, e em 1984 foi criado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Afuá, atualmente com 27 anos de existência.

Segundo os entrevistados, a fundação do STTR de Afuá foi fundamental no processo de “libertação” dos trabalhadores rurais, pois foi através das ações do sindicato que os trabalhadores passaram a conhecer os “direitos que tinham em cima da terra”. Porém, foi somente no ano de 2001, que seu “Trevoada” abraçou a causa, passou a trabalhar diretamente com o STTR e considera que antes, quando era apenas um simples associado, era “um leigo”. Seu pai, Rosemiro, foi envolvido com STTR quando era vivo, e seu “Trevoada” não era. Após os conflitos de sua família com o patrão, mais precisamente em 2001, seu Trevoada decidiu se associar e passou a participar das atividades do sindicato. Se tornou um Delegado Sindical de Núcleo, no caso o núcleo do Furo do Baiano e atualmente é uma forte liderança na Comunidade do Furo do Baiano.

Os trabalhos de base do STTR, nos núcleos sindicais criados para facilitar o trabalho do sindicato, foram imprescindíveis para mudar o pensamento dos trabalhadores, que até então “viviam oprimidos pelos patrões”, declarou dona Antônia. Antes de se envolver com o STTR, seu “Trevoada” não tinha conhecimento sobre os direitos que tinham de morar nas terras.

“Os patrões apresentavam uma escritura pública lavrada em cartório, onde não tinha uma cadeia dominial, não era de verdade este documento porque as terras públicas não podiam ter uma escritura. Quando nós descobrimos isto aí, não só eu mas todos os trabalhadores passaram a não pagar mais renda ao patrão, e quando o patrão veio reclamar, os trabalhadores usaram o conhecimento que haviam adquirido sobre a legislação e disseram que era para eles procurarem os direitos deles e viessem com os direitos legais reclamar pra gente! Mas eles nunca voltaram e então os trabalhadores foram libertos.” (Seu José Amorim Monteiro, o “Trevoada”, 50 anos, rio Preto)

Dona Antônia menciona que, com a chegada do STTR na região, os patrões pressionaram muito os fregueses sobre a posse da terra. Ameaçavam de expulsão aqueles fregueses que se associassem ao sindicato ou mesmo que participassem de alguma reunião. Quando perceberam a mobilização do sindicato junto às famílias freguesas, alguns patrões

tentaram negociar a venda de pequenas áreas junto às famílias. Algumas famílias até chegaram a pagar algumas quantias em dinheiro aos patrões, para ter acesso a seu próprio pedaço de terra.

“Mas não valeu de nada, pois a terra era da união e quem tinha direito era quem estava produzindo na terra, morando na terra. Hoje os trabalhadores são donos de suas áreas e nelas produzem e vendem seus produtos para quem desejarem!” (Seu José Amorim Monteiro, o “Trevoada”, 50 anos, rio Preto)

“Mas agora todo mundo sabe aqui, que todos são donos! (...) quem mora em cima da terra é quem tem direito! Eles tão trabalhando direitinho! Então eles tem direito né!?” (D. Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto)

Com a intensa participação nas atividades do sindicato, seu “Trevoada” foi adquirindo conhecimento sobre os direitos que sua família tinha de permanecer na terra, e ele, juntamente com seus irmãos e cunhados, passaram a enfrentar e resistir aos desmandos dos filhos de seu Zé Carvalho (filho), que haviam assumido os negócios do pai. Após sua morte desse “tio de criação” em 2004, a família Monteiro deixou de pagar as porcentagens.

“Da feita que nós conhecemos qual era o direito da terra que nós tinha, que não era do patrão! O patrão mostrava documentos pra gente acreditar que a terra era deles! Mas era falso! E isso ai fez com que nós se libertasse aos poucos e graças a Deus, hoje nós estamos libertos!” (Seu José Amorim Monteiro, o “Trevoada”, 50 anos, rio Preto).

Essa é parte da história de luta pela terra da família de seu Rosemiro Monteiro (neste caso uma família extensa, pois nesse momento já existiam várias unidades domésticas atreladas à liderança do patriarca Rosemiro). Iniciada com mobilização da família em função dos territórios onde se encontravam os açazais nativos que constituíam e ainda constituem áreas de trabalho. Observamos claramente a emergência de uma identidade coletiva da família. Eles passam a ser referidos como os “Monteiro do rio Preto”, não mais uma família freguesa e sim uma família de “tiradores de açai”.

A família extensa de seu Rosemiro, “passa de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva” (ALMEIDA, 2008, p.118), pois a família dos “Monteiro do rio Preto” se soma a várias outras famílias de “tiradores de açai” em todo o estado do Pará. A família emerge como os

“Monteiro do rio Preto” durante o processo de *territorialização*, onde lutas e reivindicações são travadas entre comunidades etnicamente configuradas, nesse caso pela etnicidade dos “tiradores de açaí”, e antagonistas pelo livre acesso aos recursos. Até o aglomerado de casas, onde residia e ainda hoje residem os membros da família, ganha reforço na condição de Vila Monteiro.

Paralelo a esses processos de lutas e reivindicações pelo direito de permanecerem na terra, dona Antônia, que já estava morando em Santana, e os filhos, que permaneciam trabalhando nas terras do rio Preto, decidiram delimitar a área para organizar o trabalho das unidades domésticas dos filhos que permaneceram na localidade, em função de uma melhor gestão das terras de pertencimento familiar. Neste momento podemos observar mais uma etapa do processo de *Territorialização*, a redefinição do controle social, que neste caso se restringe a família Monteiro, sobre os seus recursos ambientais (OLIVEIRA, 1998). Essa redefinição do controle social passa pelo estabelecimento de territorialidades específicas.

3.4 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO POR TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS

Com a chegada das “geleiras” e conseqüente valorização do fruto do açaizeiro, e a luta pela liberdade e conseqüente ruptura com os pagamentos de porcentagens aos patrões, os membros da família Monteiro, que até então trabalhavam de forma coletiva na terra designada pelo patrão usando as unidades espaciais de forma comum, começaram a vivenciar fricções internas devido a desorganização das relações de trabalho nas áreas que possuíam grandes açazais.

Entre as unidades espaciais da família, a que detinha as maiores áreas de açazais era e ainda continua sendo a área do “centro”. Com a valorização do açaí e o não pagamento de arrendamento, os membros da família Monteiro, que até então, tinham as áreas sob uso comum, começaram a extrair as áreas do “centro” por conta própria. Como a área era de uso comum, qualquer um podia coletar o fruto, em qualquer lugar, mas a preferência passou a ser só as áreas de açazais nativos. Essa preferência desencadeou um princípio de competição entre as unidades familiares.

“(...) eu mandei o Zé [se referindo ao seu “Trevoada”] dividir a terra porque tava dando problema! Se eles deixassem um cacho de açaí aqui e eles depois voltassem para pegar, nem que já tivesse caído o açaí, mas eles iam saber que estava lá, nem que fosse a vassoura, mas estaria lá! Então eu pedi pro Zé dividir

os pedaços e cada um tem o seu. Era pra ser o Rosivaldo, que tinha o conhecimento de toda a área, mas eu pedi pro Zé dividir. De primeiro eles não queriam dividir e hoje eles limparam e cada qual tem o seu pedaço!” (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto)

Os membros da família, principalmente os homens, passaram a coletar mais intensamente o açaí produzido na área do “centro”. Em alguns casos, quando viam um cacho de açaí ainda verde, deixavam o cacho para coletar alguns dias depois, mas quando esse mesmo voltava à área que havia reservado o cacho, não o encontrava mais, outro membro já havia coletado açaí. A frequência desse tipo de acontecimento, resultou em pequenas discussões entre os membros da família, então dona Antônia, ao saber dos ocorridos, reuniu os filhos e decidiu delimitar as áreas de trabalho :

“(...) eu vim aqui e reparti! Reparti e falei para os meus filhos: __Olha meus filhos, o que vocês podem fazer se o pedaço ficou pequeno... vocês são muitos!... E sabe o que vocês vão fazer? Eu vou dando a dica pra vocês! Sabe o que vocês podem fazer? Vocês limpam! Vocês limpam lá no centro, a parte que não tiver [açaí] vocês plantam e vão fazendo o plantio...vão fazendo o plantio que vai dar pra vocês! Porque eu já andei muito nesse mundo e eu sei que vai dar pra vocês!” (Dona Antônia Amorim Monteiro, 74 anos, rio Preto)

Seu “Trevoada”, auxiliado pelo irmão Rosivaldo, que era quem conhecia toda a área arrendada a família Monteiro, juntamente com os cunhados, se reuniram e fizeram a delimitação física das áreas. Cada unidade espacial (vila, capoeira e “centro”) foi dividida entre os cinco filhos e filhas de seu Rosemiro e dona Antônia, que ainda vivem no rio Preto e Laranjal. Os que residem e trabalham na cidade não tiveram direito à terra, pois a noção de direito é fundada no trabalho.

Esse processo de libertação do jugo do patrão, atrelado à emergência dos “Monteiro do rio Preto” como uma família de “tiradores de açaí” faz parte do processo de *Territorialização* dos “tiradores de açaí”. E neste caso dos “Monteiro do rio Preto”, teve seu êxito reforçado legalmente com a chegada de representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, em parceria com a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), estiveram, pela primeira vez na região, no final do ano de 2006 para início de 2007 dando início às atividades do Projeto de assentamento Agroextrativista (PAE). O INCRA, em parceria com SPU, estava realizando em toda a região do Marajó, as primeiras visitas para a

implantação dos PAEs. Em 2008, essas atividades resultaram na criação de vários PAEs, inclusive o PAE Ilha da Queimada, onde residem os “Monteiro do rio Preto”.

Ao observarmos a emergência dos “Monteiro do rio Preto” durante o processo de luta pelo território ameaçado pelo patrão Zé Carvalho (filho) e herdeiros, constatamos a emergência de uma nova identidade coletiva intimamente relacionada ao trabalho desenvolvido pela família no território em questão. A família de seu Rosemiro que inicialmente é identificada como uma família de “fregueses” passa ser identificada como uma família de “tiradores de açaí” e a delimitação física das áreas de trabalho entre os irmãos Monteiro, antes de expressar uma divisão, demonstra uma capacidade de reorganização.

A alteração da identidade coletiva da família Monteiro frente à luta pelo território, nos alerta sobre o dinamismo envolvendo a identidade coletiva do grupo social em análise. O grupo social não muda, o que muda é a forma de perceber o território e a forma de perceber a si mesmo. A família Monteiro, ao reivindicar um território imprescindível para suas relações de trabalho familiar, se reconhece como “tiradores de açaí”, identidade que expressa explicitamente o trabalho desenvolvido no território reivindicado, mas agora livre da relação patronal.

3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO

A agricultura de base familiar vem passando por grandes processos de transformação, tanto no âmbito social como no econômico. No Brasil, e mais especificamente na Amazônia, a agricultura familiar pode ser evidenciada em territórios indígenas desde eras pré-colombianas (HOMMA, 2003). Porém em termos do debate acadêmico predominante, a agricultura familiar só obteve destaque em meados do século XIX, com o estudo das fazendas de café em São Paulo, onde as famílias de imigrantes que desembarcavam no Brasil, para substituir a mão de obra escrava enfrentaram sucessivas transformações nas relações de produção (STOLCKE, 1982). Essas transformações desencadearam várias mudanças sociais ao longo dos anos, tanto no âmbito familiar quanto na relação desta com agentes externos (governo, sociedade capitalista, mercado, entre outros).

Os vários sistemas de organização do trabalho, expressos nos diferentes tipos de contratos de produção adotados desde o século XIX, com destaque para o sistema de *meia*⁴⁰,

⁴⁰ O sistema de *meia* citado por Stolcke (1982) consiste em um adiantamento por parte do patrão, para os custeios com transporte, alimentação e ferramentas de trabalho para os recém-contratados que migravam de outras partes do mundo em busca de trabalho. No processo de adiantamento, o patrão já determinava “o

provocaram nesses produtores a criação de estratégias de negociações frente às regras que lhes eram impostas. A exploração da força de trabalho, por um lado, e a luta pela sobrevivência, por outro, consistiam em jornadas de trabalho duplicadas em que as famílias tinham que produzir para sua própria subsistência sem comprometer a produção voltada para o comércio (STOLCKE, 1982).

Com o surgimento de novos modelos de contrato como o “arrendamento” e o “colonato”⁴¹, a solidariedade entre os membros da família e entre famílias firmou laços importantes para as ações futuras, além de possibilitar às famílias camponesas, principalmente as mais numerosas, oportunidades de ascensão e conseqüente diferenciação social delas. No sul do Brasil, durante as décadas de 70 e meados da década de 80, as atividades produtivas se intensificaram, as relações de trabalho entre camponeses e grandes proprietários foram ficando fragilizadas, resultando em sérios conflitos entre as classes. Com o fim do colonato e aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural⁴², apesar de intensificarem as tensões sociais no campo, o contexto possibilitou à família camponesa de certa forma, o acesso à terra e a sua própria produção.

A partir da década de 80, dentro do contexto dos estudos sobre a agricultura familiar, a unidade familiar de produção camponesa ganha novos enfoques.

Mesmo sendo uma análise sobre a realidade russa do século passado, os escritos de Chayanov sobre a economia camponesa, nos excitam a observar a unidade familiar que tem o papel principal dentro da teoria chayanoviana. O cerne das discussões de Chayanov é a lógica econômica das famílias camponesas, em que a “unidade econômica familiar de trabalho”⁴³ funciona simultaneamente como unidade de produção e de consumo. A variação na força de trabalho disponível da unidade familiar de produção, ao longo dos estágios do ciclo familiar, determina o tamanho e o potencial produtivo da “unidade econômica familiar de trabalho” (CHAYANOV, 1981, p.134).

número de pés de café que os trabalhadores iriam cuidar e também lhes concedia um pedaço de terra para o cultivo de seu próprio alimento” (p. 46).

⁴¹ O arrendamento é uma forma de contrato cuja remuneração era em cima da quantidade produzida (STOLCKE, 1982); o colonato é “uma forma de organização não capitalista do trabalho”, cuja força produtiva é original das unidades familiares, remuneradas por tarefa e por produção, além de autorização para cultivarem suas roças de subsistência (MOTTA, 2006).

⁴² O referido Estatuto do Trabalhador Rural foi criado em 1963, pelo então presidente João Goulart, com a finalidade de conter as crescentes tensões no campo. Para maiores detalhes sobre o Estatuto, consultar (BRASIL, 2011).

⁴³ Para o estudo da atual situação dos “Monteiro do rio Preto” adotaremos, a princípio, como “unidade econômica familiar de trabalho” o conjunto de pessoas que integra uma unidade doméstica, ou seja, uma família nuclear que vive embaixo do mesmo teto.

Essa dualidade produção e consumo dentro da “unidade econômica familiar de trabalho” se estabelece através de uma relação equilibrada, entre as necessidades de consumo e a disponibilidade de força de trabalho da família. Segundo Chayanov (1981), o funcionamento dessa unidade de produção e consumo é fundamentado na racionalidade camponesa, que determina o grau aceitável de intensificação e penosidade do trabalho com vistas a assegurar o bem estar familiar, o que também é visto como uma forma de gestão da unidade produtiva pelo gestor responsável. Para Chayanov, o objetivo de uma determinada negociação ou transação comercial por parte de um camponês é fundado no atendimento às necessidades de consumo da unidade familiar e não na obtenção do lucro no sentido capitalista por parte do camponês. Essa lógica econômica foi identificada na situação estudada.

Os achados de Chayanov sobre a unidade camponesa russa tornou-se um marco nos estudos do campesinato. Porém, um estudo sobre o campesinato nordestino de Heredia (1979), alerta sobre a possibilidade de variações na correspondência entre a unidade de produção e a unidade de consumo. A autora apresenta em sua etnografia a unidade camponesa no Nordeste brasileiro, uma das características predominantes da agricultura de base familiar: a diversificação da produção, a variedade de cultivos agrícolas. Apesar dos cultivos agrícolas serem considerados fundamentais para o consumo familiar, isso não impede a ocorrência de sua comercialização, principalmente quando motivada pela necessidade de aquisição de bens não produzidos no estabelecimento familiar. A variedade de produtos também pode ser entendida como uma estratégia econômica, onde o produtor consegue enfrentar as flutuações de preço, a demanda de mercado, entre outros, através do caráter de alternância dos produtos (HEREDIA, 1979). A manutenção dos roçados pelos Monteiro, apesar das vantagens do mercado para o açaí, confirma essa estratégia.

Outra característica de alguns grupos de base agrícola familiar é o sistema de troca entre as famílias, geralmente de natureza não monetária. A distribuição e circulação de alimentos, favores, entre outros, são orientadas pelo princípio da reciprocidade, comum entre esses grupos. Para Sabourin (2006), o princípio de reciprocidade vai além da simples troca de favores e das relações de intercâmbio, envolve valores humanos específicos de amizade, confiança e responsabilidade. Para o autor, “é o ato que cria o valor e não o valor que cria o ato” (p. 14). Porém, uma terceira característica de populações camponesas, é que sempre tiveram necessidades de outros bens não produzidos na unidade familiar, seja para o uso familiar, individual ou até mesmo para manutenção de instrumentos de trabalho, principalmente os grupos sociais designados como mais modernos, que apresentam uma

demanda crescente do consumo de artigos encontrados apenas no mercado (LIMA, 2006). No grupo estudado, as demandas de consumo tem forte integração com o mercado.

Essas características são imprescindíveis para entendermos como surgem às relações econômicas entre camponeses e mercado, a necessidade de outros bens de consumo dentro da unidade familiar leva à troca monetária, ou melhor, venda de parte da produção das unidades. Segundo Heredia (1979), nem sempre o que é vendido é o excedente da produção, pois o excedente pode existir ou não e variar de acordo com o que é decidido nas unidades familiares. As famílias decidem se vão ou não vender o que produziram, e se forem vender, a quantidade varia de acordo com suas necessidades e planos para o momento de determinada safra. Não existe necessariamente, como podem acreditar técnicos de assistência técnica, uma divisão fixa entre o que é destinado ao consumo e o que é destinado à venda. Essa situação também é encontrada em outros estudos (MENEZES, 2002; GOMES, 2007), que relatam situações mercadológicas envolvendo a tomada de decisões na pequena produção. No caso estudado, verificamos, por mais que o mercado ofereça altos valores para o açaí, a família de “Trevoada” reserva sempre, mesmo na escassez de entre safra o chamado “bébe”, o açaí do consumo familiar.

Para se entender a relação entre a família camponesa e o mercado, é necessário atentarmos para as relações da família com agentes mercantis, que podem variar desde o próprio patrão, a um atravessador local, ou mesmo um atravessador que aparecem só na época da safra de determinado produto, ou ainda uma empresa. Segundo Gomes (2007), essas relações que envolvem negociações entre camponeses e agentes mercantis, geralmente apresentam contradições e diferenciações no lucro sobre a produção. Essas contradições e diferenciações costumam desencadear conflitos e abrem precedentes para relações de exploração, onde os camponeses, geralmente, são os mais prejudicados.

Estudos apontam a prática de sistemas antigos de “comércio”, como o “escambo” e o “aviamento”⁴⁴ em grupos sociais camponeses; este último foi encontrado por Lima (2006) como um sistema ainda presente nos dias atuais na reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, no estado do Amazonas. A autora destaca a ocorrência de duplo lucro para o “patrão”, onde ele lucra na primeira negociação junto ao produtor, pois costuma “comprar”, ou melhor, trocar o produto por mercadorias com valores superfaturados, e também lucra na

⁴⁴ “Escambo” é uma palavra que, segundo Ferreira (1986), significa troca, permuta, câmbio, neste caso relacionados à mercadoria e ou trabalho; “aviamento”, em especial para a região amazônica, significa vender a prazo, durante a época áurea da borracha na região era um sistema de troca entre o aviador, geralmente ligado aos grandes patrões, e o trabalhador no qual ele fornecia mercadoria em troca do produto, no caso a borracha. (FERREIRA, 1986).

segunda negociação junto ao consumidor, pois o valor final de venda do produto é bem acima do valor inicial de “compra” do produto. Essas relações de exploração econômica são intensificadas com a distância das unidades produtivas em relação aos centros urbanos, pois as dificuldades de transporte de mercadorias, deslocamentos, entre outros, dão margem para a exploração de agentes mercadológicos externos (LIMA, 2006), na ausência de um controle do poder público.

Segundo Inhetvin (2000), esses sistemas baseados em relações de trabalho patrão-freguês acabam provocando a maximização do tempo despendido pelo trabalhador rural na produção demandada pelo “patrão”, ou pelo “atravessador”, levando o produtor a dedicar-se quase que exclusivamente à produção do patrão do que aquela destinada ao consumo familiar. Constatação feita também por Stolk (1982).

Essas relações envolvendo trabalhadores, cuja base de trabalho é a sua própria família e a terra sob o controle do patrão, e padrões exploradores geralmente são acompanhadas de tensões entre as partes, desencadeando processos de luta relacionados ao direito à terra. Foi o que aconteceu com o grupo estudado.

Nas cinco unidades de produção familiar dos membros da família Monteiro, encontramos, assim como Herédia (1979), possibilidades de variação nos constituintes da “teoria economia da unidade camponesa” de Chayanov (1981). Assim como Herédia, também encontrei, durante o campo de minha pesquisa, diferenciações entre a unidade de consumo e a unidade de produção. Existem diferenciações identificadas junto à família Monteiro comuns às cinco unidades familiares em análise, que as distinguem das afirmações feitas por Chayanov em relação ao campesinato russo. Além disso, as unidades familiares de produção apresentam variações entre si.

As atividades produtivas dos Monteiro podem ser divididas em : a) extrativismo do açaí, b) extrativismo do palmito, c) roçados e d) extrativismo do camarão.

As duas primeiras, quando exercidas na área comum da unidade familiar estão sob o comando masculino, o pai. Porém, existem áreas separadas que estão sob comando específico (da mãe, de um filho ou filha). Assim como Herédia (1979), a produção e o destino de consumo são comandados por este membro específico.

No caso de unidades familiares em estágio de ciclo de vida mais avançado, o pai pode chamar os filhos adultos, mesmo que já casados, ou agregados. A relação de trabalho é mediada por um acordo que envolve transação monetária.

Apesar de ser chamado “meia” o filho coleta o açaí e uma porcentagem de 5% do que coleta é devida ao pai. Esse percentual varia ao longo do ano, sendo menor em períodos de

maior escassez de recursos, o que não penaliza o filho. Quanto ao agregado, o sistema é o mesmo, porém com menos privilégios que o filho ou genro.

Existem diferenciações entre as unidades familiares. Existe unidade familiar que, atualmente, tem uma área de açaí próxima a casa, ou melhor, o açazal do terreiro, para usufruto da dona da casa, que tira e destina o fruto somente para venda, não separando para o consumo direto de sua família, e o que arrecada com a venda é para custear despesas pessoais. Mas apesar de ser de uso individual, neste caso da mulher, quem faz a limpeza na área é o marido ou os filhos e dependendo de que realizar o serviço, a relação de trabalho com a “dona da área” pode variar, essas peculiaridades serão melhor descritas e discutidas no capítulo 4.

Atualmente, a maioria dos produtos produzidos nos roçados, não são necessariamente consumidos diretamente pela unidade familiar, a prioridade desse produto é venda. Geralmente da produção do roçado, o que fica na unidade familiar é o excedente, e não o contrário. Esse fato está relacionado ao tipo de produto, atualmente, produzindo nas unidades. Apesar de ser vendido, quase que integralmente, o valor arrecadado com sua venda é a principal fonte provedora de alimento para a família durante a maior parte do ano, como veremos no capítulo 4.

Ainda relacionado aos roçados, existe uma relação de solidariedade, entre as unidades familiares na hora de comercializar os produtos do roçado. Existe uma unidade familiar, que arrecada a produção das outras unidades familiares e até mesmo de outras unidades não pertencentes à família Monteiro, e leva para vender e revender em Macapá. Essas relações, apesar de também serem afetadas pelo mercado, mantém de laços de solidariedade, fato que será melhor discutido no capítulo 4.

As famílias atualmente têm um maior poder de decisão sobre suas respectivas produções, e que variam de acordo com a necessidade e mesmo planejamento da família (HERÉDIA, 1979). No caso da família Monteiro, geralmente a produção do açaí na primeira grande safra é voltada para a aquisição de bens materiais da família, que planeja durante o ano o que vão comprar nesse período, e o açaí produzido na segunda safra, considerada menor, assim como a produção dos roçados geralmente é destinado para o provento de alimentos.

Este capítulo descreveu como a unidade familiar Monteiro lutou pela transformação de sua relação de trabalho entre patrão e freguês por uma relação de trabalho em unidade familiar de produção camponesa.

Defendendo uma forma de se relacionar com a natureza, impedindo a exaustão dos açazais pelos “palmiteiros” associados ao patrão, os Monteiro garantiram a relação de trabalho familiar numa terra específica.

Essa terra de pertencimento demarcado pelo trabalho se constituiu no território dos “Monteiro do rio Preto”, enquanto tiradores de açaí.

No próximo capítulo, descreveremos como esse território foi consolidado pela reorganização das relações de trabalho, que requeriam territorialidades específicas.

4. OS MONTEIRO NA VILA, NO “CENTRO” E NA CAPOEIRA: A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO POR TERRITORIALIDADES ESPECÍFICAS.

Neste capítulo conheceremos, através das descrições, cada unidade espacial pertencente à família Monteiro. Também veremos a descrição das atividades produtivas desenvolvidas nas respectivas unidades espaciais, bem como as relações de trabalho desenvolvidas em cada unidade.

Veremos ainda, como os laços de solidariedade, confiança e compadrio entre os membros da unidade familiar e entre unidades familiares se fortalecem pelas relações de trabalho. Observaremos como o trabalho é definidor do direito de posse e uso da terra dentro da unidade familiar de produção. Ainda veremos algumas transformações na relação de trabalho de um casal, quando em determinado momento a “ajuda” da mulher passa a ser vista como “trabalho” e o “trabalho” do homem passa a ser visto como “ajuda”.

Ao observarmos, a partir dos “Monteiro do rio Preto”, as diferentes unidades espaciais e as relações de trabalho internas a cada unidade familiar de produção, veremos como ocorre o processo de definição e manutenção de “territorialidades específicas”. Segundo Almeida (2008, p.29), “territorialidade específicas” são “os meandros de territórios etnicamente configurados” compostos pelas “delimitações físicas de determinadas unidades sociais”. Para o autor, os processos de lutas e reivindicações por “territorialidades específicas”, são imprescindíveis na construção de uma identidade coletiva.

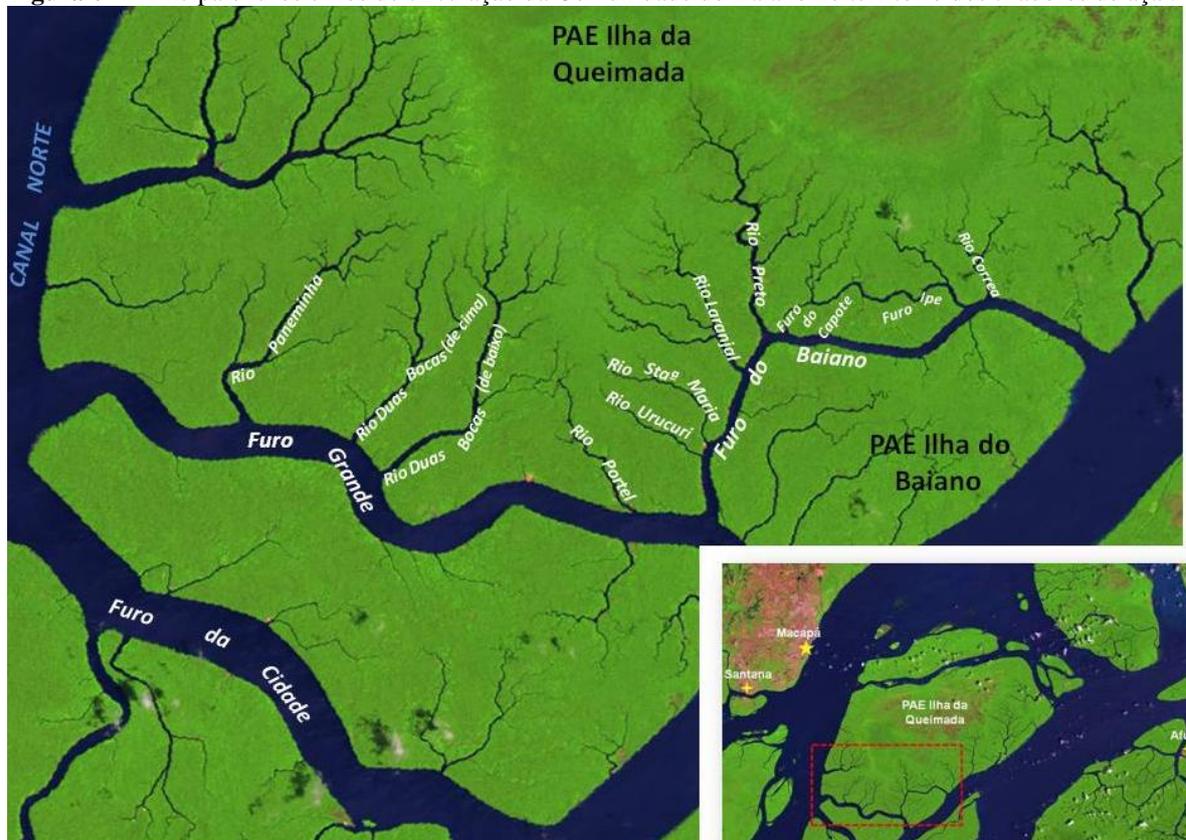
Observar as relações de trabalho executadas em cada unidade espacial pertencente à família Monteiro, nos ajudará a refletir sobre alguns “meandros” que formam o território dos “tiradores de açai” e a gestão dos recursos dentro dele.

Para entendermos e melhor visualizarmos os diferentes espaços e relações de trabalhos descritos nesse capítulo, iniciaremos com uma descrição dos principais percursos da família Monteiro.

No sentido Macapá - Vila Monteiro, o trajeto inicia com a travessia do Canal Norte, que separa os estados do Amapá e Pará. Sua extensão é grande, possui dois canais menores por onde embarcações de grande porte como navios cargueiros, petroleiros, entre outros, se deslocam transportando suas cargas. Após a travessia dos canais, adentramos o Furo Grande, já na Ilha da Queimada, e seguindo por ele, passamos pelos rios Paneminha, Duas

Boca (de cima), Duas Boca (de baixo), Portel, até chegar ao Furo do Baiano, como podemos verificar na Figura 04.

Figura 04- Principais furos e rios de circulação da Comunidade do Baiano no território dos tiradores de açaí.



Fonte: IBGE, 2011. Imagem LANDSAT/2006. Adaptação Maricélia Barbosa, 2011.

No Furo do Baiano passamos pelos rios Urucuri, Santa Maria, Laranjal e finalmente chegamos ao Rio Preto, onde encontramos a Vila Monteiro um pouco acima da “boca” do rio. As famílias da Vila Monteiro mantêm relações religiosas, produtivas, de parentesco e de compadrio com outras famílias do Furo do Baiano. Esse conjunto organizado de famílias que se relacionam entre si e com o ambiente de diferentes formas, se autodenomina de Comunidade do Furo do Baiano.

A Comunidade do Furo do Baiano conhecida simplesmente como “Comunidade do Baiano” compreende um conjunto de pequenas localidades distribuídas em toda a extensão do Furo e seus braços: rio Urucuri, Santa Maria, Laranjal, Preto, furo do Capote, do Ipe, rio

Corrêa, Pupunha, Samaúma e Cedro (Figura 01). Atualmente residem cerca de 160 famílias⁴⁵ em toda a extensão do furo, distribuídas ao longo de seus afluentes.

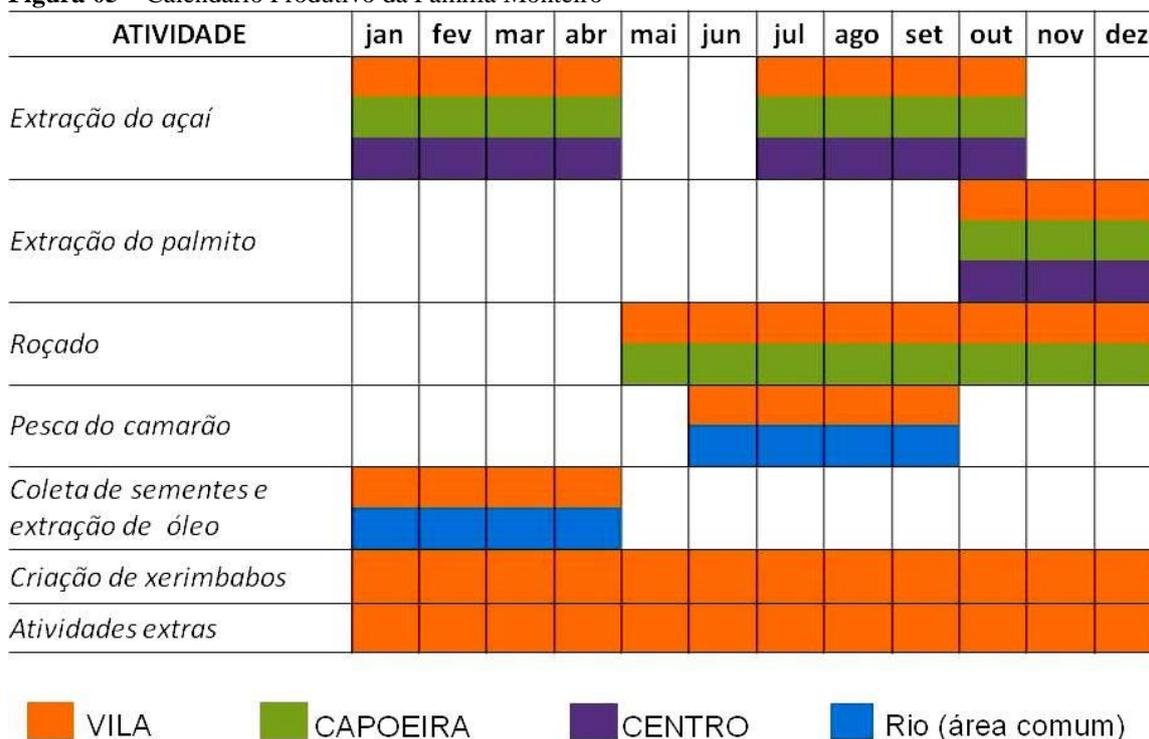
Localizada à margem direita do rio Preto, afluente do Furo do Baiano, a Vila Monteiro atualmente abriga cinco unidades familiares que se subdividem em 10 unidades domésticas, a este conjunto nos referiremos como a unidade familiar extensa Monteiro. A designação Vila Monteiro foi acionada pelos entrevistados, em vários momentos durante este trabalho, para referir-se ao agrupamento de casas pertencentes aos membros da família extensa Monteiro. A vila está localizada dentro dos limites da Ilha da Queimada, também conhecida como Ilha da Serraria Grande, onde foi criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)⁴⁶ Ilha da Queimada, que, por sua vez, está dentro dos limites municipais de Afuá – PA (ver Figura 04).

As terras tradicionalmente ocupadas pela família Monteiro se localizam na Ilha da Queimada, entre os rios Laranjal e Preto. Neste capítulo, descreveremos três unidades espaciais que compõem seu território: a vila, o “centro” e a capoeira, todas circundadas por rios e igarapés. São nessas áreas que desenvolvem suas atividades produtivas através de suas relações de trabalho, objeto desta dissertação.

Antes de descrevermos cada unidade em detalhe, apresentaremos as principais atividades produtivas desenvolvidas pela família, organizada em um calendário (Figura 05) com indicativo dos espaços onde ocorrem:

⁴⁵ Informação fornecida por Lígia Monteiro, Agente Comunitária de Saúde, durante o pré-campo da pesquisa.

⁴⁶ A criação do PAE Ilha da Queimada é resultado da cooperação técnica celebrada entre a Secretária de Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2005. Essa cooperação visa promover a gestão compartilhada de ações necessárias ao processo de regularização fundiária nas várzeas da Amazônia. A criação do PAE Ilha da Queimada foi oficializada através da Portaria Nº 113 de 31/12/2008, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 05/01/2009.

Figura 05 – Calendário Produtivo da Família Monteiro

Fonte: Trabalho de Campo 2010-2011.

Como se pode observar na figura 05, as atividades da unidade familiar de produção iniciam com a extração do açaí. Na chamada região do Furo do Baiano, o açaí possui duas safras, a primeira safra que é mais longa, acontece no período do inverno iniciando geralmente em dezembro e permanece até final de março ou início de abril. Esta primeira safra é considerada a mais rentável pelas famílias, por coincidir com a entressafra das áreas produtivas mais próximas à região metropolitana. Essa coincidência funciona como um atrativo da região que, desde o início da década de 90, recebe muitas geleiras oriundas de outras regiões do estado, principalmente da região metropolitana e do nordeste do Pará. A segunda safra, também chamada de “safrinha”, é uma safra mais curta, que acontece entre os meses de julho e agosto, às vezes se estendendo até setembro. É considerada menos rentável por coincidir com o período de safra na região metropolitana de Belém, portanto sem a presença de geleiras na região, geralmente pagam melhor pelo fruto, e ainda apresentam como vantagem ao produtor o fato de comprarem, praticamente, na porta, ou melhor, no trapiche da casa. O que é visto como um ponto positivo pelos tiradores de açaí, devido ao fato deste não ter despesas com frete ou combustível para levar o produto até o porto das cidades de Macapá e Santana. Por serem as únicas opções de venda, todos os produtores das ilhas vizinhas a cidade de Macapá e Santana, levam o açaí para ser

comercializado nos seus respectivos portos, provocando, em vários momentos, o fenômeno localmente chamado de “alagação”. Quando ocorre a “alagação”, o preço do produto baixa consideravelmente, pois a oferta de produto é superior a demanda.

Nos meses de intervalo entre as duas safras de açaí, alguns tiradores de açaí aproveitam para fazer a limpeza dos açazais, e dessa limpeza conseguem extrair o palmito. Essa atividade já teve destaque na região do Baiano, porém atualmente ela é vista como uma atividade necessária, para o aumento na produtividade dos açazais, mas não é extensiva e nem predatória como fora há duas décadas. O palmito é um subproduto da limpeza dos açazais e como ainda existe comércio, os tiradores de açaí aproveitam para comercializar as “cabeças” de palmito extraídas dos estipes derrubados durante este processo.

A segunda atividade mais importante, que em determinadas famílias acontece paralelamente a outras atividades, é a atividade do roçado. As atividades do roçado ocorrem praticamente o ano todo, com exceção dos meses mais chuvosos em que as “águas sobem na terra”. Nesses meses, dificilmente alguém vai ao roçado, pois com o crescimento das águas, muitos produtos não resistem às inundações e acabam morrendo. São raros os roçados que conseguem produzir nesse período chuvoso, geralmente esses que resistem estão em áreas mais altas, onde a água não consiga subir. Após esse período chuvoso, o roçado passa por um processo de revitalização, a família limpa, planta novas mudas, poda plantas que sobreviveram às chuvas e inundações e o roçado volta a produzir o restante do ano.

Outras atividades são desenvolvidas dentro da unidade familiar de produção, com menos intensidade, entre elas está a pesca do camarão, que ocorre durante o verão, mais precisamente entre os meses de junho e setembro. Nesse período, todas as unidades de produção da família Monteiro colocam seus matapis na água. Algumas mais, quando há a pretensão de venda, outras menos quando é apenas para o consumo da família. Do mês de outubro até fevereiro é o período de defeso, e a pesca fica proibida. Essa atividade produtiva é predominantemente feminina, porém geralmente quem comercializa são os homens quando vão à cidade comercializar o açaí da “safrinha”.

Observando a atividade de pesca do camarão, identificamos algumas peculiaridades dessa atividade. A atividade produtiva é predominantemente feminina, reconhecida como “trabalho”, pois em várias entrevistas ouvi a expressão “esse é coisa da mulher!” ou ainda “a mulher tem os matapis dela” ao se referir-se ao trabalho de pescar o camarão. Nessa

atividade, o homem é considerado “ajuda” e a mulher é quem detém o reconhecimento pelo “trabalho”. São delas os matapis, geralmente são elas quem preparam as iscas e vão colocar as armadilhas na água e despescá-las. O marido geralmente “ajuda” nessas duas últimas etapas. Apesar de assumir o trabalho, nessa atividade em especial, geralmente o homem é quem comercializa, porém a mulher é quem decide onde empregar a renda adquirida. Na maioria das vezes, parte do que é adquirido vai para as despesas gerais da unidade familiar e outra parte é para custear despesas pessoais. Quando há necessidade, a renda é revestida integralmente para o consumo familiar.

Outra atividade menos intensa, que não ocorre em todas as unidades produtivas, mas na maioria, é a criação de xerimbabos, pequenos animais. Esta atividade se restringe à criação de algumas unidades de galinhas, patos e porcos. Esses animais são criados livremente nas áreas, o que vem sendo muito questionado e discutido na Vila Monteiro e na Comunidade em geral. O plano de uso do PAE Ilha da Queimada regulamenta a criação desses animais que, segundo o mesmo, deve ser em cativeiro. Há muitas reclamações, principalmente sobre a criação de porcos, por parte de várias famílias que colocam seus roçados e precisam ficar vigiando para os porcos não invadirem e destruïrem toda a produção. Devido a essas constantes reclamações, foi levantada a discussão sobre a criação de porcos soltos e as famílias estão tentando chegar a um acordo sobre a criação dos xerimbabos. O cuidado com animais menores como as galinhas e patos, é predominantemente uma responsabilidade feminina, geralmente a mãe e/ou a filha, a neta. São elas as responsáveis pela alimentação, agasalho dos animais no fim da tarde e também pela vigilância sobre a quantidade de animais que voltam no final do dia. É comum, nas unidades familiares dos Monteiro, as crianças serem donas de um animal, que geralmente ganham de presente. Na hora da venda ou mesmo consumo desse animal, elas são consultadas e geralmente decidem sobre o destino dos mesmos. Esse processo faz parte de um processo maior, a sociabilização dos filhos para os negócios e para o trabalho.

Existe com menor frequência, a coleta de sementes oleaginosas como a andiroba, murumuru e pracaxi para a extração do óleo. Esta atividade não é uma atividade praticada por todas as unidades produtivas da vila Monteiro, mas duas destas costumam coletar as sementes na época das marés lançantes (março e abril). Neste período de águas grandes, “a água sobe na terra duas vezes por dia, e quando sai, vai arrastando tudo que encontra!”, declarou-me dona Zenaide Monteiro. Nesse movimento de enchente e vazante da maré, existe um momento chamado de preamar, onde a maré para por alguns estantes e não

enche e nem vaza. Neste momento, algumas donas de casa os seus filhos aproveitam para coletar as sementes que bóiam sobre as águas que ficam paradas. Quando a coleta é boa, e dá para retirar uma boa quantidade de óleo, este chega a ser comercializado, mas geralmente é mais para consumo das famílias. Durante o trabalho de campo observamos o potencial dessa atividade como uma alternativa de renda para as famílias da região. A disponibilidade de recursos, neste caso sementes, é considerável. Já existe uma pequena demanda em Macapá para estes produtos, porém a atividade ainda é pouco explorada pelas famílias. As poucas famílias que extraem os óleos, já estão utilizando-os como uma alternativa de renda nos períodos de entre safra do açaí.

Segundo os relatos de dona Zenaide, o óleo que é extraído das sementes coletadas durante o período chuvoso, é armazenado para ser comercializado durante o período de entressafra do açaí.

Por fim, temos as atividades extras desenvolvidas em todas as unidades. Estas consistem em variadas atividades que não se constituem uma atividade fixa, ou com uma periodicidade, é mais esporádica. Podemos incluir nestas atividades extras, os concertos de motores de embarcação ou mesmo serviços de soldagem de peças desenvolvidos por seu “Trevoada”; as pinturas de barco desenvolvidas por Wando, genro de seu “Trevoada”; as vendas de roupas, redes, lençóis e toalhas de D. Porfíria; as vendas de bombons de Lígia e Michele (filhas de dona Porfíria); as encomendas e vendas de peças em crochê de Michele; o concerto de algum eletrodoméstico, assim como todas as atividades que surgem no decorrer do ano, sem uma periodicidade, e que possibilitam alguma renda para os membros da família.

4.1 A VILA MONTEIRO

Ao chegarmos na “boca” do rio Preto, já é possível avistar as primeiras casas da Vila Monteiro que, como na maioria das vilas na região, estão sempre interligadas por estreitas pontes de madeira que facilitam o acesso de uma residência a outra. Em alguns percursos onde não foram construídas pontes de tábuas, é necessário nos equilibrarmos em cima de estreitas pontes improvisadas com estipes de açaí, geralmente em número de dois, dispostos paralelamente sobre estruturas elevadas do solo, que auxiliam nas travessias (Figura 06).

Figura 06 - Vista parcial da Vila Monteiro, Afuá- PA, com açazal ao fundo contendo algumas espécies emergentes como a andiroba e a ucuúba, e quatro casas das 10 que abrigam unidades domésticas, cada qual com seu respectivo porto, onde unidades de produção escoam o açá e produtos agrícolas.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

A Vila Monteiro situa-se ao longo do rio Preto, um afluente do rio Baiano, identificado como Furo do Baiano. As famílias que residem no Furo do Baiano e proximidades têm uma maior relação com a cidade de Macapá-AP ao invés da sede municipal Afuá, fato que é atribuído ao desenvolvimento e a infraestrutura da capital em relação ao município. O trajeto mais realizado pelos moradores da Vila Monteiro e demais moradores do Furo do Baiano, de um modo geral para escoamento e venda de produtos e compra de mercadorias, é aquele que vai ou vem de Santana, município do Amapá, ou de Macapá, capital do Estado.

4.1.1 As casas

Como já mencionado anteriormente, a vila Monteiro atualmente abriga dez residências que, assim como Herédia (1979), chamamos de unidades domésticas. As casas geralmente são construídas de madeira, cobertas com telhas de fibrocimento, conhecidas

localmente por “telhas de brasilit”, ou cobertas com telhas de cerâmica. Ainda é comum encontrarmos casas parcialmente ou até totalmente cobertas com palha de buçu ao longo dos rios próximos. Mas não na Vila Monteiro, o que indica relativa prosperidade, segundo a percepção local.

Em geral, as casas são bem amplas com janelas largas, piso pintado com tinta óleo, a maioria na cor vermelho, paredes internas pintadas com uma cor clara, geralmente branco, azul ou verde, o que muito nos lembra o interior de uma embarcação. Na fachada, predominam algumas combinações de cores mais vivas, e me arrisco a dizer que essa preferência é para destacar a casa no meio de tantas tonalidades de verde que predominam na vegetação natural do lugar.

Existem algumas diferenças entre as residências dos moradores mais antigos, da primeira geração da família Monteiro e as dos mais novos, da segunda geração. As casas dos membros mais antigos são bem maiores, geralmente com mais de dois quartos espaçosos, com janelas bem amplas; sala bem ampla com poucos ou quase nenhum móvel, geralmente uma televisão, um receptor da antena externa e às vezes um aparelho de DVD. A cozinha é bem espaçosa geralmente com uma mesa grande, dois bancos compridos que permeiam a lateral da mesa, um freezer, um fogão a gás e bem próximo da cozinha, do lado de fora da casa, há sempre outro fogão, o fogão a lenha. Ainda na cozinha, é comum a existência de uma bancada, que geralmente acompanha a largura inteira da cozinha e sempre tem uma pia instalada em uma de suas extremidades. Essa estrutura recebe o nome de “jirau”, onde também se encontram alguns utensílios com mantimentos e várias panelas penduradas na parte superior em uma espécie de grade feita com ripas de madeira.

As casas dos casais mais novos, predominantemente os netos de seu Rosemiro, são menores em todos os compartimentos, com exceção da cozinha que geralmente é o cômodo da residência mais espaçoso, seguido do quarto do casal, o único da casa. Na sala dos casais mais novos existem mais móveis do que nas casas de seus pais, geralmente uma televisão maior e mais moderna, um sofá, um aparelho de som e outro de DVD, dispostos em uma pequena estante com alguns enfeites e porta retratos, além de alguns quadros pendurados nas paredes.

O local mais interessante e movimentado da casa é justamente o maior compartimento, a cozinha, considerada o coração da residência. É nesse compartimento da casa, de domínio predominantemente feminino, que acontece a maioria das conversas, das discussões e até mesmo acordos, acertos da família. É nesse espaço que a maioria das

novidades é compartilhada, sempre entre uma louça lavada ou mesmo o preparo de uma refeição. Foi nesse espaço singular das casas, a cozinha, que coletei boa parte de meus dados.

Em geral, após este cômodo, existem duas outras estruturas mais ao fundo da casa, também interligadas por estreitas pontes. A primeira estrutura é semelhante a um depósito pequeno, em algumas residências é revestido com paredes de madeira, em outras não existe parede, sendo apenas os esteios de madeira que sustentam o telhado de palha. Essa estrutura abriga o gerador a diesel, responsável pela produção de energia elétrica da casa e ainda funciona como um depósito para utensílios e instrumentos de trabalho. A outra estrutura menor, com paredes e porta, é o banheiro da família, utilizado apenas para as necessidades fisiológicas, uma vez que o banho é, em geral, realizado no trapiche as margens do rio. Na vila já existem algumas residências que possuem banheiro com chuveiro no interior da casa próximo à cozinha.

As casas maiores sempre apresentam um trapiche que se estende alguns metros acima do rio, e que serve de porto para atracar as embarcações. Atualmente na vila Monteiro, o maior trapiche é o da residência de seu “Trevoada”, que recentemente ganhou uma casinha, sem paredes, com os esteios, telhado de palha e compridos bancos fixos nas laterais, na extremidade do trapiche que fica em cima do rio.

O trapiche é um local de domínio predominantemente masculino, onde os homens geralmente se reúnem para prostrar, consertar motores de embarcação e principalmente organizar os produtos (açai e palmito) extraídos no dia. O açai geralmente chega do açaiçal ao trapiche em sacas que segundo os trabalhadores, facilitam o escoamento do produto do interior da mata para as margens dos rios e igarapés. Quando o produto chega ao trapiche é necessário ser medido e armazenado nas rasas⁴⁷, para então serem comercializados. O trapiche também é o ponto de encontro dos pais, filhos e genros, antes de saírem para mais um dia de trabalho.

As mulheres também utilizam o trapiche para organizarem os produtos oriundos dos roçados, prepararem as iscas dos matapis⁴⁸, dar banho nas crianças e, às vezes, utilizam o espaço para prostrar. O trapiche é um importante ponto de encontro e descontração dos

⁴⁷Tipo de cesto, geralmente confeccionado com talas (fibra) de guarumã (*Calathea sp.*), muito utilizado para armazenar e transportar o açai e outros produtos.

⁴⁸Tipo de armadilha, confeccionada com talas de jacitara (*Desmoncus polycanthus* Mart) que lembra uma gaiola cilíndrica, com extremidades laterais que lembram um funil (pequeno cone) por onde o camarão entra em busca de alimento, e com uma abertura no centro por onde se coloca a isca e também por onde se retira o crustáceo após a captura.

membros da família que sempre aos finais de tarde, quando não estão na cozinha, estão reunidos a prostrar na beira do rio.

Ao lado ou atrás da casa geralmente encontra-se uma caixa d'água, que armazena a água obtida com o auxílio de uma bomba submersa na margem do rio, geralmente fixada em um dos esteios do trapiche, denominada de “bomba sapo”. A água do rio é bombeada para a caixa d'água e, antes do consumo, recebe um tratamento a base de sulfato e hipoclorito, distribuídos gratuitamente pelos Agentes de Saúde da comunidade. O sulfato ajuda a separar os sedimentos da água e o hipoclorito trata a água, já separada dos sedimentos, tornando-a potável e pronta para o uso.

Além dessa estrutura, também é comum a presença de uma pequena torre de madeira, que suporta uma antena conectada a um aparelho telefônico que, em boas condições climáticas, funciona normalmente. Atualmente, bem na frente da maioria das casas, também encontramos uma antena parabólica que recebe e envia o sinal das emissoras de TV. Ao redor dessas estruturas que compõem a casa da família, existe uma área chamada de “terreiro”.

4.1.2 Os terreiros

Espaço compreendido ao redor da casa, que serve de abrigo para alguns poucos animais criados pelas famílias, além de algumas árvores frutíferas e de viveiros de mudas. Além da casa e do terreiro, ainda existe alguns metros de área, denominada simplesmente de “terreno”, localizada nos fundos da residência, após a área do “terreiro”. O somatório desses espaços na área da vila forma, o que estamos chamando para este trabalho, a Unidade Espacial Vila.

Na Vila Monteiro, uma boa parte do ano, o terreiro e parte do terreno como um todo ficam encharcados devido ao período chuvoso, o “inverno amazônico” em que as águas dos rios ficam mais volumosas e chegam a “subir na terra” em determinados períodos do dia, deixando o solo encharcado. Por isso, a importância das pontes de madeira ou mesmo de estipes ligando uma residência a outra.

No verão, quando as águas perdem volume e não sobem mais na terra, o terreiro fica o verão inteiro seco e mais limpo. Nesse período os homens aproveitam para limpar a área, roçando próximo aos pés das árvores e plantas. Isso ajuda a afastar animais peçonhentos que no inverno aparecem com mais frequência aos arredores e até mesmo

dentro das casas. As crianças ganham mais espaço para as suas brincadeiras e algumas casas até voltam a ter jardins com grama e algumas flores.

Quando uma família decide colocar um pequeno jardim ao redor da casa, é necessário cercá-lo com estipe de açai, para evitar a entrada de animais que ainda são criados soltos. Essa prática tem provocado algumas discussões na Comunidade do Baiano de uma forma geral, pois os roçados, que ficam no rio Laranjal e às vezes no terreno da vila, também precisam ser cercados para não serem destruídos pelos animais. Esses problemas têm gerado uma série de discussões entre os moradores, na tentativa de acabar com a criação livre dos animais. Segundo seu “Trevoada”, o PAE Ilha da Queimada, assim como as demais ilhas da região, possui um Plano de Uso que proíbe a criação de animais soltos e é a partir desta regulamentação que alguns moradores estão se mobilizando para resolver essa questão. Esse evento ilustra a introdução das regras formais que advêm da criação do PAE. Esse advento afetará as relações de trabalho, principalmente das mulheres, que criam os animais e se responsabilizam pelos roçados e viveiros de mudas.

Ainda na Unidade Espacial “Vila”, além de muitas touceiras de açai que predominam no terreno como um todo, ao redor das casas é possível encontrar algumas espécies de árvores frutíferas como o jambreiro (*Syzygium sp.*), localmente chamado de “jambreiro”, limoeiro (*Citrus sp.*), laranjeira (*Citrus sp.*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum* [Willd. ex. Spreng.] Schum.), mangueira (*Mangifera indica* L.) e ingazeiro (*Inga edulis* Mart.), árvores plantadas pela família ao longo dos anos. Além dessas espécies frutíferas, também encontramos, ao lado ou nos fundos da casa, um pequeno canteiro suspenso com algumas hortaliças como a cebolinha (*Allium fistulosum*), a chicória (*Cichorium endivia*) e o couve (*Brassica oleraceae* var. *Botrytis* L.) de uso doméstico e ainda algumas plantas medicinais como a caatinga de mulata (*Tanacetum vulgare* L.), hortelã (*Mentha sp.*) e arruda (*Ruta graveolens* L.), de uso doméstico e comercial.

A área onde hoje se encontra a vila Monteiro e as suas áreas de trabalho já foi integralmente de posse e uso coletivo, mas alguns anos após a morte de seu Rosemiro (em 1990), os filhos decidiram dividir as áreas de trabalho e hoje cada filho (a) domina um pedaço das terras de pertencimento da unidade familiar extensa Monteiro. A unidade espacial “Vila” é o lugar de morada, com atividades predominantemente domésticas, com poucas atividades produtivas, relacionadas mais a organização dos produtos gerados nas outras unidades espaciais. Além da Unidade Espacial “Vila”, a família Monteiro ainda

dispõe de mais duas unidades espaciais, o “Centro” e a “Capoeira”, que serão apresentados a seguir.

4.2 O “CENTRO”

A área que recebe essa denominação por estar localizada nas terras servidas pelos igarapés que desembocam no rio Jacariúba, um dos principais afluentes na porção média do rio Preto. É nesta área que estão localizados os açaiçais nativos mais adensados e que vem sendo manejados.

Do “centro” para as “cabeceiras” do rio Preto, ou melhor, para a nascente do rio, não existe residência, a última está localizada um pouco antes do rio Jacariúba (ver figura 03), que fica praticamente na porção média do rio Preto. A maioria das residências são mais próximas da “boca” do rio.

Segundo relatos de seu “Trevoada” e seu Rosivaldo, o “centro” sempre teve as melhores áreas para coleta de açaí. Antes da divisão das áreas de trabalho, que vamos descrever mais adiante, a área arrendada para seu Rosemiro pelo patrão Zé Carvalho (filho) era da “boca” do rio Preto até o igarapé Fundinho, pouco acima do rio Jacariúba, sempre do lado direito do rio (ver Figura 07).

O rio Jacariúba é o principal rio da área chamada de “centro”. Segundo informações locais dos moradores mais velhos, até uma década atrás, ele era um estreito igarapé que desaguava no rio Preto e originou-se da construção de um “canal”, cavado por extrativistas, para escoar os produtos do interior da mata. Porém, com o passar dos anos, a utilização do igarapé como principal rota de escoamento da produção e as intempéries da própria natureza, o igarapé foi-se alargando e hoje, devido sua largura, profundidade e volume de água já é considerado um rio localmente. Segundo Raffles (2002), muito da paisagem “natural” que vemos hoje na Amazônia já sofreu intervenções do homem, constituindo em paisagem antrópica ou antropogênica (do original *landscape anthropogenic*).

Durante o trabalho de campo da pesquisa também me deparei, em vários momentos, com esse tipo paisagem, que o homem ajudou construir e/ou transformar. Os canais nas áreas do “centro” são bons exemplos de paisagens antrópicas, em especial no entorno do rio Jacariúba. Sua “nascente”, que outrora era o final do canal cavado há décadas atrás, é bem no início de uma área de igapó, onde os membros da unidade familiar

de produção Monteiro iniciaram novas escavações, abrindo novos “canais” no final da década de 80, para facilitar o escoamento de recursos comercializáveis: madeira, palmito e agora açaí.

Adentrar nessa área alagadiça em busca do fruto do açazeiro e depois voltar com o fruto dentro das sacas, nas costas, submerso em determinados horários até a cintura, consistia em uma tarefa muito difícil e extenuante. Mas, com a frequência das extrações no “centro”, os produtores foram percebendo que era possível abrir caminho no meio do igapó, para as canoas passarem. Começaram a abrir canais no meio do igapó, sempre que tinham que extrair o açaí do “centro”, e desde então, passaram a prolongar canais que os levassem o mais próximo das áreas que desejavam extrair o açaí.

4.2.1 A construção dos “canais”

O solo da área do “centro” é formado, sobretudo, pela matéria orgânica proveniente da vegetação nativa, tendo pouco ou nenhum componente mineral como pedras, areias e argilas. Assim, com a ajuda de um facão, o extrativista adentrava a área do igapó, cortando a matéria orgânica do solo (sobretudo raízes e folhas, parte em decomposição) a sua frente, e com a ajuda das mãos ia afastando a matéria cortada para as laterais e abrindo trilhas no meio do igapó para as canoas passarem. Essa é a primeira etapa do processo de formação dos canais. Esse acesso às áreas de igapó até hoje só é possível na época do inverno, com as “águas grandes”. No verão a área fica mais seca e é impossível movimentar as canoas pelas trilhas, ou melhor, “canais”. A passagem das canoas pelos canais e o movimento das águas em marés faziam com que eles se alargassem, transformando-os em caminhos submersos, essa é a segunda etapa de formação dos canais.

A terceira etapa “é com a natureza!”, declarou seu “Trevoada”, pois com o movimento contínuo e prolongado da maré (enchente e vazante), as águas terminam de esculpir os “canais”. Existem canais no meio do igapó que hoje são verdadeiros igarapés, tão largos que passam até duas canoas por vez. Essa área dos “canais” também pertence às terras da família Monteiro. Os canais em si são delimitações físicas, que assumem o nome de quem coordenou sua construção. Porém, entre um canal e outro não há uma divisão visível estabelecendo os limites da área de domínio.

Os “canais” não obedecem a uma direção ou ordem, foram construídos para suprir a necessidade de chegar às áreas de coleta, sem planejamento formal. Porém, o fato de que um chefe de família que reúne condições para escavar um canal, define seus direitos em relação ao uso daquela área. Portanto, ainda que os canais não tenham um ordenamento geométrico regular, é a partir do trabalho investido que se define a divisão dos direitos ao uso da área. Nos espaços que não tem “canal”, a área é de uso comum. Essa forma de delimitação física se

constitui em territorialidades específicas estabelecidas pelas unidades familiares de produção dos “Monteiro do rio Preto”.

O rio Jacariúba, corta a área do “Centro” em duas partes, os lados esquerdo e direito do rio. Do lado esquerdo ainda hoje se encontram os grandes maciços de açazais nativos, e do lado direito existia um extenso buçuzal. Com a delimitação das áreas, cada um dos filhos de seu Rosemiro e dona Antônia, ficou com o controle de uma área no lado direito e outra no lado esquerdo do rio Jacariúba, e cada um passou a trabalhar na limpeza e plantio de mudas de açaí nas respectivas áreas. Atualmente os dois lados do rio já são tomados por açazais e fica difícil identificar visualmente, qual área é nativa e qual não é. Os moradores, no entanto, mantêm o registro oral do histórico de uso e plantio dessas áreas.

Segundo relatos dos filhos e genros de seu Rosemiro, a valorização do açaí motivou-os a trabalhar nas áreas de buçuzal, transformado-o em açazal. Eles então passaram a cortar as árvores de buçu e deixar as poucas touceiras de açazeiros que existiam no meio do buçuzal. Além disso, também passaram a espalhar mudas de açazeiros por toda área que, com a entrada de luz e as condições ótimas para se desenvolverem, cresceram rapidamente e em menos de cinco anos, formaram um denso açazal.

Foi assim que o “Centro” se tornou mais centro em termo de produção, pois passou a duplicar e até mesmo triplicar sua produção de açaí, pois além do açazal à esquerda do rio Jacariúba, também tinha aqueles acessados pelos “canais” e à da direita do rio.

4.2.2 O trabalho no “Centro”

As delimitações físicas no interior de terras de pertencimento de unidades sociais camponesas só se formam pelas relações de trabalho que as mantêm. Por mais impressionantes que os canais possam ser, é somente o trabalho que estabelece as territorialidades específicas do grupo. Desenvolveremos um dia de trabalho para examinarmos suas particularidades.

O dia de trabalho começa bem cedo, por volta das 6hs da manhã. Em cada unidade doméstica os homens preparam-se para mais um dia de trabalho no “centro”. Enquanto as mulheres organizam a casa, preparam o café e coordena os filhos, os homens estão separando os instrumentos de trabalho, levando para o trapiche da casa e preparando as embarcações. Quando os membros já combinados anteriormente já estão prontos, saem em direção à área de extração. Veremos a seguir meus registros de campo sobre o dia que acompanhei uma unidade familiar em seu trabalho no “Centro”.

O dia amanheceu agitado, os homens se organizavam para ir extrair açaí no ‘Centro’. Eu havia combinado na noite anterior com seu ‘Trevoada’ que gostaria de ir um dia na área, e ele havia falado que amanhã, no caso hoje seria minha estréia no ‘centro’. Assim que acordou, seu ‘Trevoada’ me chamou para irmos tirar açaí. Logo levantei e fui me preparar para ir conhecer o ‘centro’.

Troquei de roupa, coloquei uma camisa com mangas longas, pois dona Porfíria havia recomendado para prevenir mordidas de insetos, peguei uma saquinha plástica coloquei dentro a minha máquina fotográfica e o GPS, pura precaução. Assim que terminei de tomar café, fui para o trapiche. João e Abimael já estavam amarrando as canoas na lancha, embarcação maior que iria rebocar as canoas até o rio Jacariúba no “centro”.

Observei que cada unidade familiar da vila organizava seus instrumentos em seus respectivos trapiches. No trapiche de seu ‘Trevoada’, estava o grupo que iria para a sua área no ‘centro’. O grupo era formado por ele, Maurício (filho), os genros Wenderson e Abimael, Tomé (irmão de Abimael e Wenderson, e enteado de João), o agregado João e mais seus dois filhos, Joilson e Manoel. Neste dia além dos homens, eu fui para observar o trabalho e dona Porfíria decidiu ir junto para me fazer companhia enquanto os homens entravam na mata para tirar o açaí.

Com as canoas a reboque, fomos embora para o ‘centro’. As canoas são levadas para assegurar a entrada dos tiradores em locais mais estreitos onde a lancha não entra, e ainda por segurança, caso a lancha der algum problema e parar de funcionar. Segundo dona Porfíria, em alguns momentos ocorre de, além dos integrantes da unidade de seu ‘Trevoada’, se somarem ao grupo, integrantes de outras unidades produtivas que pegam carona na lancha até o ‘Centro’.

Ao chegar ao rio Jacariúba, foi escolhido um local para atracar a lancha e imediatamente as canoas foram sendo desamarradas e os instrumentos de trabalho (rasa, saca, peçonha, debulhadeira, facão e sapato) passados para o interior da canoa e cada dupla seguiu para sua área de extração. Antes de saírem seu ‘Trevoada’ definiu um horário para todos retornarem a lancha e depois voltarem para a vila.

As duplas foram formadas da seguinte maneira: seu ‘Trevoada’ com Maurício, Wenderson com Tomé, Abimael com Joilson, e João com Manoel. Eu e dona Porfíria fomos com seu ‘Trevoada’ e Maurício.

Depois que as duplas saíram para os locais de coleta, nós nos direcionamos para o nosso local de coleta, as margens do igarapé Pitaica, um pequeno afluente do rio Jacariúba. Assim que atracamos, seu ‘Trevoada’ amarrou a canoa na beira do igarapé, retirou os instrumentos de

trabalho e ele e Maurício adentram nas áreas de açazal. Eu e dona Porfíria escolhemos um local mais plano e ficamos aguardando. Observei que quando chegamos ao local de coleta, seu ‘Trevoada’ escolheu um espaço plano e seco, e estendeu um pedaço de lona, onde seria realizado a segunda etapa da coleta, **a debulha dos cachos**. Segundo dona Porfíria, atualmente alguns tiradores usam uma espécie sapatos adaptados para subir nos açazeiros. Este aparato foi criado primeiramente por seu ‘Baié’, que viu a utilização do mesmo durante uma visita a uma comunidade vizinha. Quando retornou para o rio Preto decidiu testar e após a aprovação passou a utilizar em todas as extrações de açáí. O aparato é uma adaptação de um pedaço de pneu de bicicleta em um par de sapatos que serve para proteger os pés de calos, cortes e até mesmo mordidas de bichos enquanto sobem no estipe. Seu ‘Trevoada’ não se acostumou com a invenção e prefere subir descalço, Maurício, quando não se esquece de trazer, costuma usar os sapatos.

Depois de organizar o local da debulha dos cachos, a dupla iniciou a primeira etapa do processo, **a extração do fruto**, que na verdade, segundo dona Porfíria, inicia com o próprio planejamento ainda no trapiche antes de chegarem a área. A dupla saiu com a peconha e o terçado na mão a procura dos cachos mais pretos do fruto, ao avistá-los cada um escolheu sua touceira para iniciar a extração, mas sempre próximo um do outro. E nesse processo cada um foi subindo no estipe, tirando seus cachos de açáí e descendo com um ou mais cachos na mão, e já em baixo, no chão, foram agrupando os cachos e amontoando para, no final da coleta, trazer para a área de debulha.

Dona Porfíria não ficou só observando como eu estava fazendo, ela logo se sentou próximo a debulhadeira e assim que Maurício trouxe os primeiros cachos começou a debulhá-los. No local de debulha, além da debulhadeira (pedaço de lona), também tem as rasas que são colocadas em cima da debulhadeira e onde os cachos de açáí são debulhados diretamente. A medida com que a rasa vai enchendo, o açáí vai sendo armazenado nas sacas de 30 quilos, e depois colocados dentro das canoas. O encerado, ou melhor, a debulhadeira é utilizada para proteger e aparar os frutos que não caem diretamente nas rasas, e após o processo de debulha dos cachos esta é recolhida e os frutos que caíram sobre ela são despejados nas rasas, evitando o desperdício.

Em todo esse processo, principalmente no momento em que é necessário voltar para pegar os cachos deixados no chão ao longo do trajeto escolhido para a extração, percebi que ocorria muita solidariedade entre seu ‘Trevoada’ e Maurício. Quando o primeiro terminou, este voltou para ajudar no transporte dos cachos daquele que ainda não havia terminado.

Enquanto também ajudava a debulhar o açaí, perguntei à dona Porfíria como acontece quando ela não está na hora de debulhar, ou melhor, como seria se nós duas não tivéssemos lá? Ela me respondeu que depois que terminasse a extração, a dupla iria recolher os cachos amontoados e levar para o local de debulha e só então começariam a debulhar. Ainda descreveu que na hora de debulhar os cachos de açaí, geralmente os dois sentam juntos, cada um com uma rasa entre as pernas e iniciam o processo de debulha. Nesse momento, ocorrem as conversas e o um maior entrosamento entre a dupla. Quando a dupla termina de ensacar o fruto, colocam na canoa e vão pra lancha que fica atracada na beira do rio.

Quando uma dupla termina bem antes do horário combinado para retorno, esta geralmente sai ao encontro de outra dupla para adiantar o serviço. Nesse momento fica bem visível o desenvolvimento, ou melhor, o fortalecimento dos laços de solidariedade durante o trabalho. As duplas se ajudam, quem termina primeiro, não fica esperando e nem vai logo embora, pelo contrário, é solidário com a outra dupla que atrasou. Somente após a chegada de todas as duplas é que o grupo volta pra vila.

E foi o que exatamente o que aconteceu, assim que terminamos, fomos para a lancha e lá já estavam as sacas de outra dupla que havia chegado primeiro, e que foram ajudar outra dupla. Depois de alguns instantes todo mundo apareceu, embarcaram as sacas de açaí, amarraram as canoas na lancha novamente e voltamos para vila.

Quando chegamos ao trapiche, os homens descarregaram as sacas com açaí, os instrumentos de trabalho e logo foram convidados para almoçar. Fernanda (13 anos, neta de dona Porfíria e seu ‘Trevoada’) já havia feito o almoço e todos entraram para almoçar.

Depois do almoço, alguns minutos de descanso, e logo as duplas iniciaram a terceira etapa do processo, **a medição e o armazenamento do açaí**. Cada dupla mede seu açaí, retirando o fruto das sacas e despejando em uma lata de 18 litros, e depois de medido na lata, o fruto então é armazenado em rasas, que vão sendo organizadas em cima do trapiche. Cada dupla mede e armazena o seu produto, caso falte açaí pra completar uma rasa de uma das duplas, aquela dupla que possui mais açaí completa a medida da outra.

Depois de tudo medido e armazenado, os tiradores de açaí foram liberados, alguns foram jogar bola, outros visitar amigos na própria vila. A comercialização, neste dia, foi feita no trapiche. Seu ‘Trevoada’, havia mencionado que uma geleira iria passar para pegar o açaí, essa é a quarta e última etapa do processo, **a comercialização**.

Enquanto estava no trapiche concertando um motor de barco, a geleira apareceu na boca do rio Preto. Como havia comentado que gostaria de ver uma geleira, Lijaelma (filha caçula de seu ‘Trevoada’) chegou correndo na cozinha, onde eu estava com dona Porfíria e me chamou

para ir ver a geleira que atracara no trapiche para pegar o açai. Imediatamente sair para ver e tentar conversar um pouco com o responsável pela embarcação.

Assim que cheguei ao trapiche, alguns homens que trabalham na geleira, já estavam transferindo o açai que estava sobre o trapiche para as rasas de propriedade do dono da geleira, logo em seguida, iam colocando as rasas no convés da embarcação, próximo a câmara fria, qual só abriam no início da noite, para não derreter o gelo. Por esse motivo não consegui ver o interior da câmara onde armazenam as rasas de açai.

A comercialização pode ser feita no próprio trapiche ou em trapiches próximos, aos ‘encarregados’ das geleiras ou atravessadores locais, nestes dois casos o pagamento é sempre a vista. Estes quando não ficam em pontos estratégicos ao longo do Furo do Baiano, costumam entrar nos rios, no final da tarde, para comprar o açai que encontram armazenados nos trapiches. Quando isso não é possível, ou mesmo quando já existe uma viagem até a cidade de Macapá programada, o açai pode também ser levado na lancha da família ou de conhecidos e comercializado na ‘Rampa do açai’ ou ‘Porto do açai’.

A comercialização na ‘Porto do açai’ não é feita diretamente pelo produtor que leva o açai. Nos portos existem os ‘encarregados’, que são aqueles que recebem o açai e são responsáveis por vender o fruto, e cada encarregado tem um pequeno grupo de ‘cargueiros’, que são aqueles que retiram as rasas com açai das embarcações e vão empilhando de duas em duas, formando um amontoado de rasas na rampa, onde, até o raiar do dia, serão comercializadas.

No caso de seu ‘Trevoada’, que é bem semelhante aos demais produtores da região, após repassar o açai para o ‘encarregado’, ele costuma levar sua lancha para outro porto próximo a ‘rampa do açai’, e ali pernoita. Quando amanhece, ainda bem cedo, ele vai ao encontro do ‘encarregado’ buscar o ‘apurado’ na comercialização. E depois de acertado tudo na cidade, ele volta para casa e repassa o apurado das outras duplas, descontando o frete e quando possível a porcentagem de 5%.

Na unidade de produção de seu ‘Trevoada’, em particular, já existe uma subdivisão de sua área. Ele já separou alguns espaços dentro de sua área, para seus genros e também para o agregado João, trabalharem. A área foi cedida com o acordo de pagamento de 5% sobre o açai produzido. A produção de ambas as áreas, geralmente é vendida em conjunto por seu ‘Trevoada’ na cidade de Macapá. Quando as geleiras estão na região, é vendido diretamente para as geleiras e após o pagamento é retirado os 5% de cada saca vendida. A venda geralmente é em conjunto, mas às vezes pode ser feita separada, desde que separe a porcentagem.

Quando seu ‘Trevoada’ leva o açaí para comercializar em Macapá, além da porcentagem é cobrado o frete do açaí, cerca de R\$ 5,00 por rasa. Segundo declarações de seu ‘Trevoada’, a porcentagem dos 5% só é cobrada nos períodos de grande produção do açaí, ou seja, na safra. Nos períodos de pouca produção e, portanto, baixo rendimento, os 5% não são cobrados, mas o frete permanece, pois ‘esse dinheiro ajuda no óleo’, declarou seu ‘Trevoada’ ao ser indagado sobre.

Durante o campo observei que, em determinados momentos nessa comercialização em Macapá, além de levar o açaí para o ‘encarregado’ e receber o apurado, seu ‘Trevoada’ ainda recebia algumas encomendas de produtos da cidade. Por vezes observei que também recebia listas de compras de seu João, Abimael e mesmo Wenderson, para serem feitas com o dinheiro apurado com a venda do açaí. Além de trazer o açaí e esperar o ‘apurado’, seu ‘Trevoada’ ainda tinha que providenciar as encomendas feitas por seus genros e agregado, quando estes não vinham à cidade. E antes de voltar para o rio Preto, ele faz todas as compras, pagamentos e somente depois voltava para casa.

Diário de campo: Dia 26/04/2011

Neste ambiente de trabalho, que é o “centro”, podemos observar como se desenvolvem e se fortalecem os laços de solidariedade e de confiança entre sogro e genro e destes com o agregado que é padastro dos genros. Essas relações estabelecidas durante o trabalho de extração de açaí têm reflexos em todas as outras relações dentro da unidade familiar.

Além de Wenderson e Abimael, seu “Trevoada” tem outro genro, o Wando, este dificilmente participa dessas atividades de trabalho em grupo, e dos momentos de entrosamento entre os homens da unidade familiar de produção.

Neste caso em especial do Wando, que nasceu e se criou na cidade e, que segundo seus próprios relatos, “não se acostuma com o trabalho de extração e nem com o manejo do açaí”, não gosta do trabalho e por isso não participa das atividades. Apesar de não gostar do trabalho sempre tira ao menos o açaí “do bebe”, aquele que é exclusivamente para o consumo da família, e quando vai tirar açaí para venda geralmente vai acompanhado de sua mulher, que desde pequena aprendeu a tirar o fruto. O que ele gosta é de mexer com motores, barcos e de pescar. Apesar de desenvolver essas outras atividades, é visto como “preguiçoso”, “acomodado” pelos outros homens da unidade de produção, principalmente seu “Trevoada”, pois não participa e nem faz questão de participar das atividades produtivas do grupo de homens da unidade.

Por não participar do trabalho em grupo, não consegue estabelecer a mesma relação que os demais genros conseguem com o sogro. Os laços de confiança e solidariedade desenvolvidos durante as relações de trabalho são mais fortes com os outros dois do que com ele, apesar de às vezes ajudar o sogro em alguns consertos de motores. Nas demais unidades de produção familiar pertencentes à família Monteiro, a situação é semelhante, mas diferente da relação de Wando com seu “Trevoada”, os outros genros dos respectivos chefes das unidades familiares, sempre participam de todas as atividades produtivas.

Ainda observando esta relação de Wando com seu “Trevoada”, identifiquei além da fragilidade na relação entre os dois, o reflexo disso na hora da partilha das áreas dentro da unidade de produção. No caso dos outros genros, quando estes firmaram relações com as filhas de seu Trevoada, foram inseridos na família e passaram a estabelecer além dos laços de parentesco, os laços de trabalho com o sogro, que abrigou o casal e logo disponibilizou trabalho. Segundo relatou seu “Trevoada” durante uma de nossas conversas sobre a relação de Wando com Michele: “era a forma que eu tinha para ajudar eles [o novo casal] já que queriam ficar junto, né!? Era dando trabalho!”.

Da mesma forma que agiu com os outros dois genros, seu “Trevoada também agiu com Wando, separou um pedaço de terra e deu para Wando trabalhar. Mas diferente dos outros dois, este não se interessou pelo trabalho, não limpou a área, não plantou mudas de açaí, e só vai à área quando é a safra do açaí. E devido a essa omissão em seu trabalho, que recentemente o casal perdeu o direito de posse e de trabalho na área. Ao perceber que o mesmo não cuidava da área, seu “Trevoada” requisitou a área novamente.

Esse caso ilustra a importância do trabalho como definidor do direito de posse e uso da terra dentro da unidade familiar de produção. Aquele que trabalha na terra, ganha terra, aquele que não trabalha, perde a terra. Podemos observar nesse momento, o trabalho e suas relações como um fator importante a ser considerado na definição e manutenção de territorialidades específicas. Porém, é interessante notar que Wando e Michele é o casal que participa com mais intensidade e frequência da unidade familiar dirigida por Porfíria e “Trevoada”. Do total de dias em trabalho de campo, poucos foram os dias em que o casal não participou do consumo. No entanto, com a nova situação em que começa a se engajar em atividades de conserto e venda de embarcações, pode ocorrer uma mudança. Como afirma Garcia Jr. (1983, p.104), “as regras de pertencimento à unidade de trabalho não se confundem com as regras de pertencimento à família”.

Outra unidade espacial que também faz parte da área da família é o que eles chamam de “capoeira”, que fica às margens do rio Laranjal, paralelo ao rio Preto.

4.3. A CAPOEIRA

4.3.1 O acesso a terra firme – os roçados

A área sob domínio dos Monteiro também se estende a uma parte do rio Laranjal (ver Figura 07), mais precisamente ao lado esquerdo do rio. Diferente do “centro”, a “capoeira” é uma terra mais seca, uma área de terra firme, que possuiu grandes maciços florestais, já explorados entre as décadas de 70 e 80. Devido a essa exploração ocorrida anteriormente, a área atualmente é uma “capoeira”, com várias espécies remanescentes bem desenvolvidas e que são exploradas de acordo com a necessidade da família.

Nas margens do rio Laranjal também se encontram algumas residências de alguns membros da família Monteiro. A primeira residência a ser avistada na margem esquerda do rio é a de seu Rosildo Monteiro com dona Fátima Vilhena, os quais nos últimos anos também permitiram a parentes de dona Fátima que trabalham com seu Rosildo, a construção de mais três casas próximas a sua residência. Um pouco mais adiante dessas primeiras casas, após a boca do igarapé Jandiá, é possível avistar a casa de Abimael Baía e Michaele Monteiro, genro e filha de seu “Trevoada”.

Ao lado da casa de Abimael e Michaele, foi construída, recentemente, a casa de dona Maria Baía e seu João Trindade. Dona Maria é mãe de Abimael, e seu marido João é, há mais de 06 anos, um agregado da família Monteiro. Ambos já moraram na vila Monteiro, mas em 2011 transferiram-se para a capoeira, a beira do rio Laranjal. O espaço para construir a casa foi cedido pelo jovem casal, que dominam uma área designada por seu “Trevoada”. Um pouco mais adiante da casa de Michaele e da casa de D. Maria, chegamos à casa de Maykon Monteiro, o filho mais velho de seu “Baié” e D. Zeneide, que também preferiu morar no rio Laranjal.

A área da “capoeira”, ou “Laranjal”, como costumam chamar, também é preferida para a implantação dos roçados, quando estes não são colocados nos fundos do terreno localizado na área da vila. Os roçados geralmente são implantados em áreas mais altas, mas ainda próximas às margens dos igarapés, para facilitar o acesso, e também em áreas que já apresentam uma pequena clareira, com poucas ou quase nenhuma árvore de grande porte para derrubar. Segundo D. Porfíria, “são locais que tiveram queda de alguma árvore grande, durante uma forte chuva”, que normalmente derruba outras pequenas árvores abrindo pequenas clareiras. Quando isso ocorre em áreas de fácil acesso, costumam utilizá-la para colocar o roçado.

Os roçados dessas ilhas são diferentes das roças observadas em áreas de terra firme continentais. Além de pequenos os maiores variando em torno de 1000m², costumam ser cercados com estipes de açaí para não permitir a entrada de animais, que, como já mencionado, ainda são criados livremente nos terrenos. Esses animais, principalmente os porcos, quando conseguem ultrapassar a cerca, destroem toda a plantação.

Segundo dona Antônia, um roçado dura em média de dois a três anos devido aos estipes que o cerca serem um material relativamente perecível, que apodrece com o tempo, se tornando um obstáculo facilmente derrubado pelos porcos. Quando a cerca já está quase se desfazendo, é plantado no meio das plantações, perfilhos de açazeiros e/ou outras mudas perenes de interesse da família. Assim, quando é necessário abandonar a área já existe um “banco de mudas” de várias espécies perenes e arbóreas no local do roçado que, com o passar do tempo se desenvolvem e formam o novo dossel na área que fora aberta. Vemos nesse momento a gestão dos recursos naturais pela família que tenta preservar a mata que ainda existe nessa área, manejando pontualmente as touceiras de açazeiros que encontram por entre a mata.

4.3.2 Um dia de trabalho da “capoeira”

Assim como na unidade do “centro”, também tive a oportunidade de acompanhar um dia de trabalho na unidade “capoeira” como veremos a seguir. Esse relato nós ajudará a refletir sobre as relações de trabalho dentro de uma unidade familiar de produção.

Assim como em todos os dias de trabalho, o movimento na casa iniciou bem cedo, por volta das 6 horas da manhã. Dona Porfíria logo chamou por Fernanda (neta) para fazer o café. Seu ‘Trevoada’ já havia levantado e já estava separando os instrumentos de trabalho e colocando no trapiche para, logo mais, irmos para a capoeira. Hoje a noite é dia de ir para Macapá entregar as encomendas de dona Porfíria e todos aproveitam a ida à cidade para enviar produtos como as hortaliças, as mudas de plantas medicinais, a banana e o açaí.

O dia prometia ser cheio de trabalho, e a família se dividiu, uma parte foi para a capoeira e outra parte foi para o ‘centro’. Dona Porfíria, seu ‘Trevoada’, Maurício e eu fomos para o rio Laranjal, onde fica o roçado com as hortaliças, a banana e também tem algumas áreas de açaí nas proximidades. Wenderson, Abimael, João e alguns de seus filhos foram para o ‘centro’ tirar açaí e João também estava com uma tarefinha extra: coletar alguns feixes de verônica (*Dalbergia subcymosa* Ducke.), a pedido de dona Porfíria.

A turma que foi para o ‘centro’ saiu bem cedinho, por volta das 6h30m, antes da turma que ia para o laranjal. Assim que tomamos café, dona Porfíria pegou o facão, algumas rasas, uma garrafa com água, a bota, o chapéu e colocou dentro da canoa. Eu peguei minha bota, uma camiseta com mangas compridas, um chapéu, meu caderno de anotações e máquina fotográfica. Seu ‘Trevoada’ já havia arrumado seu facão, rasa, debulhadeira e peconha no interior do rabeta, e também já havia amarrado a canoa na lateral do rabeta para rebocá-la até o roçado.

Assim que arrumamos tudo, subimos abordo juntamente com Maurício, que também havia pegado uma camisa velhinha e seu facão para poder tirar açaí com seu pai.

Seguimos rumo à capoeira no rio Laranjal. Quando chegamos, seu ‘Trevoada’ soltou a canoa, e eu e dona Porfíria ficamos no roçado que é bem próximo da margem do igarapé Mangue. Após nos deixar na área, seu ‘Trevoada’ e Maurício foram para o outro lado do igarapé, tirar açaí.

Dona Porfíria amarrou a canoa próxima à entrada do roçado e adentramos o roçado por cima de uma ponte improvisada com estipe de açaí. Os roçados da região do Baiano são cercados para evitar a entrada de animais na área, os mesmo são criados soltos e quando conseguem entrar nos roçados acabam destruindo tudo. Dona Porfíria comentou que um roçado tem duração de 2 a 3 anos, que ele ‘tem o tempo que a cerca consegue durar!’, afirmou durante a explicação. A cerca é construída com estipe de açaí, e dificilmente é concertada quando um animal arrebenta, só recebe reparos quando o roçado está grande e produzindo bem.

Assim que desembarcamos, pegamos os instrumentos (rasas, facão, garrafa com água, bota e chapéu) e entramos no roçado. D. Porfíria primeiro deu uma volta por toda a área e foi me mostrando o que havia plantado. Havia muitos pés de: chicória, jambu, pimenta de cheiro, pimentinha amarela, pimenta malagueta, melancia, jerimum, bananeira e alguns poucos pés de macaxeira.

A área do roçado é pequena, as plantas não têm uma lógica de plantação, são plantadas espalhadas aleatoriamente por toda a área. Dava para perceber que a área havia sido queimada, pois havia vários tocos de árvores queimados por entre as plantações. Dona Porfíria pegou o facão e foi logo tirando os ramos de jambu enquanto eu fui ajudando a colher as pimentinhas que estavam boas para a venda. Enquanto trabalhávamos, íamos conversando sobre vários assuntos (...). Depois de tirar as ramas de jambu, dona Porfíria passou para os pés de chicória, nesse momento já havia retirado todas as pimentas e também comecei a recolher os pés chicórias que ela arrancava com o facão e levava-os para próximo da entrada do roçado.

Depois que tirou todos os pés de chicória, foi tirar dois cachos de banana que esta já estavam bons para comercializar. Depois de apanhar os cachos de banana carregou para dentro da canoa e depois voltou para pegar as rasas cheias de chicória, jambu e pimentinha. Colocamos tudo na canoa, fechamos a portão do roçado e fomos remando até o local onde seu ‘Trevoada’ e Maurício estavam tirando açaí.

Quando chegamos à área, eles ainda estavam tirando açaí, e já haviam estendido a debulhadeira e carregado alguns cachos de açaí para o local. Imediatamente dona Porfíria pegou a rasa, sentou em um pedaço de toco e começou a debulhar os cachos de açaí. Logo seu ‘Trevoada’ apareceu com Maurício carregando mais alguns cachos. Enquanto ajudávamos a debulhar o açaí, Maurício voltou para pegar mais cachos que havia tirado e seu ‘Trevoada’ foi arrumando o açaí debulhado nas sacas. Assim que terminamos, embarcamos tudo no rabeta e na canoa, depois seu ‘Trevoada’ amarrou a canoa no rabeta e voltamos para a vila. A cena era engraçada, para distribuir os pesos nos dois barcos, dona Porfíria veio a reboque na canoa com os produtos do roçado, e eu, Maurício e seu ‘Trevoada’ nos dividimos no rabeta com as sacas de açaí. O retorno foi feito bem devagar para não entrar água na canoa de dona Porfíria.

Durante o retorno, dona Porfíria avistou alguns cachos de banana no trapiche de uma casa próxima a casa de seu Rosildo, ainda no laranjal, e pediu para parar o barco. Desceu da canoa e foi negociar com dona Luzia, sua comadre, a dona da casa e dos cachos de banana. Conseguiu comprar as bananas e ainda dois saquinhos de 1quilo cada, cheios de pimentinha de cheiro. Dona Porfíria negociou com Luzia o pagamento dos produtos após a volta da cidade, mas depois de já ter fechado o negócio, enquanto dona Porfíria embarcava, Luzia gritou lá de dentro da casa, que era para dona Porfíria descontar o dinheiro dos produtos nas duas redes que havia comprado dela. Dona Porfíria concordou e voltamos para casa.

Assim que chegamos ao trapiche, as crianças já haviam chegado da escola, e também ajudaram a descarregar os paneiros com jambu, chicória e pimentinha. Seu Trevoada e Maurício descarregaram os cachos de banana as sacas e rasas com açaí. O açaí à ser vendido voltou nas sacas e o açaí ‘do bebe’, voltou na rasa. Segundo dona Porfíria, na sua casa é consumido diariamente, de uma a uma rasa e meia de açaí, que é batido no início da noite quando ligam o motor. O açaí batido é dividido para o consumo da janta e do almoço do próximo dia.

Depois de desembarcarmos todos os produtos no trapiche, fomos tomar banho ali mesmo no trapiche e depois fomos almoçar. Fernanda já havia feito o almoço e dado de comer para Lijaelma (6 anos, filha caçula de dona Porfíria) que havia chegado da escola, e também para Maria (sua mãe) e dona Benedita (sua bisavó, avó de seu ‘Trevoada’). Depois de almoçarmos

e limpamos a cozinha, fomos para o trapiche arrumar os produtos. Seu ‘Trevoada’ e Maurício, mediam o açaí e armazenavam nas rasas, enquanto dona Porfíria, eu, Lijaelma e Fernanda organizavam os pés de chicória e jambu. Primeiramente dona Porfíria pegou todas as hortaliças e levou para a beira do trapiche e lavou tudo. Depois levou para onde estávamos sentadas já esperando os pés para fazer as ‘rodas’ de jambu e de chicória.

Eu não sabia fazer nada, mas naquela tarde aprendi a fazer as ‘rodas’. Dona Porfíria organiza feixes com 10 pés de chicória e amarra-os com ‘envira’, um tipo de fibra vegetal comum na região. Depois vai amarrando os feixes um a um até formar uma roda com 10 feixes. Esse mesmo processo é realizado com as ramas de jambu. Depois de prontas as rodas, dona Porfíria ainda molha as rodas para não ressecarem e deixa no trapiche para no final do dia ser embarcado na lancha. Depois de cuidar das hortaliças, arranjou uns saquinhos de 1quilo e foi enchendo com as pimentas, amarrando a boca do saco e colocou tudo dentro de uma rasa junto das rodas de jambu e chicória no trapiche.

Enquanto ainda estávamos fazendo as ‘rodas’ de chicória, a turma que havia ido tirar açaí no ‘centro’ chegou. Descarregaram as sacas de açaí no trapiche e foram almoçar na casa de seu ‘Trevoada’. João conseguiu tirar dois feixes de verônica (cada feixe com 10 pedaços de aproximadamente 30cm cada.), e entregou a dona Porfíria que juntou as rodas de chicória. Após o almoço a turma do ‘centro’ voltou ao trapiche para medir o açaí e armazenar nas rasas. Depois de medido, armazenado e contado quantas rasas havia e quantas cada um conseguiu tirar, seu ‘Trevoada’ e João embarcaram as rasas na lancha.

Assim que terminou de fazer as rodas e organizar tudo o que viera do roçado, dona Porfíria chamou o Maurício para ir com ela buscar as mudas na casa de algumas comadres. Eu me candidatei para ir junto, pois queria muito ver essas negociações. Fomos juntos no rabeta à alguns rios ao longo do Furo do Baiano, dessa vez fomos na casa de três comadres de dona Porfíria e que fornecem mudas de arruda, caatinga de mulata, estoraque e babosa. Cada muda é negociada pelo valor de R\$ 2,50, e é pago avista. Dona Porfíria conseguiu um total de 15 mudas ao todo, e com o rabeta cheio de mudas viemos devagar para o vento não quebrar nenhuma. Assim que chegamos ao trapiche da vila Monteiro, descarregamos as mudas e seu ‘Trevoada’ logo começou a organizar as mudas na polpa da lancha. Enquanto organizava as mudas que havíamos trazido, dona Porfíria foi de casa em casa, na vila, ver se a irmã e as cunhadas haviam feito alguma muda. Logo voltou com algumas mudas para também embarcar. Ainda foi até um pequeno viveiro que fica na frente de sua casa, pegar mais umas 10 mudas que ela mesma havia cultivado.

Antes de embarcar as mudas no barco, dona Porfíria dá uma conferida na condição da muda e quando necessário substitui a embalagem das mudas. Ela gosta de vender as mudas em pequenos paneiros que ela mesma confecciona. Quando uma muda chega sem um paneirinho, antes de embarca ela troca a embalagem por um forrado com folhas de bananeira.

Depois de tudo embarcado na lancha, e preparado para viagem, dona porfíria ainda vai preparar o jantar, e organizar uma pequena bolsa com alguns itens de higiene, rede e lençol. Uma hora após o jantar, embarcamos na lancha rumo a Macapá. Antes sairmos do rio Preto, ainda fomos até o trapiche de seu 'Baié' (irmão de dona Porfíria, casado com a irmã de seu 'Trevoada') ainda na vila Monteiro, para embarcarmos mais algumas rasas de açaí que enviara para vender em Macapá.

Após sairmos da casa de seu 'Baié' e já no Furo do Baiano, ainda paramos em uma casa onde subiram abordo um casal de conhecidos de seu "Trevoada", que havia negociado duas passagens até a cidade.

A viagem seguiu tranqüila, para minha alegria , quando chegamos ao Canal Norte, que é divisa da ilha com Macapá, não havia maresia e após algumas horas de viagem chegamos na 'rampa do açaí'. De longe avistávamos a agitação, várias embarcações chegavam para descarregar o açaí. Assim que chegamos, o 'Buti', o 'encarregado' que sempre fica responsável pela venda do açaí de seu 'Trevoada', logo se aproximou e assim que atracamos a lancha, os 'cargueiros' começaram a descarregar as rasas de açaí. Assim que terminaram de tirar todas as rasas da lancha, fomos para o Porto Santa Inês, também chamado de 'Bacia', que fica alguns metros distante do 'Porto do açaí' ou 'Rampa do açaí' como também é chamado. Assim que chegamos na 'Bacia', seu 'Trevoada' atracou a lancha e nos agasalhamos para dormir, neste momento dona Porfíria ligou para 'Deuza', uma comerciante que compra as mudas de plantas, e avisou que já estava no porto e que ela podia passar bem cedinho que havia trazido as encomendas.

O dia ainda estava amanhecendo, quando dona 'Deuza' apareceu chamando por dona Porfíria, que levantou rapidamente com seu 'Trevoada' e entregaram as mudas encomendadas e também os feixes de verônica. Dona Deuza pagou a vista, e ainda fez mais encomendas para quinze dias depois. Dona Pofíria acertou o valor de R\$5,00/muda e também por cada feixe de verônica.

Depois de acertar tudo, dona Porfíria entrou feliz por ter conseguido um bom dinheiro para fazer suas compras. Nesse momento seu 'Trevoada' ligou para 'Boti', o 'encarregado', para saber como tinha sido a vendo o açaí. Seu Trevoada ficou um pouco desanimado pois o preço pago pela saca havia dado baixo naquela noite, mas conseguiu vender tudo. Depois de alguns

minutos nos levantamos e fomos nos arrumar para irmos fazer as compras, tínhamos até as 12h para realizar as tarefas na cidade e então voltamos para casa.

Seu ‘Trevoada’ pegou a bicicleta que havia trazido em cima da tolda da lancha e foi até a ‘rampa do açai’ pegar as rasas e o dinheiro apurado. O casal que havia vindo conosco também se arrumaram e saíram para resolver suas coisas. Eu e dona Porfíria, fomos até um barco de linha que faz viagens para Afuá, que estava ancorado na ‘Bacia’ e pedimos para usar o banheiro. Aproveitamos para tomar um banho, escovar os dentes e depois fomos fazer as compra. Primeiro fomos à feira, levar os cachos e banana para a ‘Dinelma’, a feirante que compra as bananas de dona Porfíria. Depois fomos ao supermercado e em algumas lojas e farmácia, fazer pagamentos, comprar remédios e o ‘rancho’ de algumas pessoas da vila Monteiro. Percebi que dona Porfíria separou uma parte do que arrecadou com as vendas de seus produtos e comprou alguns utensílios para a casa e alguns produtos (rede, lençol, toalha e manta, ainda algumas peças de vestuário) para revenda na comunidade. A outra parte do dinheiro, também utilizava para comprar itens do ‘rancho’ da família.

Enquanto fazíamos essas coisas, seu ‘Trevoada’ corria para comprar os combustíveis, os botijões de gás, tudo encomenda e também do consumo da família. Ele e dona Porfíria se dividam com as compras do consumo familiar.

Assim que terminamos as compras, votamos ao barco, e no caminho compramos um galetto e dois litros de açai para almoçarmos durante a viagem. Assim que todos voltaram para a embarcação e enquanto aguardávamos todos os passageiros retornarem e a água da maré subir, almoçamos. Saímos por volta das 12h30m, e seguimos viagem direto para o rio Preto. A viagem de retorno foi tranquila, por volta das 17hs chegamos ao trapiche da vila Monteiro e logo todos que fizeram as encomendas apareceram para buscá-las. Enquanto desembarcávamos as compras, observei que seu ‘Trevoada’ prestava contas com o pessoal que havia tirado açai.

Diário de campo: Dia 27/07/2011

Com essa descrição de um dia de trabalho na capoeira, podemos observar muitas coisas importantes. Entre elas destacamos a importância da organização familiar em torno das diferentes atividades produtivas. Observamos que, mesmo o açai sendo um produto considerado o mais rentável atualmente pela comunidade, a família desenvolve estratégias para conciliar as demais atividades, que são tão importantes quanto à extração do açai. Segundo Chayanov (1981), essa organização interna da unidade familiar é fundamentada na racionalidade camponesa, que determina o grau de intensificação do trabalho com vistas a

assegurar o bem estar familiar, o que também é visto como uma forma de gestão da unidade produtiva pelo gestor responsável.

Nesse momento vemos como a mulher tem um papel importante no roçado. Enquanto os homens se ocupam da extração do açaí, a mulher se encarrega do roçado e a filha, ou neta se encarregado do serviço doméstico. Vemos a importância da organização familiar na realização de todas as atividades produtivas. Esta organização também envolve os laços de solidariedade e reciprocidade entre seus membros, o que determina o sucesso do desenvolvimento das atividades que ocorrem concomitantes (SABOURIN, 2009).

Também observamos a importância dos laços de compadrio no estabelecimento de relações pessoais e de trabalho (WAGLEY, 1988). Ao observá-los nas narrativas, constatamos a força dessas relações na manifestação da vida social, econômica e política da família Monteiro.

Essas importantes relações de parentesco e de compadrio, estabelecidas através dos laços de solidariedade e reciprocidade e que são fortalecidas através do trabalho, também são fatores importantes e intrínsecos na manutenção de territorialidades específicas.

5. OS MONTEIRO E O MUNDO ALÉM DO TRABALHO

Neste último capítulo apresentaremos uma breve descrição do cotidiano que cerca a família Monteiro. Além das relações de trabalho internas a família, principal objeto de estudo deste trabalho, os Monteiro também desenvolvem relações sociais interfamiliares com as demais famílias que formam a Comunidade do Furo do Baiano. Essas relações sociais permeiam várias dimensões da vida social, entre elas a educação, a saúde e o lazer.

Veremos ainda neste último capítulo uma breve discussão sobre a renda gerada pela venda do açaí em três diferentes unidades familiares e a relação desta com as demais atividades produtivas da família. Finalizaremos este capítulo apresentando as considerações levantadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

5.1 OS MONTEIRO E A VIDA EM COMUNIDADE

Como mencionando nos primeiros capítulos desta dissertação, a família dos “Monteiro do rio Preto”, está inserida em uma esfera social que vai além dos limites das terras de pertencimento familiar. A família faz parte da Comunidade do Furo do Baiano, e interage com as dezenas de unidades familiares que compõem a comunidade e tradicionalmente ocupam o território dos “tiradores de açaí”.

As famílias que residem no Furo do Baiano e proximidades têm uma maior relação com a cidade de Macapá-AP ao invés da sede municipal Afuá, fato que é atribuído ao desenvolvimento, a infraestrutura da capital em relação ao município.

Atualmente a Comunidade do Furo do Baiano abriga aproximadamente 160 famílias, distribuídas ao longo de seus afluentes. As famílias que ali residem dispõem de uma infraestrutura básica para atender suas necessidades.

A **educação**⁴⁹ na região nem sempre foi acessível como nos dias atuais. Aproximadamente três décadas atrás, não existia professor, nem tão pouco, escola na comunidade. Para aprender a escrever e ler, alguns moradores que sabiam se colocavam a disposição para ensinar aqueles que desejavam aprender. Os ensinamentos geralmente ocorriam na parte da noite na residência daqueles que de boa vontade se dispunham a ensinar o pouco que sabiam, e aqueles que desejavam aprender tinham que se deslocar até o local, na maioria das vezes remando por horas em canoas, no escuro, até o local combinado e depois

⁴⁹ Informações coletadas durante conversas informais com seu Manoel Pelas de Oliveira, conhecido por “Pitéu” e seu José Amorim Monteiro, conhecido por “Trevoada” (moradores do rio Preto) e entrevista com a secretária do Pólo Escolar, Sr^a Elielma.

fazer o mesmo percurso de volta para suas casas. Essa situação ainda possibilitou alguns moradores aprenderem a assinar seu nome. Os moradores mais antigos relatam que era muito difícil chegar de um dia inteiro de trabalho na mata e ainda remar por horas para aprender a escrever e ler à luz de lamparinas.

A situação atual é bem diferente e vista como uma conquista por todos na comunidade. O acesso à educação é considerada por muitos como um dos primeiros frutos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Afuá-PA que, em meados da década de 90, conseguiram com muita luta instalar a primeira Escola Comunitária na região, que atendia os filhos dos trabalhadores rurais que residiam nas ilhas. Hoje a comunidade abriga uma Regional que responde pelos furos Grande e Baiano, e pelos rios Portel e Ipaneminha.

A Regional tem como sede a escola pólo, “Escola Municipal de Ensino Fundamental Herói da Fé”, também conhecida como o “escolão” que funciona da 5ª a 8ª série e está localizada no Furo do Baiano. Também dispõem de 11 escolas menores, chamadas de “anexos” que estão distribuídas nos rios da região (Figura 08).

Figura 08 – a) Foto do complexo “Escolão” e Unidade de Saúde, b) foto de uma escola “anexo”, no rio Portel.



Fonte: Trabalho de Campo, (2010-2011).

Nos últimos anos foi implantado, no rio Portel, as primeiras turmas do ensino médio, que funcionam pela parte da tarde e recebem alunos de toda a região. Esses alunos, até então, tinham que deixar a comunidade e migrar para as cidades mais próximas quando desejavam continuar os estudos, fato que resultou na não continuidade dos estudos de muitos moradores da região e no distanciamento daqueles que permaneceram estudando.

Além disso, o ecossistema local apresenta características que exigem procedimentos peculiares:

“Meus meninos só foram pra escola depois que aprenderam a nadar... as mães aqui só coloca pra

escola se saber nadar, se não saber, não vai não!”.
(Dona Edna da S. Oliveira, 49 anos, Rio Preto)

Geralmente os alunos começam a estudar somente a partir dos 5 anos de idade, devido ser uma região onde as ruas são rios e o trajeto da casa a escola é por meio de pequenas embarcações, o que torna a ida e a volta da escola objetos de cuidados, principalmente porque as crianças não vão acompanhadas dos pais, somente do “catraieiro”⁵⁰ e de alguns poucos professores. Embora, o trânsito rodoviário nas ruas de qualquer cidade também apresentem riscos, o transporte para crianças pequenas e que geralmente não sabem nadar é percebido como arriscado, a escola não costuma aceitar crianças com idade abaixo de 5 anos se não souber nadar. Segundo conversas informais com algumas mães, o “saber nadar” é uma condição que também determina a época da criança começar a acompanhar os pais em algumas atividades produtivas.

Existem alguns jovens que saíram da comunidade em busca de terminar seus estudos na capital amapaense e hoje estão cursando uma universidade e alguns já são professores na própria comunidade, o que é motivo de orgulho para os pais e inspiração para vários jovens que também desejam continuar estudando.

Embora a educação tenha provocado profundas mudanças, especialmente nas gerações mais jovens, a pesquisa de campo mostra que, em termos de relação com o trabalho dentro da unidade familiar, a própria estrutura educacional desenvolvida para a área rural do município, propicia uma estabilidade entre as atividades produtivas e o aprendizado escolar. O ensino básico ocorre pela parte da manhã e o ensino fundamental e médio pela parte da tarde.

Os filhos em idade escolar têm a educação como prioridade, enquanto estão cursando o ensino básico (do 1º ao 5º ano), não costumam participar das atividades produtivas desenvolvidas, em sua maioria, pela parte da manhã. Já os filhos maiores, que estão cursando o ensino fundamental e médio, acompanham os pais nas atividades domésticas e/ou produtivas diariamente, exceto nos dias de avaliação escolar. Segundo representantes da escola, a própria estrutura escolar desenvolvida para a região foi elaborada para atender essa necessidade de conciliar atividade produtiva familiar com a escola.

Mesmo não acompanhando os pais nas atividades produtivas desenvolvidas pela parte da manhã, que varia em decorrência do calendário produtivo, os pais sempre envolvem os filhos menores nas atividades desenvolvidas pela parte da tarde. Dependendo do calendário

⁵⁰ Nome dado ao responsável por conduzir o “catraio”, um tipo de embarcação muito utilizada no transporte escolar. Os “catraios” são embarcações com motor a diesel, que medem em média 10 a 12 metros de comprimento, por 2,5 a 3,5 de largura, não possuem paredes, só as estruturas que sustentam a tolda da embarcação.

produtivo, há períodos em que as atividades relacionadas ao roçado e a pesca do camarão são realizadas pela parte da tarde, e nestas geralmente ocorre à participação dos filhos menores. A participação dos filhos nas atividades produtivas é visto como uma estratégia de reprodução da família e faz parte do processo de sociabilização da criança para o trabalho (CARDOSO & CARDOSO, 2002)

Em relação à **saúde**⁵¹ na comunidade do Baiano, sempre foi bem difícil a situação. Inicialmente era assistida por agentes comunitários, geralmente moradores da comunidade que recebiam treinamentos proporcionados pela Pastoral da Terra, para atuar nos casos emergenciais. Esse sistema perdurou por vários anos (durante as entrevistas os informantes não souberam precisar exatamente algumas datas de eventos). Atualmente as famílias contam com um Posto de Atendimento no Furo do Baiano, onde fica um Técnico de Enfermagem a disposição da comunidade. Os casos emergências são atendidos no local, os mais urgentes são encaminhados para Macapá. Além do técnico, nos últimos anos a prefeitura de Afuá, contratou Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para atuarem na prevenção de doenças, o que segundo o técnico de enfermagem, ajudou bastante a cobrir a área da comunidade, identificando os casos de intervenção. Os ACS's trabalham em parceria com o Técnico de Enfermagem, identificando e encaminhando os casos que necessitam de assistência.

Além do Técnico e dos ACS's, na região também existem as “parteiras”, mulheres que ao longo dos anos receberam de suas antepassadas o conhecimento tradicional de assistir mulher grávida, que nem sempre têm condições de chegar à cidade e serem atendidas por um médico. Segundo relatos de D. Benedita Amorim:

*“Antigamente era tudo mais difícil e não tinha outra maneira a não ser a parteira, hoje é mais fácil as pessoas chegarem na cidade [Macapá ou Santana], e a maioria das grávidas já vão ter filho no hospital!”
(Dona Benedita Amorim, 89 anos).*

Considerada uma das grandes parteiras da região, D. Benedita realizou o parto de muitas crianças na comunidade e seu prestígio, como tal, corria longe e muitas pessoas procuravam seus serviços. Segundo recorda, quando ia “assistir mulher” passava uma semana cuidando da mulher e da criança e só voltava pra sua casa depois que o bebê completava oito dias de nascido. Durante este período fazia todo o serviço da casa para a contratante.

⁵¹ Entrevista com Raimundo Rodrigues França – Técnico em Enfermagem, responsável pelo posto de saúde da região, situado no Furo do Baiano.

D. Benedita é muito querida por todos no rio Baiano e todos os bebês que foram assistidos por ela e que hoje são homens e mulheres casados, sempre pedem sua bênção quando a encontram, é uma forma de respeito e reconhecimento por quem lhes trouxe à vida.

Esse trabalho que já foi muito importante na região, ainda hoje é utilizado, porém a situação atual das famílias é bem diferente do que ocorria há 20 anos. Hoje é possível até fazer o pré-natal na cidade, há embarcações saindo diariamente das localidades em direção ao centro urbano, o que era raro acontecer há duas décadas atrás.

Mesmo com o posto de saúde e a presença de um técnico em enfermagem na comunidade, as famílias geralmente recorrem aos serviços de saúde em Macapá ou Santana. Os casos mais urgentes, geralmente estão relacionados à incidente de trabalho e os mais comuns, porém não tão frequentes, são: picadas de animais peçonhentos, ou mesmo a quebra de algum membro após cair de um açazeiro. Esses casos são imediatamente levados para o pronto socorro de Macapá, pois o posto de saúde local não dispõe de estrutura para realizar esse tipo de atendimento. Os casos emergenciais, como um corte superficial, uma virose, distúrbios gastrointestinais, são avaliados pelo técnico de enfermagem e geralmente tratados no próprio posto de saúde.

Segundo o técnico entrevistado, os acidentes que ocorrem durante as atividades produtivas não são frequentes, e quando chegam a ocorrer é “devido à falta de atenção, descuido e mesmo teimosia de alguns trabalhadores”, declarou o técnico de enfermagem responsável pelo atendimento no posto de saúde. Durante o campo da pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar alguns trabalhadores na extração de açaí e pude observar como alguns tiradores se arriscam fazendo a passagem de um açazeiro para outro com alguns cachos de açaí pendurados em uma das mãos. Geralmente as quedas de açazeiros ocorrem durante essas passagens mal executadas, ou ainda quando os estipes estão muito encharcados, o que é comum após uma forte chuva. Devido a estes tipos de acidentes durante a extração do açaí, atualmente é raro um tirador ir sozinho para o açazal, geralmente vai acompanhado de outros tiradores.

No caso da família Monteiro, é comum em um dia de extração de açaí, os chefes das unidades familiares irem acompanhados dos filhos e ou dos genros. Dificilmente vão sozinhos e, quando isso acontece, geralmente o açazal é próximo da casa, ou em uma área mais próxima da margem do rio. Esse cuidado em não ir sozinho para uma área distante se dá devido ao fato de que o patriarca da família Monteiro, seu Rosemiro Monteiro, veio a falecer depois de cair de um açazeiro. Como vimos no capítulo III, seu Rosemiro estava tirando açaí em uma área distante da área onde os filhos também tiravam o fruto, quando se acidentou. Por

estar em uma área distante, demorou a ser socorrido e acabou não resistindo a queda e antes de chegar à cidade de Macapá veio a falecer. Esse acontecimento fez com que os membros da família Monteiro, evitem sair sozinhos para tirar açaí em áreas distante da Vila. Desde então quando vão tirar açaí nas áreas do “centro”, sempre vão em companhia de um ou mais tiradores.

O **lazer** na comunidade do Furo do Baiano, pode ir desde um simples almoço na casa de amigos ou familiares após o culto do domingo, ou uma visita de início de tarde a parentes ou amigos que residem em outros rios ou furos próximos, até as “peladas”, torneios de futebol, bingos, leilões e festas que geralmente ocorrem nos finais de semana.

Diariamente, sempre após o trabalho e já no final da tarde quando o sol já se esconde entre as folhas das árvores, os homens se reúnem em um dos campos de futebol da comunidade para a tradicional “pelada”. Os campos de futebol, em geral, são construídos com resíduos de madeira serrada, a serragem, gerado nas serrarias da região. As traves do campo, geralmente são improvisadas com estipe de açaí que, além das traves, também são utilizados para delimitar a área do campo. As mulheres também se organizam aos sábados pela manhã, após os afazeres domésticos, ou mesmo uma vez durante a semana para jogar bola. Um fato interessante é que elas levam os filhos para o campo e, enquanto as mães jogam com os filhos maiores, os menores se divertem nos arredores do campo; quando não, as mães também levam redes e colocam entre as árvores ou junto aos barracões próximos ao campo e as crianças ficam dormindo.

Esse ato de levar rede para as crianças dormirem enquanto os adultos se divertem é comum entre os casais mais jovens e com filhos pequenos, e acontece também durante os torneios e campeonatos seguidos de bingos e festas. É bastante comum, próximo as sedes de festa, ter um barracão amplo com bastante espaço para atear muitas redes, e que geralmente é um espaço bem movimentado pelos pais e parentes que costumam colocar as crianças para dormir e só depois vão para o salão se divertir (ver Figura 09).

Figura 09 – a) Foto da estrutura de um anexo a sede de festa b) Foto de redes atadas no interior de uma residência próxima a sede de festa, que às vezes também serve de local para o descanso das crianças durante a festança.



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Apesar de estarem alguns metros longe dos filhos, que geralmente dormem tranquilos nas redes, eles estão sempre atentos a qualquer movimentação no punho da rede, e quando isso acontece imediatamente, a mãe ou mesmo o pai corre para ver se o filho acordou ou se precisa de alguma coisa.

Este acontecimento foi repetidamente observado durante minha estadia em campo. Ao observá-lo durante algumas vezes, algo me chamou atenção, o fato de que mesmo com o som bem alto, as crianças pareciam nem se importar com toda a barulheira da festa e passavam horas dormindo enquanto os pais aproveitavam para se divertir. Quando a criança acordava, dependendo do humor do pequenino, os pais ainda permaneciam por algum tempo na festa, quando isso não era possível, logo desatavam as redes, arrumavam as coisas e voltavam para suas casas.

Os torneios, bingos e leilões geralmente são seguidos de festa. É comum nos bingos ou mesmo nos leilões, ter alimentos (caixas de frango congelado, fardos de calabresa, de charque, cubas de ovos), animais vivos (bois, porcos, galinhas e patos) e mesmo bebidas como prêmios. Além das festas, bingos e torneios de futebol nos finais de semana, as famílias também se reúnem nas igrejas, sempre aos domingos pela manhã ou no fim de tarde para as devidas celebrações.

Na Comunidade do Furo do Baiano existem duas igrejas, uma evangélica, Assembléia de Deus, e outra católica, Igreja Nossa Senhora Virgem de Nazaré. Ambas funcionam semanalmente e abrigam uma quantidade razoável de fieis assíduos que freqüentam regularmente as reuniões e festividades.

Essas opções de lazer na comunidade são importantíssimas para o convívio social entre as famílias. As atividades produtivas são sempre bem intensas, principalmente nos

períodos de safra dos produtos, e o lazer é a distração, é o momento de descanso depois de um dia ou mesmo semana de trabalho. Nesses eventos é comum vermos a família inteira reunida para assistir as partidas de futebol, participar dos bingos e leilões. Durante esses eventos podemos observar o fortalecimento da unidade dentro comunidade (WAGLEY, 1988). Em meio às relações sociais que esses eventos proporcionam, são estabelecidos elos entre as famílias que formam a Comunidade de Furo do Baiano. É muito comum, na organização desses eventos o envolvimento de várias famílias. E durante esta organização conjunta, observamos novamente o desenvolvimento e fortalecimento dos laços de solidariedade e reciprocidade entre as famílias (SABOURIN, 2009).

Uma pequena parte do que é ganho com a venda dos produtos gerados nas unidades de trabalho familiar é reservado para gastar nesses eventos, principalmente quando o casal está acompanhado dos filhos, que aproveitam esses momentos para desfrutarem de guloseimas, doces e salgados.

Em relação ao **comércio**, na comunidade existem alguns pequenos comércios que vendem um pouco de tudo e onde as famílias recorrem quando falta alguma coisa em casa. Existem comércios que além de gêneros alimentícios em geral, também comercializam combustível, muito demandado pelos moradores da região. Em geral as famílias vão até Macapá, uma ou duas vezes ao mês, para fazerem suas compras, o chamado “rancho” da família, e somente na falta de alguma mercadoria é que recorrem aos pequenos comércios locais ou mesmo aos marreteiros que duas vezes por semana entram nos rios oferecendo vários tipos de mercadorias.

A relação com os marreteiros se acentua na época do verão, em que as famílias enfrentam a entressafra do açaí e as viagens para Macapá ficam escassas devido ao recurso financeiro que, nesse período, fica consideravelmente reduzido para custeá-las. Há também os atravessadores de palmito que, durante a entressafra do açaí também reaparecem nos rios comprando palmito e vendendo mercadorias, ou melhor, trocando mercadorias por “cabeças de palmito”, o que nos faz lembrar a antiga prática denominada de “escambo”, que predominou na época do apogeu da borracha e que ainda hoje é presente em áreas distantes da região Amazônica.

O comércio dos produtos produzido nas unidades de produção da família Monteiro, assim como as demais famílias da comunidade do Baiano, de modo geral, é realizado na cidade de Macapá ou Santana. O açaí, os produtos do roçado e o camarão são comercializados, geralmente, nos portos das cidades mais próximas. No caso da família Monteiro, cada unidade de produção organiza seus produtos uma ou duas vezes por semana, e

levam ou enviam por algum membro da família, para ser comercializado na cidade. Sempre um dia anterior ao dia de ir ou enviar os produtos para a cidade, o trabalho fica mais intenso, a família se divide entre o açaizal, o roçado e às vezes na ida a fornecedores de alguns produtos (hortaliças e mudas de plantas medicinais) como vimos no capítulo IV.

No que se refere ao **Transporte** na vila Monteiro, atualmente, existem três unidades familiares que dispõem de maiores embarcações, e que geralmente levam os produtos das outras unidades, que não dispõem de uma embarcação grande, para serem comercializados na cidade. Essas relações que envolvem a comercialização dos produtos também são estabelecidas pelos laços de solidariedade e reciprocidade (SABOURIN, 2006; 2009), já estabelecidos na família e fortalecidos nas relações de trabalho dentro e entre as unidades de produção, como discutido nos capítulos anteriores.

O cotidiano das famílias que residem no Furo do Baiano é muito semelhante a outras comunidades amazônicas ribeirinhas. E assim como em outras comunidades de “tiradores de açai”, as famílias da comunidade do Baiano também vivem importantes transformações no seu cotidiano. O aumento da demanda pelo açai vem modificando todos os aspectos acima mencionados.

Como mencionamos no I Capítulo, o fruto do açai vêm ganhando destaque nos mercados regionais, nacionais e até internacionais pela descoberta de suas propriedades funcionais e nutracêuticas. Segundo Homma *et al.*(2006), esse fenômeno vem provocando transformações no cotidiano das comunidades que tradicionalmente usufruem do fruto, seja na forma de consumo direto como na venda do produto. O autor observou que em comunidades de tiradores de açai próximas da capital, já se percebe o consumo de bens materiais como antenas parabólicas, celulares, motores, geradores, computadores, entre outros bens advindos da valorização do açai. De fato, o aumento na demanda pelo fruto, gera uma renda familiar que proporciona a aquisição de bens materiais de usufruto familiar. Porém, diferente do se pode imaginar, mesmo com o açai em alta, uma família de “tiradores de açai” não depende somente da renda gerada com a produção do açai. A diversidade na produção familiar ainda permanece como uma forte característica desse grupo social.

Observaremos brevemente a renda bruta, gerada pela venda do açai, de três diferentes unidades familiares de “tiradores de açai”. A partir destas unidades discutiremos a importância dos outros produtos na composição da renda familiar.

5.2 A PRODUÇÃO DE AÇAÍ E SUA RELAÇÃO COM AS DEMAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para refletirmos sobre esse fenômeno que é o açaí para a sociedade em geral, analisaremos a renda bruta gerada pela comercialização do fruto durante o ano de 2011, em três diferentes unidades de produção familiar: Unidade Familiar de seu Rosildo e dona Fátima (UF-1), Unidade Familiar de seu Baié e dona Zeneide (UF-2) e Unidade Familiar de Abimael e Michaele (UF-3).

A Unidade Familiar de seu Rosildo e dona Fátima

Esta unidade familiar de produção é formada por quatro unidades domésticas, unidas pelo trabalho. A unidade familiar de seu Rosildo e dona Fátima que detém a posse da terra, ainda não dispõem da força de trabalho total de sua unidade doméstica. Esta ainda não possui filhos em idade adulta. Todavia mantém relações de trabalho com outras três unidades domésticas que trabalham de meia, na mesma unidade de produção, pois são irmãos de dona Fátima. Todos trabalham na mesma área, seu Rosildo vende a produção total e paga a cada unidade doméstica o valor da venda de sua parte da produção, descontados 5% e frete.

A Unidade Familiar de seu “Baié” e do Zeneide

Nesta unidade, temos uma unidade econômica de produção familiar também formada por quatro unidades domésticas. Porém, diferente da UF-1, as quatro unidades são unidas por laços de parentesco e de trabalho. A unidade familiar de produção é formada pelo pai, pelo filho que casou, e por dois genros. Todos trabalham na mesma área, seu “Baié” vende a produção total e paga a cada unidade doméstica o valor da venda de sua parte da produção, descontando apenas os 5%.

A Unidade Familiar de Abimael e Michaele

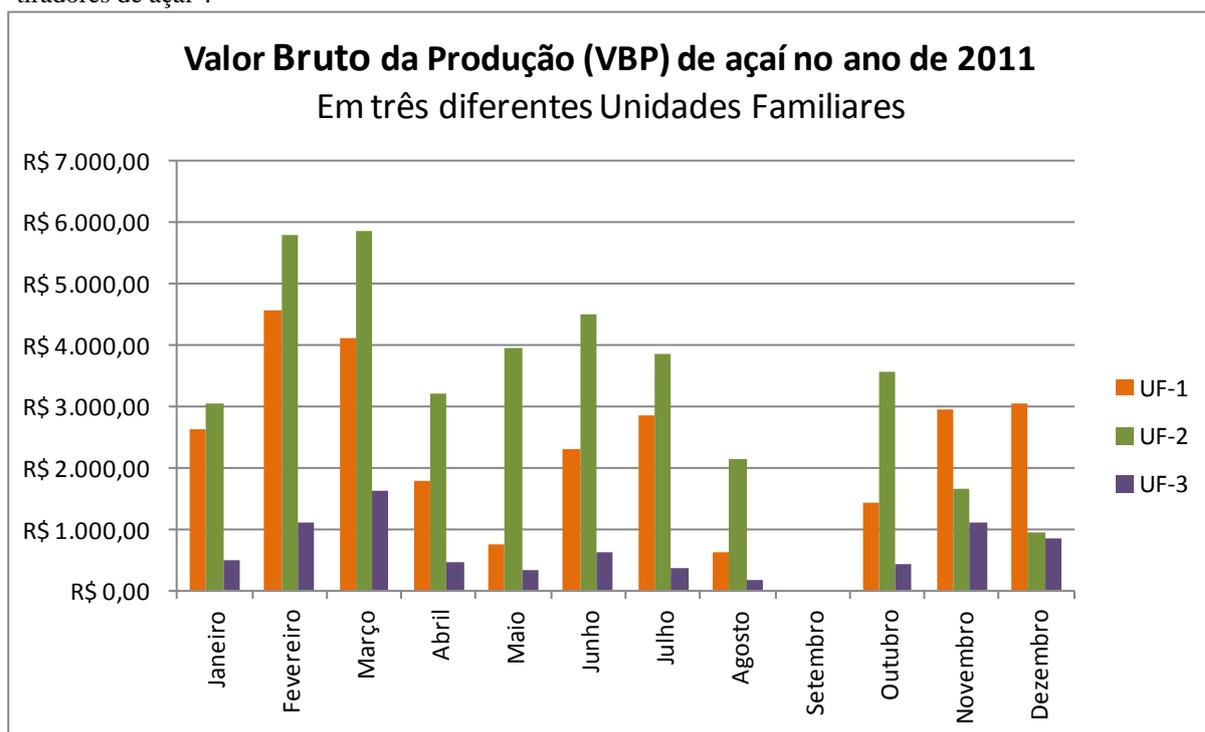
Esta unidade familiar é a menor entre as três. Consiste em uma unidade familiar relativamente nova. Trata-se de um jovem casal, sem filhos, com quatro anos de união.

O casal recebeu uma pequena área para produção e consumo próprio, no qual Abimael trabalha e vende a produção para quem lhe oferecer melhor preço e menor frete. Abimael também trabalha no açazal comum da unidade familiar de produção de seu sogro “Trevoada”, recebendo o valor da produção menos 5% e menos o frete.

5.2.1 A Renda Bruta do açaí no ano de 2011 em três unidades familiares

Ao longo do ano de 2011 as respectivas unidades familiares coletaram informações referentes à produção de açaí interna a unidade. Vejamos na figura abaixo (Figura 10) o Valor Bruto da Produção (VBP) de açaí, gerado com a venda do fruto *in natura*.

Figura 10 – Gráfico do Valor Bruto da Produção de açaí gerada em três diferentes unidades familiares de “tiradores de açaí”.



FONTE: Trabalho de Campo, 2011.

Como podemos observar no gráfico acima, a produção de açaí gera uma maior renda nos primeiros meses do ano. Estes primeiros meses do ano correspondem ao período de safra do produto. Segundo os produtores, nessa primeira safra, o açaí é mais valorizado em função das geleiras que chegam à região à procura do produto, e competem com o comércio local.

Nos meses de maio e abril, observamos uma ligeira queda no VBP, o que pode ser reflexo das fortes chuvas na região, que tornam a extração do fruto muito arriscada, por deixar os estipes lisos. Durante o campo da pesquisa, presenciei o cancelamento da extração de açaí em alguns dias de trabalho devido às fortes chuvas comum neste período na região. Já nos meses de junho e julho o VBP volta a subir, inicia o período considerado de “safrinha”. Este período é relativamente curto, considerado pelos moradores menos rentável, pois as geleiras já não se encontram mais pela região e a comercialização do açaí fica restrita a Macapá e Santana. A partir do mês de agosto, inicia-se o período de entressafra do fruto, perdurando

por todo o mês de setembro, considerado o período mais crítico pelas famílias. E a partir de novembro e dezembro inicia-se novamente a safra do açaí.

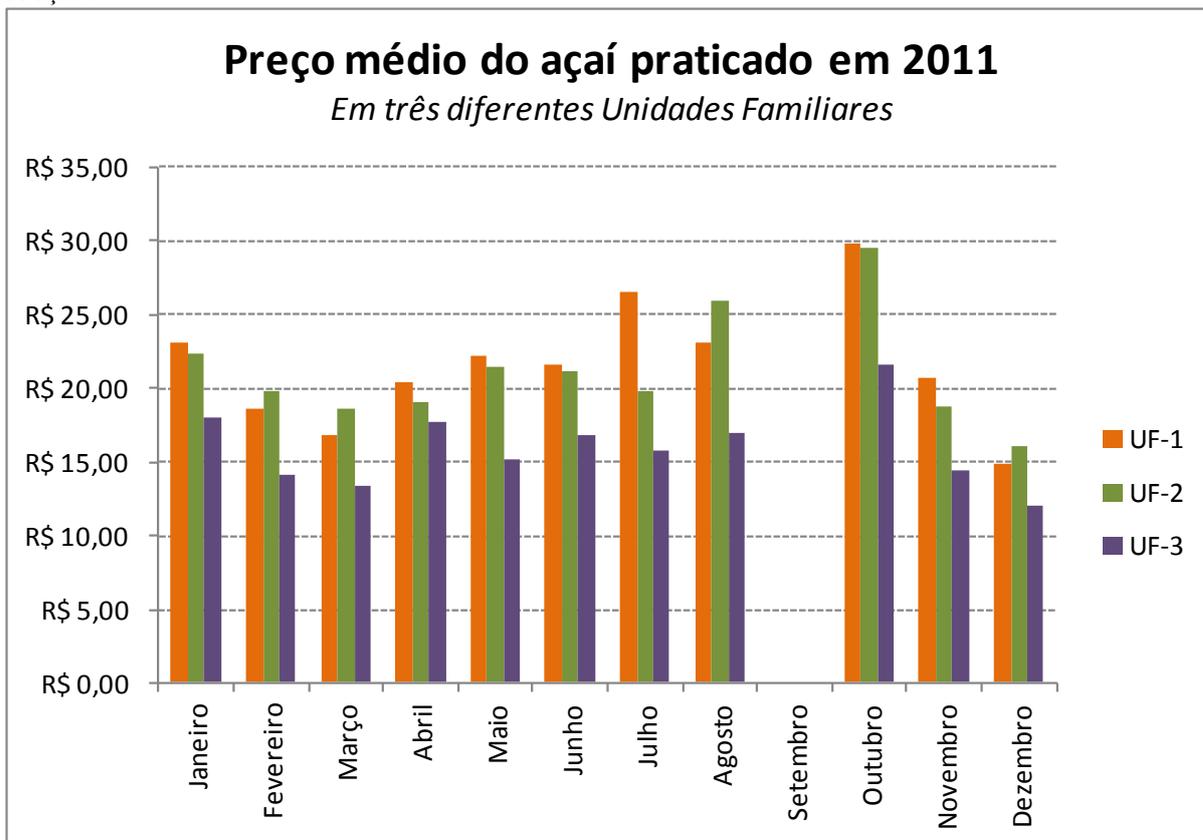
Observamos que nas três unidades familiares, o VBP obedece a uma mesma tendência de variação ao longo do ano. Ao compararmos o gráfico do VBP com o calendário produtivo familiar (Figura 05), constatamos a importância das outras atividades produtivas, principalmente o roçado e a criação de xerimbabos e parcialmente a pesca do camarão, na composição da Renda Bruta Familiar nos períodos mais instáveis da produção de açaí.

As demais atividades produtivas da família, principalmente o roçado, são responsáveis por garantir o suprimento da unidade familiar de consumo durante os períodos de baixa na produção de açaí. Observamos uma desmistificação de que o açaí é o “ouro hoje!”, ou mesmo o “ouro preto da Amazônia”. Na verdade ao analisarmos VBP de açaí junto a famílias de “tiradores de açaí” no rio Preto em Afuá-PA, identificamos que o fruto do açaizeiro é responsável por grande parte do consumo familiar, porém não é o único. O roçado, ainda que pequeno, continua a assumir um importante papel na unidade familiar de produção. É o roçado que garante estabilidade a família em grande parte do ano, pois o mesmo só não produz durante os primeiros meses do ano.

O interessante, no caso estudado, é que, além de constatarmos que o roçado continua sendo um produto importante na composição da renda familiar de determinados “tiradores de açaí”, o trabalho feminino assume um papel importante na unidade familiar. Pois como vimos no capítulo IV, o trabalho da mulher considerado como “ajuda”, começa a ser considerado “trabalho”. Podemos concluir que mesmo com o destaque de um determinado produto da unidade familiar de produção no mercado, a família continua diversificando sua produção e desenvolvendo estratégias para uma melhor gestão das atividades produtivas inerentes à unidade familiar. As relações de trabalho e os padrões, em alguns casos, se transformam para atender as necessidades da família, porém a lógica econômica familiar continua a mesma.

Ao analisarmos os dados sobre a produção de açaí coletados junto às unidades familiares, identificamos mais uma importante informação. Diferente dos relatos e afirmações dos entrevistados durante o campo, os dados sobre preço médio praticado mostram que o fruto do açaí é mais valorizado nos meses outubro, período que não há a presença de geleiras na região e o comércio é limitado aos portos de Macapá e Santana (Figura 11).

Figura 11 – Gráfico do Preço Médio praticado durante o ano de 2011 em três unidades familiares de “tiradores de açaí”.



FONTE: Trabalho de Campo, 2011.

Não sabemos ao certo o porquê da contradição, mas os dados revelam que diferente do que se acredita na região, o período de maior valor do açaí não é nos primeiros meses do ano, quando as geleiras chegam a região e sim no período em que elas não se encontram. Essa constatação merece outra pesquisa mais minuciosa para entender esse fenômeno, o que não é possível explicarmos neste trabalho.

Com essas constatações voltamos ao argumento inicial que levou ao desenvolvimento deste trabalho. Mesmo que a sociedade de uma forma geral veja o açaí como um produto do momento e vislumbre uma economia em expansão para este produto, no grupo social “tiradores de açaí” as relações de trabalho familiar não tem se distanciado da economia camponesa, elas se adaptam e em alguns casos especiais até se transformam. Porém, de uma forma geral, essa “economia em expansão” não altera a lógica das relações de trabalho familiar na esfera do campesinato.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciarmos a última seção desta dissertação, retomaremos a fala de um morador da Comunidade do Furo do Baiano:

*“O açaí é uma frutinha que seu vinho é uma beleza
Na hora de nós jantar, não pode faltar na mesa...
...No rio Preto tem uma mina, dentro dele um tesouro
Quando chega a sua safra é mais caro do que ouro”
(Manoel M. de Carvalho, poeta regional, morador do
Furo do Baiano)*

A narrativa de seu Manoel expressa um pensamento muito comum na sociedade de uma forma em geral. Devido ao chamado “boom” do açaí e seu exemplo como um produto da biodiversidade que vive uma economia em expansão, a idéia que se tem sobre quem trabalha com o açaí é semelhante ao expressado na fala de seu Manoel. De fato o seu “vinho é uma beleza” e na mesa de muitas famílias, principalmente dos chamados “tiradores de açaí”, “não pode faltar na mesa”. O fruto é abundante em vários municípios do Estado do Pará, inclusive nas regiões das ilhas de Afuá. Nos períodos de safra, dependendo da região é um produto bem valorizado no mercado, como disse seu Manoel “é mais caro que o ouro”.

Porém, ao observarmos uma família extensa dos chamados “tiradores de açaí”, narrando parte de sua história de constituição e analisando a constituição de novas relações sociais, em especial as relacionadas ao trabalho, identificamos muitos pontos interessantes, merecedores de nossa atenção.

As narrativas de membros da família Monteiro, a partir da memória coletiva do grupo familiar, se mostrou como uma ferramenta eficiente para identificar processos importantes, presentes no meio rural e pouco observados e discutidos. Através das narrativas foi possível compor boa parte da trajetória de pessoas chaves da família Monteiro e por meio da observação destas, identificar processos importantes como a territorialização. Através da trajetória de seu Rosemiro Monteiro e mesmo de seu Pedro Batista, observamos que no processo de territorialização de uma família extensa de “tiradores de açaí”, as relações de trabalho se transformam e se constituem como um fator importantíssimo para o estabelecimento do território de pertencimento familiar.

Ao analisarmos parte da história da família Monteiro, observamos que as relações de parentesco não biológico entre o freguês Rosemiro Monteiro e o patrão Zé Carvalho, amenizou as agruras da relação patrão-freguês. Porém, isso não se materializou em herança e se deu até o falecimento do principal vínculo social entre as famílias, seu Rosemiro. Com sua

morte, as relações de trabalho se redefiniram. Os vínculos firmados com a adoção de seu Rosemiro contribuíram para sua ascensão nos negócios da família, porém não garantiu herança. E após a morte de seu pai biológico, foi necessário se submeter a condição de freguês para continuar na terra.

Ao observarmos a trajetória de seu Rosemiro, identificamos importantes transformações nas relações sociais, em especial os relacionados ao trabalho. Verificamos que inicialmente sua relação era de freguês-patrão, quando ainda morava com seu pai biológico, após a morte do pai, se transformou em uma relação filho adotivo – patrão. Após a morte do velho Carvalho, pai de criação, volta a condição de freguês-patrão, porém esta última, uma relação diferenciada, pois o novo patrão era seu irmão de criação. Com a morte de seu Rosemiro, esse vínculo mais afetivo entre famílias é rompido, e novamente a relação, agora com os filhos, sofre transformação.

Paralelo a esses processos de transformação nos vínculos e relações de trabalhos, ocorrem transformações no mercado e outros produtos como o açaí e palmito passam a ser demandados pelos patrões. Porém, a relação que os fregueses tinham com a terra e seus recursos era diferente daquela que o patrão tinha. Essa diferença na visão sobre a terra desencadeou um grande conflito, que com chegada do STTR na região, culminou com o processo local denominado de “libertação”. A “libertação” é como localmente se expressa a quebra do domínio do patrão sobre a terra, e o livre acesso a ela e o trabalho livre de porcentagens.

Ainda analisando a história da família Monteiro, observamos que no campesinato amazônico, as relações matrimoniais são regidas por laços de solidariedade, afetividade e reciprocidade. E esses laços estão relacionados às relações de trabalho. Muitos laços de solidariedade, afetividade e reciprocidade são fortalecidos durante o trabalho como vimos na relação de seu “Trevoada” com seu Pedro Batista, seu sogro; na relação de seu “Trevoada” com as cunhados e depois com os genros. Verificamos que as relações de trabalho assumem um papel importante na constituição da própria unidade familiar, no estabelecimento de terras de pertencimento coletivo, e na própria emergência da família como grupo social etnicamente diferenciado.

Ao analisarmos a história da família Monteiro, observamos ainda que as relações matrimoniais não se sobrepõem as relações de trabalho. Os laços de parentesco, de compadrio e até mesmo de vizinha tem papel importante no estabelecimento de relações de trabalho, porém não a sobrepõem. Tanto entre os Batistas como entre os Monteiro em suas relações de freguês-patrão os matrimônios não traduziam atenuantes significativos no pagamento de

renda. Na perspectiva das relações de trabalho patronal, os critérios de pagamento de renda e de expropriação do trabalho se sobrepõem as relações estabelecidas através do matrimônio. Porém as relações de parentesco, mesmo as não-biológicas, se mostram de grande importância para o desenvolvimento de relações sociais, principalmente os relacionados ao trabalho.

Ao observarmos os diferentes matrimônios narrados nesse trabalho, verificamos a importância das regras socioculturais locais no estabelecimento de vínculos sociais. Os laços de parentesco sacralizados favorecem a formação de uma rede de compadrio do casal, importante vínculo social para as relações de trabalho. Essas relações são regidas por princípios de solidariedade, reciprocidade e cooperação.

Outra observação importante está relacionado ao trabalho da mulher. Ao analisarmos o roçado da família Monteiro, identificamos uma variação importante, a mulher sai da condição de “ajuda” e passa a ser considerada “trabalho”, e no trabalho da mulher o homem passa a condição de “ajuda”. Isso não é uma regra em toda a vila, mas uma observação que merece um aprofundamento em outra oportunidade, e que coloco aqui como forma de chamar atenção para essas transformações que ocorrem no mundo rural. A mulher passa a ter um papel importante, neste caso em especial, de destaque pois como declarou D. Porfíria, “na época da entre safra é o roçado que salva” a família. Esse caso nos mostra a diversidade de situações que podemos encontrar no mundo rural e em especial no campesinato amazônico, que muito difere dos demais.

Ainda verificamos que com a reorganização das relações de trabalho dentro da unidade familiar de produção foi possível consolidar as territorialidades específicas requeridas pela família.

Para finalizarmos, concluímos que mesmo diante de um contexto de profundas modificações no mercado, em especial, do açaí, no grupo social “tiradores de açaí”, as relações de trabalho familiar continuam regidas por lógicas próprias. O estabelecimento de novas relações sociais, em especial aquelas relacionadas ao trabalho, não mudam a lógica que mantém o grupo. Elas se transformam, porém a lógica das relações de trabalho familiar na esfera do campesinato permanece a mesma, com suas regras próprias de autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babuçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed., Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.192p.
- ARCHETTI, E. P. Presentación. In: CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires, Argentina: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974. p.07-22.
- BECKER, Howard S. De que lado estamos?. In: _____ **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 122-136.
- BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: _____ **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: HUCITEC, 1994: 101 -115.
- BRASIL. **Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm, consultado em 17/10/2011.
- CARDOSO E CARDOSO, Luís Fernando. **Curumins e Cuiantãs do Matá: trabalho infanto-juvenil e modo de vida na Amazônia.** 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: _____; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejup, UFPA – NAEA., 1997. p. 221-242.
- CHAYANOV, Alexandre V. Sobre as teorias dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- COHEN, Anthony. **The Symbolic construction of Community.** Londres e Nova York: Routledge:, 1985. p.129
- CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias Sociais e Território.** Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, nº1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 85-111.
- DA MATTA, Roberto. **Revitalizando: Uma introdução a Antropologia Social.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 246.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa . 2ª. ed.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio. **Terra de trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 236.
- GOMES, D.M.A. **Cadeia de Comercialização de Produtos de Floresta Secundária dos Municípios de Bragança, Capitão Poço e Garrafão do Norte - Pará.** 2007. 84 f.

Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém.

GONÇALVES, R. de C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, nº esp., p. 83-92, 2007.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: _____. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém. EDUFPA, 2002. p. 359.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.. 1979. 164p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 274p.

HOMMA, A. K. O.; NOGUEIRA, O. L.; MENEZES, A. J. E. A. de; CARVALHO, J. E. U. de; NICOLI, C. M. L.; MATOS, G. B. Açaí: novos desafios e tendências. **Amazônia: CI. & Desenvolvimento**, Belém, v.1, nº 2, p. 7-23, jan/jun. 2006.

INHETVIN, T. Produção camponesa e redes mercantis em Capitão Poço. In: COSTA. F. A.(orgs); CARVALHO, V. R. C. [et. al.]. **Agricultura familiar em transformação no Nordeste paraense**: O caso de Capitão Poço. Belém: UFPA.NAEA. 2000. pág. 155-272.

IBGE. Cidades, Pará, Afuá Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, consultado em 26/01/2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. **Estatísticas Municipais 2011** – Afuá. Disponível em: http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/Estatistica_Municipal/pdf/Afua.pdf, consultado em 17/10/2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO PARÁ. Serviço de Informação do Estado do Pará (SIE). Relatório sobre População, Área Territorial e Densidade Demográfica. segundo Município – 2010. Disponível em: <http://www.sie.pa.gov.br/i3geo/relatorio.php>, consultado em 15/02/2012.

JUNKER, Buford H. Situação do trabalho de campo: papéis sociais para a observação. In: _____. **A Importância do Trabalho no Campo**. Rio de Janeiro: Societas, 1971. Pág. 44-89.

KUSKOSKI, E. M. da S.; ASUERO, A. G.; MORALES, M. T.; FETT, R.; Frutos tropicais silvestres e polpas de frutas congeladas: atividade antioxidante, polifenóis e antocianinas. **Ciência Rural**. Santa Maria, v. 36, nº 4, p. 1283 – 1287, jul/ago, 2006.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick *et all*. **Iniciação a Prática Sociológica**, Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LIMA, D. M. A economia doméstica de Mamirauá. In: ADAMS. C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades Cablocas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade.. São Paulo: AnnaBlume. 2006. p.145-172.

MANN, Peter. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 198.

MATTOS, M. M de. **Produtos florestais não-madeireiros como fundamentos de dinâmica da economia da região de integração Tocantins, Estado do Pará**. 2010. 251f. Monografia (Especialização em Planejamento do Desenvolvimento e Integração Regional) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

MENEZES, A. J. E. A. **Análise Econômica da “Produção Invisível” nos Estabelecimentos Agrícolas Familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranhira, Município de Nova Ipixuna, Pará**. 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém.

MENEZES, E. M. da S.; TORRES, A. T.; SRUR, A. U. S. Valor nutricional da polpa de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) liofilizada. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 38, n. 2, p. 311-316. 2008.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In.: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-212.

MOTA, D. M. da. Reflexões sobre o trabalho e a família no espaço rural. In: III ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, Campina Grande, 2008. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2008.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, S. de R.; PIRES, K. M. P.; FERREIRA, T. S.; LOPES, A. A.; NESI, R. T.; RESENDE, A. C.; SOUZA, P. J. C.; DA SILVA, A. J. R.; PORTO, L. C.; VALENCA, S. S. . Addition of açaí (*Euterpe oleracea*) to cigarettes has a protective effect against emphysema in mice. **Food and Chemical Toxicology**. v. 49, p. 855-863, 2011.

NASCIMENTO, M. J. M. **Mercado e comercialização do açaí**. Belém: UFPA/Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 1992. v. 3. (Relatório de Pesquisa, T. 3)

NASCIMENTO, M. J. M. Açaí, a fotossíntese do lucro. **PAPER DO NAEA**. Belém, nº 149, p. 1-9, Maio de 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do antropólogo**. 2ª. ed. rev. pelo autor. Brasília, DF: Paralelo; São Paulo: Editora UNESP, 2000. 220 p.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. de. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá/PA**. 1991. 339f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998. p. 310.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Miltons**: cem anos de história nos seringais. Prefácio de Mauro Almeida. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004. p. 390.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de J. M. Marque; M. A. Mendes; M. Carvalho. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998. p 284.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.p. 270.

RAFFLES, Hugh. **In Amazonia**: a natural history. Princeton, New Jersey, USA: Princeton University Press, 2002. 288 p.

RIBEIRO. Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 537.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Niterói, 2006. **Anais....** Niterói: UFF, 2006. CD.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.

SALM, Rodolf. **Sistemas agroflorestais**: o açaí em alta. Ecodebate Cidadania e Meio ambiente. Publicado em 2007. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2007/02/14/sistemas-agro-florestais-o-acai-em-alta-por-rodolfo-salm/>, consultado em: 31/01/2012.

SARACENO, C. Família, trabalho, economia. In:_____.**Sociologia da família**. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1992. p.163-197.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, nº7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

STOLCKE, V. A família que não é Sagrada: Sistemas de trabalho e estrutura familiar, o caso das fazendas de café em São Paulo. In; ALMEIDA, M. S. K. **Colchas de retalhos**: Estudos sobre família no Brasil.São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 204.

SCHUSKY, Ernest Lester. **Manual para análise do parentesco**. São Paulo: EPU, 1973. p. 146.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In.: NUNES, Edson Oliveira (org.) **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p..36-46.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: _____. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p.73–111.

WOLF, Eric. Aspectos sociais do campesinato. In:_____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar. 1970. p 88-113.

WOORTMANN, Klaas A.A. “Grupo Doméstico e parentesco num vale da Amazônia”, **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, v. XVII, p. 209-377. 1967.

APÊNDICES

Apêndice B – Questionário para levantamento de informações básicas sobre o perfil familiar das famílias colaboradoras



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

PESQUISA: “O açaí é nosso ouro hoje!”: Relações de trabalho na unidade familiar de produção de tiradores de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), no município de Afuá-PA.

Entrevista com as Famílias

Número do questionário: _____

Entrevistador: _____ Data: ___/___/___

Local: _____

GPS N° _____ : S _____ ° _____ ' _____ ” W _____ ° _____ ' _____ ” Obs.: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Entrevistado (a): _____ Idade: ____ ano(s)

1.2 Apelido: _____

1.3 Parentesco: _____

1.4 Sexo: () M () F

2. A FAMÍLIA

2.1 Caracterização da família

Nome e parentesco	Observações (estado civil)	Sexo	Idade	Grau de escolaridad e	Local de nascimento

Por quê? _____

3.3 Como é a composição da (s) área(s) onde trabalha?

COMPOSIÇÃO DA ÁREA (%)				
Área	Floresta	Agricultura	Capoeira e/ou pousio	Outros (especificar)

Sobre a extração de açaí (*fruto e palmito*)

Sempre trabalhou com açaí? () sim () não

Há quanto tempo trabalha com açaí? _____ Por que? Qual a motivação? _____

Trabalha para alguém? Pra quem? _____

Por quê? _____

Com quem trabalha? _____

Como é o Pagamento? _____

Na sua opinião quando começou a aumentar a produção do açaí? Por que? _____

Como é a área de extração? () Só Plantada () Só Nativa () Plantada e nativa

Faz manejo da área? () sim () não Quais as práticas? _____

Possui plano de manejo? Porque? _____

Possui algum documento para exploração, transporte dos produtos? Qual? _____

Já teve problemas com fiscalização? Qual? _____

Quais os seus principais instrumentos de coleta? _____

Como costuma armazenar o produto? _____

Como o produto é comercializado?

() *in natura* () processado () Outras: _____

Com quem costuma comercializar/negociar?

() Feira Local () Associação () Atravessador () Consumidor () Outros: _____

Onde/De onde? _____

Como são as negociações?

() A vista () Na folha () A prazo () Fiado () Troca () De meia () outro: _____

Qual o tipo de embarcação que você usa? _____

De quem é a embarcação? _____ Quantas você tem? _____

Se aluga ou paga frete, quanto costuma pagar? _____

Na sua opinião, quais as principais ameaças ao extrativismo de açaí e palmito na região?

O que é necessário para melhorar sua capacidade produtiva?

Observações Gerais (manejo, transporte, negociações, financiamento, assistência técnica, etc.): _____

Algumas perguntas norteadoras acerca das Relações de Produção

O que se produzia antes do açaí? E quem produzia?

Como eram as relações de trabalho na década de 90? O que mudou e como mudou?

Você acha que aumentou ou diminuiu o mercado do açaí? Por quê?

O que melhorou e o que piorou na vida de sua família?

Como ocorre a produção/extração do açaí? Quem participa? (descrever cada atividade produtiva dentro da unidade, conversar com o responsável pela atividade)

Quais as dificuldades enfrentadas pela família, em relação a produção/extração do açaí?